

35ª REUNIÃO DA CCOST**DATA:** 22 de fevereiro de 2018**HORÁRIO:** 9h às 17h**LOCAL:** Sala T13, térreo, do edifício do Ministério do Meio Ambiente localizado no Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) 505, Lote 2 (acesso pela W2), Brasília/DF.(TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*)

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Bom dia, a todas e a todos. Eu peço que tomem seus lugares, para iniciarmos a retomada da reunião da CTCOST. Fique à vontade.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Bom dia, mais uma vez, meu nome é Sergio Gonçalves. Estou como diretor de recursos hídricos, da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental e sou presidente da CTIL. Estou hoje, não sou. Estou como presidente da CTIL. É um prazer contar com a presença de vocês, esse atendimento ao chamado de reiniciarmos os trabalhos da CTCOST após um tempo, onde ela esteve adormecida, vamos chamar assim. Não se reunindo. Uma câmara que todos estão aqui, que são indicados para uma câmara técnica, não sei, são muito mais especialistas do que eu. Então que eu falar aqui será pouco em função da importância da história da CTCOST. Mas quero reafirmar em nome do Conselho Nacional de Recursos Hídricos a importância das câmaras técnicas e da retomada. Então essa nós estamos retomando após um tempo de inatividade, ela já produziu muito nesses anos de existência dela. Temos a certeza de que alguns de vocês que estão aqui, contribuíram, contribuem e irão contribuir muito para as atividades da câmara. Cada vez mais essas questões de interligação da questão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, os capítulos próprios que tem a determinação da sociedade, porque o plano é da sociedade, construído pela sociedade. É um plano que aponta pelas necessidades de avanço e do cuidado que tem dessa área, da inter-relação das zonas costeiras, das zonas úmidas, então temos que tomar esse cuidado todo. Nós estamos reativando hoje, fazendo uma reunião, todas as instituições foram chamadas. Nós pedimos para se colocarem e indicarem os seus representantes, seguindo aquele mesmo padrão de câmara técnica, porque alguns também, às vezes participam dessas e de outras. Então é a mesma proporcionalidade entre todos os componentes do conselho. E só para avisar, a outra câmara técnica que vocês também acompanham que também está sem se reunir, que é a Transfronteiriça estará se reunindo agora também. Então nós estaremos com todas as dez câmaras técnicas criadas no conselho em funcionamento. Antes da reunião, e próximo à reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A próxima reunião do conselho será dia oito de março, dia interacional da mulher. Nós teremos uma reunião extraordinária do conselho, até em função de muitas atividades e antes do fórum mundial da água. Então nós temos temas muito importantes para definir. Então faremos uma reunião extraordinária, também mostra da pujança e dos temas que o conselho vem debatendo. Então só para comentar o conselho se reúne ordinariamente duas vezes ao ano, uma no primeiro semestre e uma no segundo, e quantas vezes necessárias extraordinariamente. Então nós já teríamos a primeira extraordinária em março, teremos ainda uma ordinária no final de junho e pelo menos mais uma ordinária no outro semestre. Se precisarmos teremos outras extraordinárias, claro sempre dependendo das pautas, dependendo do que se tem, e quem é o grande montador fundamental das pautas do conselho, é claro, o conselho é soberano e ele demanda as câmaras. Nós somos assessores do conselho, nós assessoramos o conselho, quem decide é o conselho. Mas nós temos uma missão muito importante, que é dar subsídios técnicos para que o conselho possa tomar suas decisões. Alguns que estão nas câmaras técnicas são conselheiros ou conselheiras também, não é obrigatório, porque é indicação das entidades, mas as vezes acontece isso sim, de as câmaras terem próprios conselheiros do plano do conselho. Mas nós temos esta missão nos dada a trabalhar nos temas importantes para levarmos ao conselho, para que eles virem moções, resoluções, todos os instrumentos políticos institucionais fundamentais que possam ajudar. Porque com isso nós, quando levamos algo ao conselho e o conselho assim o aprova ele se torna um instrumento publicado no diário

oficial, na forma que assim deliberar uma moção ou recomendação, ou o que for, ou indicação. Mas ele tem uma força institucional muito grande, que nos ajudará muito. Então esta é a intenção da retomada, nós temos temas muito importantes que a CTCOST já lidava com eles, muitos estudos, muita gente já se dedicou muito, muitas horas da sua vida a temas importantes. E nós queremos sempre beber naquela água dos antecessores que trabalharam muito para estarmos aqui, porque ninguém vive sem passado, estamos aqui e alguém já fez alguma coisa antes. Mas ao mesmo tempo, sempre olhando para frente. O passado é fundamental, mas sempre olhando para frente. O que podemos construir aproveitando essa dinâmica que foi dada, e construir fazendo uma boa pauta. Então nesse reinício a pauta, vocês vão fazer. Nesse momento só estou fazendo a abertura oficial porque o primeiro ato será uma eleição, vocês têm que eleger os membros indicados. Uma câmara técnica se compõe de dezessete membros, esses membros indicados farão uma eleição imediata para o presidente eleito da câmara, já assume os trabalhos e com vocês irá construir a pauta, se dedicar a isso. E eu gostaria de passar uma rodada rápida de apresentações e em seguida passarmos para a eleição e me desculpem porque que é muito ruim, mas em seguida com o presidente eleito já sair, que tenho agora a comemoração de aniversário de 29 anos do IBAMA, agora vai acontecer e nós temos que estar lá como Ministério representando a secretaria, porque o nosso secretário está em viagem, fora, está no Pará, estou substituindo. Então estaremos lá no IBAMA, na comemoração dos 29 anos de criação do IBAMA, da qual foi uma das instituições minhas. Eu estou no Ministério, mas do Ministério também nasceu o IBAMA, então é importante irmos lá. Então eu gostaria que, por favor, passasse uma apresentação rápida, começamos pela própria Rachel.

A SRª. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Bom dia. Rachel. Sou analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente e trabalho na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A SRª. CAROLINA MENEGAZ (SEMA/RS – Divisão de Recursos Hídricos) – Bom dia, nós viemos representar a Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, do Setor de Recursos Hídricos, eu sou Carolina e venho como ouvinte.

O SR. FERNANDO COMERLATO SCOTTÁ (SEMA/RS) – Bom dia a todos, meu nome é Fernando Scottá, também trabalho com a Carolina no departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Bom dia, Demetrio. Sou professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aqui representando a Associação Brasileira de Recursos Hídricos.

A SRª. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Bom dia, meu nome é Patrice, eu sou conselheira pela AESBE no conselho, e estou aqui representando a AESBE.

A SRª. CLAUDIA FERREIRA LIMA (CGCNRH/MMA) – Bom dia. Meu nome é Claudia, eu sou aqui da secretaria de recursos hídricos, analista ambiental, e estou como relatora da câmara técnica, muito obrigada.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA (DRH/MMA) – Bom dia. Adriana Lustosa. Eu sou também do Departamento de Recursos Hídricos da Coordenação de Planejamento e hoje eu não faço parte dessa câmara técnica, eu

faço parte da câmara técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e vim só fazer uma fala inicial a respeito do programa nove.

O SR. CARLOS DA COSTA FERREIRA (ABRAGE) – Bom dia. Meu nome é Carlos e sou engenheiro da Eletro Norte e estou aqui representando a ABRAGE.

O SR. CÉLIO BARLOTE PEREIRA (Agência Nacional de Águas-ANA) – Bom dia. Meu nome é Célio, eu sou da Agência Nacional de Águas, na superintendência de planejamentos eu sou o segundo suplente.

O SR. LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA (Agência Nacional de Águas-ANA) – Bom dia Sergio. Bom dia aos demais participantes. Meu nome é Luciano Menezes, da Agencia Nacional de Águas, sou coordenador de outorga.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Meu nome é Rosalvo Junior. Eu sou da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, da Coordenação do Gerenciamento Costeiro, do maior estado brasileiro, e eu acho que tivemos problema de documentação, e essa coisa toda, então acabamos não ficando nem titular, nem suplente da câmara técnica, mas há uma decisão do estado, que quando eu não estiver, vem o diretor de águas e nós vamos acompanhar todas as reuniões da câmara técnica de gestão costeira e recursos hídricos.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Bom dia. Meu nome é João Clímaco e eu sou do segmento das ONGs na plenária do conselho, eu sou conselheiro. E represento a Associação Camponesa que é uma das entidades que fazem parte do conjunto de entidades que constitui o FONASC. E estamos cumprimentando aqui a Secretaria de Recursos Hídricos que mudou um nome um pouco e eu não estou ainda acostumado, Qualidade Ambiental, pela iniciativa na atual conjuntura política. Porque já fazia três anos que não vínhamos à reunião. E me veio uma conjuntura, marcada pela restauração dessas câmaras e eu sei que elas foram suspensas, não foi por conta de motivos pequenos. E certamente a decisão de fazê-las voltar, poderia ter sido até da plenária do conselho, poderia até se tivessem seis conselheiros membros da câmara, anteriormente fizesse um pleito conforme o regimento poderia ter reunião. Mas isso foi impossível politicamente, então eu queria fazer esse ensejo e cumprimentar a pessoa do Sergio, nossa satisfação de ver, que a política de recursos hídricos pode ter novamente as normatizações na área litorânea estuarina. Muito obrigado.

O SR. NEY AKAMARU IKEDA (CBH-RB) – Bom dia a todos. O meu nome é Ney Ikeda. Eu trabalho no Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado de São Paulo e represento o segmento dos comitês de bacias hidrográficas.

O SR. BHASKARA CANAN (CNI) – Bom dia. Meu nome é Bhaskara Canan e sou do Rio Grande do Norte, representando a CNI.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA (FONASC – CBH – Sociedade Civil) – Bom dia. Meu nome é Alexandre Anderson. Eu sou da representação da pesca artesanal profissional do Rio de Janeiro e

algumas regiões do Espírito Santo e Bahia. Estamos aqui pelo FONASC, a convite do FONASC e também somos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro como usuários.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Bom dia a todos. Meu nome é Régis. Atualmente sou Coordenado do Gerenciamento Costeiro aqui na Secretaria de Recursos Hídricos.

A SR^a. ANA CAROLINA (ICMBio) – Bom dia. Eu sou a Ana Carolina. Sou do ICMBio, na Coordenação de Planos de Ação para Espécies Ameaçadas, estou aqui como ouvinte para entender um pouco como a CTCOST trabalha e como podemos trabalhar juntos.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Que bom. Só reafirmar, e sempre é bom lembrar. As câmaras técnicas são institucionalizadas é claro, porque elas tomam decisões, mas ela é uma câmara aberta à sociedade. As pessoas que se sentirem instituições interessadas em participar pelos temas e vir acompanhar tem todo o direito de fazer isso. Exercer o seu direito de fazê-lo. Podendo até se posicionar e falar, claro, na hora das decisões as votações são pelos membros indicados oficialmente, ou seu titular, quando o titular está, ou seu suplente quando o titular não está. E normalmente para que tenhamos sempre uma dinâmica de presenças nós trabalhamos até com dois suplentes, porque as pessoas têm várias atividades, várias câmaras e acaba que uma boa parte de nós aqui faz parte de várias instituições, várias câmaras e vários colegiados. Mas é importante isso sim e sintam-se, independentemente de serem membros oficiais ou não, à vontade. Isso aqui é uma casa importante e a colaboração de todos vocês para nós é fundamental. Permitam-me partir aqui, porque vocês têm que trabalhar e para trabalhar vocês tem que ter uma presidência, é só assim que funciona. E aí eu passaria para o presidente que for eleito e nós vamos abrir para as candidaturas e eu já quero aqui me permitir em nome da secretaria do Meio Ambiente lançar a candidatura do doutor Régis, que é o nosso colega que está aqui hoje. Ele é do ICMBio e está hoje sob uma coordenação do DGAT, do Departamento de Gestão Ambiental e Territorial, em uma área que principalmente é muito cara a ele e ele retomou, nós estamos hoje, o Ministério voltou a ter um protagonismo nos ODSs muito forte em função de lixo marinho e várias outras coisas importantes, das questões costeiras. Então o DGAT hoje na coordenação do Régis tem tomado uma posição muito forte e vários eventos tem acontecido, tem o Terramar, então tem várias coisas que estão acontecendo mesmo. Então essa agenda, principalmente desde a chegada dele, um pouco mais de um ano não é Régis? Um ano e meio, tomou um espaço importante, mostrando a importância disso dentro do Ministério mesmo. Então isso quem vai falar é ele, mas nós gostaríamos de lançar e se for possível contar com o apoio do lançamento, para que o Régis possa presidir a câmara técnica, está aberto para todos, e todos os membros tem direito de se candidatar a coordenação. Por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu vou manifestar aqui o meu carinho, não é nenhuma atitude de polarização gratuita. Até porque eu sei que o nosso presidente lá do ICMBio é uma pessoa que vem dessa área. Ele esteve aqui não foi? O Soavinski. E mesmo no período do Soavinski nós já sentíamos que havia um ambiente muito positivo para esta questão, e eu tenho certeza que o Soavinski não teria outro caminho a não ser revitalizar essa câmara, contudo estou aqui colocando a minha candidatura como NGI, não é muito comum isso. Eu acho que praticamente eu nunca fiz isso, mas estou fazendo aqui agora porque eu construí um entendimento nos últimos nove anos e eu participei aqui de um período muito rico dessa câmara, onde ela tentou pautar o conselho e dar subsídios com pessoas extremamente competentes. Técnicos de grande monta com perfis acadêmicos de grande contribuição para gestão costeira no que diz respeito à administração dos instrumentos da gestão de recursos hídricos nessas regiões de estuarinas, dos rios estuarinos. E nós vimos que foi um esforço muito grande, não por conta

dessas pessoas que foram participantes. Mas porque por motivos mais diversos, elas foram impossibilitadas de dar uma pauta e segurar o tranco da CTCOST, e então parece que a CTCOST é um negócio difícil. Eu penso até que para alguns pode ser que seja, mas enquanto interesse público, se for realmente a pessoa que tiver interesse público, ela não tem dificuldade para isso, mas sabemos que o litoral brasileiro e as regiões estuarinas estão sendo muito impactadas pela ação antrópica, ação econômica. E tem muita coisa acontecendo em prejuízo dos copos de água, e das populações dessa região. E todas às vezes nesses nove anos que tivemos uma pauta voltada para focalizar uma demanda da sociedade, por mais que esses técnicos tivessem boa vontade, tanto do governo como da academia, eles eram impotentes e não tinham pulso para continuar a pauta, e eu quero fazer o registro aqui, porque eu achei de uma agressão imensa a nós, ao último presidente que é ligado a Universidade lá do sul que foi muito fraco, não teve estatura nem para se despedir, e simplesmente a agenda da FONASC esmoreceu e nós vemos que existem pessoas que colocam seus interesses profissionais, sua carreira profissional, suas pretensões, subalterna a um corporativismo medíocre, um patrimonialismo atrasado que contamina a política pública no Brasil, e infelizmente isso na CTCOST foi o que mais se evidenciou. As grandes estruturas estatais que operam para o interesse econômico no ambiente do litoral tiveram papel importante a meu ver em esvaziar, enfraquecer aquele ator político do governo, ou da Universidade. Então estou falando isso viu colega, não para polarizar, mas para dar um testemunho, de que para ser o presidente da CTCOST, tem que ser uma pessoa, malgrado seja o apoio do Soavinski, porque ele é dessa área, mas tem que ser uma pessoa que coloque o interesse público acima de tudo, e não ficar aqui nos enrolando. Nós temos pouco tempo para gastar com coisas que às vezes, um discurso burocrático impede a agenda da CTCOST, eu nunca concordei com esse negócio de programa nove, aquilo que pese a questão da estuarina no estado dentro do plano nacional como deveria estar. Nada impedia de acordo com o regimento interno do próprio conselho que as pautas estivessem em construção e a câmara tivesse sua agenda funcionando. Então eu gostaria de manifestar a minha candidatura nesse nível, com todo respeito ao colega da câmara que vem com o apoio do governo, mas estou dando este testemunho. Até porque, no caso da sua vitória eu espero que você seja uma pessoa de (...), para poder segurar essa onda. Entendeu? E não deixar que interesses menores corporativos e que interesses pautem a agenda e com discurso burocrático as vezes que na verdade só serviu para esvaziar a nossa missão. Então eu peço desculpa pelo meu desabafo, mas eu creio que se eu for presidente dessa câmara, certamente eu terei total autonomia, mas do que qualquer um, para fazer a pauta dela funcionar. E nesse sentido eu passo a palavra para outro candidato, com todo o meu respeito, porque sei que ele não vem aqui à toa, diante de todo esse cenário que eu falei o governo não iria colocar mais um para nos enganar. Obrigado.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Eu gostaria de pedir, para todos quando utilizarem o microfone se identificarem, porque está sendo gravado para fazer a ata. Não você já foi, mas só daqui para frente. Muito obrigada.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Temos mais algum lançamento de candidatura para presidir a câmara técnica? Por favor? Se não tiver eu passar para o Régis, para que ele fale? Mais algum? Bom, não está fechado, o Régis fala e se mais alguém quiser se candidatar e depois partiremos para a eleição. Obrigado. Só um minuto, chegou o nosso conselheiro Wilson, eu quero só que ele se apresente para ficar gravado em ata. Por Favor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom dia. Wilson de Azevedo, representante do seguimento de usuário dos pescadores, lazer e turismo.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Só para registrar e membro também do conselho nacional de recursos hídricos, além de membro também dessa câmara, como da CTIL e é muito atuante no conselho, nosso conselheiro Wilson.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Régis aqui do Gerenciamento Costeiro. Bom primeiro eu gostaria de dizer que fiquei bastante lisonjeado quando o secretário, juntamente com o diretor, citou o meu nome. Nós tivemos que conversar bastante em função das agendas. E dizer também em um primeiro momento que eu apoio o colega aqui que, com certeza o espírito de que presidir essa câmara aqui vai ser para funcionar. Eu acho que não dá para todos nós aqui temos agendas, temos compromissos e se for para ser mais uma eu concordo plenamente. Eu também até serei absorvido pela agenda que já existe na minha coordenação. E quando eu fui chamado na época, inclusive pelo Soavinski, que eu acho que ficou aqui dois meses e depois veio o Secretário Jair que deu total apoio ao caminho que estava sendo tomado, foi de justamente trazer o gerenciamento costeiro como protagonista. Então eu não sei se vocês sabem, mas esse ano o gerenciamento costeiro está fazendo trinta anos, e é o momento de nós avaliarmos, e tem tudo a ver com essa câmara. Mas eu gostaria de me apresentar um pouco mais. Eu sou oceanógrafo, sou formado na Fundação Universitária do Rio Grande, entrei no IBAMA, depois no ICMBio, coordenei durante muito tempo um centro nacional de espécies ameaçadas de mamíferos aquáticos, morei muito tempo no nordeste, ajudei a criar várias unidades de conservação estuarinas, a APA da Foz do Rio Timonhas no Piauí, da APA da foz do rio Mamanguape na Paraíba, que foi uma das primeiras. A APA da Costa dos Corais, a APA da Baleia Franca. Então, sempre com essa visão costeira estuarina, de que nós não temos como criar unidades de conservação costeira sem envolver os estuários. Depois disso tive bastante experiência internacional também com relação ao centro, fiquei nos últimos oito anos coordenando uma estação ecológica marinha costeira, que é a estação ecológica de Tamoios, foi uma experiência bastante rica também, porque nós trabalhamos muito com os municípios, com os comitês de bacias. E vim para cá em função de um desafio, que era ajudar para que esse tema, gerenciamento costeiro, no qual o diagnóstico era que o Brasil estava bastante atrasado com o que estava acontecendo no resto do mundo, e que nós precisamos revitalizar o gerenciamento costeiro. Então várias iniciativas que já existiam, nós passamos por esse processo de bastante discussão, aqui dentro da secretaria, do departamento, da nossa coordenação, e realmente nós fizemos um trabalho de juntar iniciativas boas que existiam e *linkar* isso com o que está acontecendo no mundo. Então hoje existem algumas ações prioritárias do gerenciamento costeiro federal, uma delas foi retomarmos o ENCO-GERCO, que é o Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, que há nove anos não acontecia, e é um encontro que envolve os níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. E nós colocamos os quatro temas, um deles foi justamente à gestão de bacias hidrográficas e gestão costeira o doutor Sérgio foi convidado e participou, foi um dos temas de uma mesa redonda muito interessante, aconteceu lá em Rio Grande. E umas das coisas importantes que nós tratamos, foram os colegiados que a coordenação e o departamento vêm coordenando no âmbito da CIRM. Então nós coordenamos talvez o maior colegiado da CIRM, da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, que é o grupo integrado de gerenciamento costeiro. São 23 instituições, são praticamente todos os Ministérios, sociedade civil, a academia. E nós conseguimos fazer realmente esse exercício que foi colocado aqui de revitalizar o gerenciamento costeiro. Porque temos que lembrar que a CIRM, assim como o CONAMA são as grandes comissões que nós temos e a CIRM, na questão do mar ela é importantíssima, ela tem o poder de resolução. E nós conseguimos mostrar que realmente os planos de ação, que é a forma que o GI-GERCO trabalha, eles estavam não efetivos, não estava sendo efetivo todo aquele trabalho de montar planos e depois efetiva-los, e nós trabalhamos muito o ano passado, nós trabalhamos o ano inteiro para construir um plano de ação que fosse realmente comprometido com os membros. E já convido a todos, acho importante, dia sete agora, na Marinha, no anexo A, teremos a reunião da CIRM, que será a primeira reunião desse plano de ação. Que são 16 ações. Depois eu posso passar uma cópia para vocês, uma delas será proposta pelo G17, que é a representação dos 17 estados costeiros. São as boas práticas em relação à questão de gestão de bacias, a gestão costeira, como identificar boas práticas nessa integração de bacias hidrográficas e gestão costeira. Então eu acho que é uma ação que os estados costeiros se prontificaram a executar, e que vai trazer muitos subsídios para essa câmara. A minha proposta, eu diria assim, como presidente, é justamente, eu penso que é trabalhar na integração. Trazer para a câmara a visão do gerenciamento costeiro, atualizar a câmara

do que está acontecendo a nível de gerenciamento costeiro, das questões do mar. E sobre tudo tentar caminhar para a integração realmente, que é importante abrir aqui uma janela e colocar para vocês, que o Brasil é signatário de uma ação de proteção global, que se chama, proteção do ambiente marinho das fontes de atividades continentais, e o Brasil não tem participado dessa comissão desse grupo internacional, que está ligado a ONU Meio Ambiente. E dezembro passado a delegação brasileira que eu fiz PAT, na terceira assembleia da ONU Meio Ambiente que foi em Nairóbi, pelo nosso trabalho da coordenação de gerenciamento costeiro aqui na secretaria, nós aprovamos um compromisso voluntário na conferência dos oceanos na ONU em junho passado, que trata de desenvolver uma estratégia para combate ao lixo no mar, com a visão do mar para o continente. O quanto que o continente, o quanto que o lixo, macro e micro plásticos estão provocando danos, não estou falando nem de impacto, estou falando de danos ao ambiente marinho costeiro, não só no Brasil. Porque em função da mobilidade das correntes, isso envolve o planeta inteiro. Então é nesse sentido que eu vejo também a CTCOST, nos vejo buscarmos uma integração com o GI-GERCO. Eu acho que é importante termos em mente que existe um colegiado importante na CIRME, que trata disso, então podemos trazer e integrar essas ações, pelo menos aquelas que sejam comuns. E lembrar que existem também compromissos internacionais que o Brasil tem e que não está cumprindo, e que a CTCOST pode ser o fórum para trabalhar assuntos, temas para cumprirmos esses compromissos. Seria isso. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Por favor, continuamos abertos para possíveis inscrições para se candidatar à presidência da CTCOST. Bom, então vamos ser práticos. Não tendo mais nenhuma indicação, vamos passar diretamente, eu vou pedir para a Rachel conduzir pelos nomes da lista que os representantes se manifestem. Temos a candidatura do conselheiro Clímaco, também representante aqui, também faz parte do conselho, e do Régis que é da secretaria, que está na câmara já, já é indicado e vai ficar independente de qualquer coisa, ele já é indicado, ele será o representante do Ministério do Meio Ambiente da secretaria na câmara. Então temos duas candidaturas. Por favor, Rachel, pode conduzir?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Gostaria de pedir que minhas considerações eleitorais constassem em ata. Literalmente.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Bom, para facilitar eu vou seguir a ordem da lista de presença aqui, aí a pessoa se manifesta, e quem quiser falar alguma coisa, já aproveita e fala, está bom? Agência Nacional de Águas, Luciano Menezes.

O SR. LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA (Agência Nacional de Águas) – A Agência Nacional de Águas vota no doutor Régis para presidente da CTCOST.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Conselho Estadual Rio Grande do Sul, Fernando.

O SR. FERNANDO COMERLATO SCOTTÁ (SEMA/RS) – Conselho Estadual do Rio Grande do Sul: O Conselho vota no doutor Régis.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Obrigada. Prestadora de serviço público e Abastecimento de Águas e Esgoto Sanitário, a Patrícia.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – A AESB vota com o doutor Régis.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Obrigada. Setor Indústria. Bhaskara.

O SR. BHASKARA CANAN (CNI) – Setor Indústria, doutor Régis.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Obrigada. Pecador. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bem, eu cheguei atrasado, um pouco, peço desculpas. E não conheço o nosso colega aqui, Régis. Mas pelo que ele falou, formado na Universidade lá de Rio Grande, que fica no meu estado e pelo compromisso que eu vi que ele tem com a preservação, eu gostaria muito de dar o meu voto ao meu conterrâneo aqui, você é gaúcho também Régis, gostaria muito de dar o meu voto. Mas por outro lado, mas por outro lado, a representação dele do Governo Federal tem um histórico complicado, porque as mudanças constantes que existem na estrutura administrativa do governo, não só federal como dos estados, levam a descontinuidade das atividades e isso prejudica o trabalho, por melhor intencionado que sejam os técnicos, que eu acredito que são e eu sou amigo particular de muitos técnicos do governo, já trabalhei no governo. Eu vejo que isso prejudica, em vista da descontinuidade administrativa, nesse ano nós teremos eleição. O ano que vem já irá começar outra história, com outro presidente, outros governadores. E por outro lado eu conheço o João de atuação em várias câmaras, e vejo a atuação dele sempre brigando e atirando pedra, mas é o seguinte eu gostaria muito de ver pedras e flores, eu gostaria muito de ver uma câmara técnica na tua presidência João, porque seria a hora de você, em vez de pedra virar vidraça. Então baseado nesse entendimento eu vou dar meu voto para o João.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Certo então. Voto para o João. Comitê, Ney Ikeda.

O SR. NEY AKAMARU IKEDA (CBH-RB) – Meu voto para o Régis.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Obrigada. O Demetrio é ABRH não é? É porque, Demetrio depois eu vou trocar aqui na lista. A desculpa, você assinou no local errado, mas depois nós corrigimos. ABRH então.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Voto com doutor Régis. Aproveito a votar nele para também, voto em função da experiência e dessa inter-relação que o gerenciamento costeiro tem com essa câmara, que está mais que claro. E confiando de que apesar das agendas, vai conseguir dar um rumo e manter a comissão aqui funcionando, para ter um resultado no final do ano.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Eu me esqueci de chamar alguém? Tirando o Régis? Os próprios candidatos gostariam de votar?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Nós temos que votar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – E vou votar em mim mesmo. Se eu não tivesse nessa condição eu não teria problema em votar na sugestão da Secretaria, considerando o respeito que eu tenho por Soavinski, e também agradecer o voto do meu colega Wilson, pegando dele também as motivações que levaram ao surgimento da minha candidatura, eu almejo que o Régis, caso seja eleito ele continue firme nesse processo.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Você gostaria então que eu computasse o seu voto para o Régis?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – O meu voto é meu mesmo.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Você vota em você, eu queria entender.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu me abstenho.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Bom eu vou computar os votos. São seis votos para o Régis e um para o João Clímaco. Então.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Não, são dois votos para o João.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – O João votou nele mesmo? Então está. Seis do Régis, dois do João e uma abstenção. Então o Régis pode tomar o seu assento. Obrigada.

O SR. SERGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL) – Eu agradeço e peço desculpa, mas já estou indo lá no IBAMA. Na comemoração de aniversário. Serão assinados alguns atos também lá. Desejo muito sucesso. Espero que a CTIL receba muitas demandas importantes desta câmara, para a CTIL apoiar e lavar ao plenário. Muito obrigado. Sucesso. E bom trabalho. Régis parabéns, bom trabalho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Bom pessoal. Primeiro obrigado pela confiança. Eu só posso prometer me dedicar e eu acho que realmente antes de começarmos, de propormos uma agenda. Eu estou sentindo bastante compromisso, que todos querem que a CTCOST realmente funcione. E eu queria trazer desde já como premissa, eu particularmente, vocês estão vendo a minha experiência, eu tenho essa experiência costeira, tenho essa experiência estuarina, conheço um pouco de recursos hídricos, estou dentro da secretaria que é de recursos hídricos, que é de qualidade ambiental, a

qualidade ambiental trata de recursos hídricos, de estuário e de zona costeira. Eu gostaria muito, que refletíssemos, pensássemos e víssemos como uma premissa, como nós integraremos também nesses fóruns que já existem. Para não termos retrabalhos, e aproveitar inclusive para acrescentar conhecimento e informações que já foram discutidas e trabalhadas. Eu me comprometo bastante a trazer um pouco dessa experiência de outros colegiados que eu não citei aqui da CIRM, que participamos. Participamos do GUSBrazil, que é onde estão todos os projetos de pesquisa oceanográfica de coleta de dados, eu não estou vendo o MCTIC, mas ele faz parte não é? Nós somos vários parceiros. E gostaria muito que tivéssemos este olhar, eu sei que vocês tem muita experiência com recursos hídricos, mas que tivéssemos o olhar da zona costeira, porque no final a zona costeira é uma área econômica, social bastante importante para o nosso país. Nós temos comunidades tradicionais que estão lá, nós temos áreas protegidas e tudo o que está acontecendo na costa hoje. Eu não digo tudo, mas grande parte vem do continente. Então esse é o olhar que eu pretendo trazer aqui, para acrescentar com o olhar que eu sei que vocês têm de gestão de recursos hídricos. Eu acho que esse é um desafio, eu conheço algumas experiências de fora do país, que isso já foi resolvido, até institucionalmente. Nós vemos, por exemplo, na Suécia, uma agência de águas e de oceanos trabalhando em uma mesma estrutura. Então eu acho que aqui na câmara podemos evoluir bastante nessa questão de água doce e água salgada. Eu acho que aqui na agenda agora o próximo item é passar para a Adriana, não é Adriana? Para você falar sobre o programa nove, é isso?

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA – É porque a última reunião foi há três anos, não vai aprovar a ata. Bom dia. Eu sou Adriana Lustosa. Sou aqui do departamento de recursos hídricos e estou na coordenação que trabalha com o plano nacional de recursos hídricos. E a intenção aqui é na verdade contextualizar o programa nove do programa nacional de recursos hídricos, que trata de gestão de recursos hídricos integrados ao gerenciamento costeiro incluindo as áreas úmidas. Então como é que surgiu esse programa? Uma das atribuições do Ministério do Meio Ambiente, é a monitoração as revisões e o monitoramento da implementação do plano nacional, então isso articulado com a câmara técnica do PNRH e com a Agência Nacional de Águas. Então em 2005 ou 2004 houve todo um processo e uma mobilização social e um conjunto de estudos elaborados, seminários, atividades para a elaboração do plano nacional, que foi aprovado em 2006 pelo conselho de recursos hídricos. Esse plano, ele prevê treze programas e trinta e três subprogramas, isso lá em 2006. E dentre os programas, está o programa nove, que é este que eu já citei para zona costeira. Esses programas ainda que aprovados na resolução 58, eles só foram detalhados em 2007, só que naquela ocasião não foi detalhado a zona costeira, ele ainda foi jogado mais para frente. Em 2007, foram detalhados o programa um ao sete. E esse programa de zona costeira, ele faz parte de um conjunto de programas, que no plano nacional ele chamou-se de Situações Especiais de Planejamento. Então além da zona costeira, tem a questão das águas subterrâneas, tema questão do Pantanal e da Amazônica, da região amazônica. São quatro programas regionais. Inclusive, três desses, tirando as águas subterrâneas, o detalhamento ficou a cargo da Agência Nacional de Águas. E aí em 2009, a Agência Nacional de Águas apresentou uma proposta para essa câmara técnica e avaliada pela câmara técnica do plano, de detalhamento do programa nove, e essa proposta foi aprovada pela resolução 148 de 2009 e é o que está vigendo em relação ao programa. Acontece que a cada quatro anos é realizada uma revisão do plano nacional, dos seus programas, para dar mais foco para o ciclo seguinte, então houve uma primeira revisão que gerou prioridades para 2012 e 2015, eram vinte e duas prioridades, nenhuma dessas era focada diretamente no programa nove, mas todas perpassavam, porque muitas eram relacionadas até a implementação dos instrumentos de gestão. Tudo isso, tem impacto na zona costeira. Depois houve mais uma revisão do plano que envolve consulta pública, teve um seminário nacional e a câmara técnica aprovou dezesseis prioridades para o ciclo que está em vigência de 2016 a 2020. E dentre essas prioridades a que está relacionada ao programa nove, que é o que nós temos de mais atual em relação as demandas do programa nove, é a prioridade dezesseis, que é integrar as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, ligado ao programa nove. As ações. Desenvolver capacidade de representantes do SINGRE sobre os temas de interface entre gestão costeira e gestão de recursos hídricos, definir diretrizes específicas para a elaboração de planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos de zona

costeira, definir diretrizes e atribuições da área de gestão de recursos hídricos na gestão costeira e bacias insulares. E aí vem um conjunto de metas para a implementação dessas ações que eu vou ler aqui rapidamente. Uma é um edital do MCTIC, pelo CTHidro, que é o fundo setorial de recursos hídricos para um estudo para definição de indicadores e metodologia de monitoramento da qualidade da água em zonas costeiras. Esse edital, já houve uma conversa com o Ministério da Ciência e Tecnologia para darmos encaminhamento a esse edital, e essa CTCOST participaria no acompanhamento das propostas desse edital, contribuiria assim para a construção desse edital e todos aqueles parceiros ali, interlocutores. Outras duas prioridades que são relacionadas, são a própria retomada dessa câmara técnica, ela já estava a três anos sem reuniões e houve essa demanda muito forte de que aparecesse como uma meta do plano que essa câmara deveria ser retomada e deveria ser proposta uma agenda para a câmara até 2020. Outra questão é definição de indicadores de monitoramento de águas costeiras, isso é uma responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, não só da SRHQ, mas envolvendo as áreas específicas, mas a CTCOST e a Agência Nacional de Águas acompanhariam e contribuiriam nessa atividade. Então depois, elaborar proposta piloto para o enquadramento de águas costeiras, também é um desafio que está a cargo dos CBHs e cabe ao Ministério do Meio Ambiente fazer essa provocação aos CBHs, para essas propostas pilotos de enquadramento. Avaliar as interligações entre o PNRH e outros planos setoriais para a zona costeira e propor um modelo de interação, também cabe ao Ministério do Meio Ambiente com o apoio da CTCOST. Aí é importante enfatizar que esses estudos de avaliar essas inter-relações entre planos setoriais, ou então relacionadas a zonas de planejamento, a áreas de planejamento, os resultados desses estudos já teriam um impacto no próximo plano nacional, que passa avigorar a partir de 2021. Porque nós finalizamos este plano agora em 2020 e esse tipo de estudo vai ser referência, subsídio para construção desse novo plano, que a partir de 2019, nós daremos início as atividades, porque temos que entregar isso ao final de 2020, para ele passar a vigorar em 2021. E integrar a zona costeira nos estudos sobre planos, cadastros, cadastros de usuários, gerenciamento de riscos, fiscalização, fortalecimento da participação, educação, capacitação, metodologias. Então é bem ampla essa meta, cabe a ANA e Ministério do Meio Ambiente no nosso monitoramento responder como é que a zona costeira está sendo integrada nesses tipos de ações. Na fiscalização, qual é o olhar sobre a zona costeira. No cadastro, qual é o olhar sobre a zona costeira. E reportar isso ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e especificamente também a essa câmara técnica. Então hoje são estas prioridades e metas que estão vigendo em relação ao programa 9, mas não quer dizer que toda a parte teórica, o arcabouço colocado ali originalmente no programa, ele não deixe de existir. A única questão é que se deu foco para essas ações, mas considerando as diretrizes e todo o apanhado do programa. A Claudia disse que mandou para vocês o programa, então é importante dar uma olhada. E então agora, cabe a câmara técnica avaliar como é que vai dar encaminhamento. Esse programa também teve um histórico aqui na câmara técnica, de discussão. Alguém poderia falar melhor a respeito. Ok Rachel? Mais alguma questão que você acha que é importante levantar?

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Na verdade a câmara técnica não chegou a trabalhar o programa nove depois que ele foi aprovado pelo CNRH, esse programa foi desenvolvido por uma consultora contratada pela Agência Nacional de Águas, mas ele teve como base, um trabalho feito pela câmara técnica, se você pegar o trabalho que a CTCOST fez e o programa nove, é um espelho, teve melhorias, teve acréscimos, mudanças do texto, mas foi com base no trabalho que a CTCOST já tinha feito. Mas depois que ele foi aprovado pelo conselho a CTCOST não retomou os trabalhos para saber como iria colocar isso em prática. Então na verdade na câmara técnica o programa 9 não foi avaliado. Não foi feita uma agenda de trabalho pós-aprovação. Então não teve esse histórico na câmara. Eu não sei se todos tiveram tempo de dar uma olhada no texto, dar uma estudada? Eu não sei Régis, como nós podemos conduzir? De qualquer forma, essa tabela de metas da prioridade dezesseis (PNRH), ela reflete na verdade um pouco do que é o programa nove, as metas têm coisas que o programa 9 diz. Então a tabela pode ser um direcionamento para a câmara, essa própria tabela de metas que tem inclusive prazos.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA – Então a nossa proposta, do MMA no caso, aquelas metas que tiverem sobre responsabilidade do MMA, o MMA estará à frente da condução, eventualmente se precisar de algum estudo, de algum seminário, de algum tipo de ação específica o MMA pode puxar. Mas é fundamental que a CTCOST acompanhe todo esse processo dessas atividades. Se tiver estudos que a CTCOST possa se manifestar sobre esses resultados, então terá essa atividade caminhando conjuntamente.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu acho que nós temos que, em termos de como vamos conduzir a reunião, foi feita uma tentativa de já na tabela trazer as principais metas, tanto do programa nove como da plenária de tudo aquilo que diz respeito à CTCOST, para nós discutirmos mais em cima das metas. E em cima dessas metas tentarmos fazer a nossa agenda. Porque afinal de contas a CTCOST está ligada ao conselho, se existem ações do conselho que foram designadas a CTCOST eu acho que é a base que temos que trabalhar. A questão é que, nós passamos uma rodada rápida do programa nove? Ou vocês querem trabalhar direto já a tabela onde estão realmente as metas do programa nove da plenária? Então vamos dar uma repassada, porque na verdade será o subsídio para a discussão de agenda, e o que vamos realmente fazer.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Régis, eu gostaria só de esclarecer, que ele está falando aqui em prioridades do plenário, e vocês acabaram não recebendo isso na convocação do conselho. Existe essa tabela com as metas até 2020 para ações específicas, para esta prioridade dezesseis que é gerenciamento costeiro. Mas existe também outra tabela, que são as prioridades que o plenário deu para câmara técnica, para ações de 2016 e 2018, isso na realidade ficou um pouco esquecido na convocação, mas eu fiz uma tabela comparativa, Claudia, está até minimizado aí no computador, onde eu coloquei essa tabela do plano nacional, onde tem essas metas e eu tentei encaixar as prioridades que o plenário deu para a CTCOST, umas já abordadas e outras ainda não. São novas, é um PDF, esse ao lado, isso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – A intenção de fazer essa tabela foi justamente essa, juntar em uma tabela todas as metas a que cabem a CTCOST, seja as advindas do conselho, ou seja, as advindas da plenária, dá para vermos o que cabe. Nós já fizemos um exercício anterior para tentar otimizar a reunião, mas nós podemos tentar passar o programa só para vocês terem uma ideia.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Então, nessa primeira página da tabela, o que está em preto são as metas do plano nacional, isso que vocês receberam que é o anexo da resolução 181, e na segunda página que realmente eu fiz um exercício. O que está em azul foi o que o plenário deu para a CTCOST, então na verdade eu fiz uma ligação entre os temas que o conselheiro sugeriu o texto aí está exatamente como o conselheiro mandou, nós não mexemos no texto que foi enviado. Então eu tentei fazer uma articulação entre o que o conselheiro enviou como prioridade e o que está como meta do plano. Só para termos uma noção do que pode ser trabalhado em um tema só, um esforço único. E aí Régis, nós havíamos conversado ontem, por exemplo, o MCTI não está aqui hoje. A primeira meta que está lá do plano nacional, que é dezembro de 2018, por exemplo, nós poderíamos trabalhar com ele aqui, como que o ministério poderia ajudar no caso, a CTCOST, ele como executor a trabalhar essa meta que é, lançar edital de elaboração de um estudo para definição de indicadores e metodologia. Então eu acredito que passando meta por meta nós podemos definir talvez um, não sei, vamos ver.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – O que vocês acham pessoal? Vocês querem que nós realmente passemos o programa? Para vocês darem uma lida? Querem que nós discutamos a tabela? Queria ouvir um pouquinho vocês. Porque se for realmente para passar o programa, nós passamos. É um PDF de textos. Claudia tem como passar o texto do programa nove, rapidinho? Porque essa tabela é um resumo de todas as metas que tem como eu falei, para nós discutirmos e tentarmos fazer uma agenda. Aí tem essa parte de contextos, justificativas. Eu acho que pode ir descendo, porque para ler todo o texto não daremos conta.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu gostaria de respeitosamente sugerir que toda vez que fizesse uma reunião, começasse uma reunião de câmara, fizesse a proposta de pauta. Colocasse a discussão da pauta, porque às vezes podem surgir assuntos dos próprios membros sugerindo alguma coisa que esteja fora do assunto. Eu queria propor também, o motivo da minha fala assim, é porque nós já perdemos muito tempo para definição de coisas conceituais e as vezes tem demandas que são pertinentes ao a missão da CTCOST, e as vezes nós terminamos não dando atenção por conta do cumprimento dessa agenda, que eu chamei agenda burocrática.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Pessoal, então nós poderíamos discutir as metas, aí nós tentamos objetivar a nossa reunião? Poderia ser? E aí nós disponibilizamos quem não tiver o programa nove, nós podemos disponibilizar. Já foi disponibilizado, não é? Então poderíamos ir para questão da tabela e tentar ser prático, porque nessa primeira reunião que é uma retomada, eu acho que nós temos o objetivo maior de fazer uma agenda da CTCOST, o que vamos tratar. Porque eu acho que um comitê, um grupo, uma comissão tem duas coisas que fazem ela ter sucesso, uma é o compromisso e a outra é a agenda. Então eu acho que o compromisso nós já mostramos que temos, agora temos que acertar a mão na agenda. Eu acho que o nosso desafio agora é acertar a mão na agenda e realmente acho que poderíamos discutir um pouco a tabela. Se vocês me permitem, como nós fizemos um pouquinho o exercício de casa, nós nos reunimos para discutir um pouco essa tabela e a tabela saiu como resultado da nossa reunião. Nós vemos que como a Adriana estava falando, nós teremos basicamente nas tabelas e eu gostaria que todos dessem uma olhada e que nós pudemos discutir isso que eu vou puxar a discussão com vocês. Na verdade, tem um item que é implementar a agenda de trabalho para a CTCOST, beleza, nós estamos fazendo isso agora, quer dizer, ao final da reunião nós teremos alcançado esse objetivo. Lá tem, estabelecer agenda e implementar agenda, ou seja, é uma coisa só. Quer dizer, são duas metas até 2020. Aí tem aqui o que a Adriana destacou que é lançar o edital para elaboração de um estudo para a definição de indicadores e metodologias de monitoramento da qualidade de águas costeiras. E tem outra meta que fala, definir indicadores de monitoramento de águas costeiras, que me parece ser a mesma coisa. E aí sim vem elaborar proposta piloto para enquadramento de águas costeiras, e depois avaliar as inter-relações entre o plano nacional de recursos hídricos e outros planos setoriais para a zona costeira e propor o modelo de integração. E uma das coisas que se destaca lá na plenária é quando eles sugerem também uma meta de capacitação. Então se me permitirem, eu acho que nós temos aqui uma meta que é bastante técnica, se nós formos trabalhar só em cima do que está aqui, que é essa definição de indicadores e metodologia de monitoramento da qualidade de água das águas costeiras, que isso segundo a Adriana já existe um edital, já existe? Ou tem que ser feito? Isso seria bom nós esclarecermos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA – Foram propostas um conjunto de mates para o CTHidro, que é um fundo setorial de recursos hídricos, que arrecada dinheiro do setor elétrico para aplicar em pesquisa de recursos hídricos. E nós nos articulamos com o MCTIC a respeito dessas metas, encaminhamos, eles acharam até interessante a provocação, porque o CTHidro estava paralisado, e eles vão retomar as atividades para discutir essas metas. Mas explicaram que aquelas metas de 2017 e 2018, que tinha nos editais, não seria

possível atender dentro daquele prazo, porque eles estavam com recurso escasso e pagando alguns projetos anteriores. Mas que eles colocariam na programação para 2018 e 2019 essas metas que foram encaminhadas. Então esse estudo não sairia agora, o que caberia a câmara técnica, eu posso até trazer alguém do CTHidro aqui para explicar como são formados esses editais. E aí nós já iríamos trabalhando na concepção de um edital, para já chegar com um edital lá no fundo setorial. E essa outra meta que é a definição de indicadores é do Ministério do Meio Ambiente e para isso deve ser contratada alguma consultoria, um estudo técnico que de as bases para uma definição desses indicadores. A ideia quando envolvemos o CTHidro, era para além de você contratar consultorias específicas, era você abrir também para a academia, contribuir com propostas também, ter esse retorno da academia, então são dois estudos que serão trabalhados juntos, conjuntamente, um vai influenciar no outro.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Gente me desculpem a minha constante intervenção, mas se eu fosse presidente eu iria dar margem a esse tipo de visão. Eu acho que temos uma proposta de trabalho que tem uma matriz, que eu já falei uma matriz que eu chamo de burocrática, mas não é bem assim. Quer dizer, é realmente um arranjo para conseguir trabalhar, como o senhor mesmo falou, contudo eu queria dar uma opinião, sobre já alguns temas aqui colocados, porque uma das maiores dificuldades dessa câmara não ter funcionado foi que aspectos conceituais viravam problema político, então conceito de integração de área costeira com área virou bandeira política de grupos de interesse, não seria nem bandeira política da sociedade. E aí era momento para se implodir o processo de construção do resultado, na verdade por trás desse dilema estava a desconstrução de um trabalho. Então eu estou falando aqui que quando você fala em edital para elaboração de estudos, que pese a minha visão de sempre tentar universalizar o máximo as questões políticas da gestão de recursos hídricos com o restante das outras políticas públicas, quando você fala em lançar edital para elaboração de estudos e definição de indicadores e metodologias, eu queria já antecipar e eu não sei se esta matriz já está definida se é desse jeito na sua fala, no seu conceito aqui, mas o monitoramento da qualidade das águas costeiras é correlacionando isso com instrumentos de gestão. Porque quando você não coloca uma coisa assim muito clara, vai haver no processo a implosão do resultado. Eu não sei se algum aqui estava nessa época, mas se eu colocar aqui monitoramento de qualidade das águas costeiras em relação ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão. Então você está fazendo um foco na política de recursos hídricos e seu eixo para correlacionar com outras coisas. Mas desse jeito vai aparecer um bando de gente para desconstruir porque vai virar uma coisa genérica e todo mundo mete a mão. E outra coisa que eu penso que poderia ter indicadores de monitoramento de águas costeiras, é genérico, isso tem várias frentes de ação de trabalho no âmbito da política pública, que tem um olhar sobre isso aqui de maneira diferente. Então deveríamos colocar aqui, indicadores de monitoramento de águas costeiras à luz dos instrumentos de gestão, ou seja, outorga. É a proposta piloto para enquadramento, já é um próprio instrumento, mas eu acho que merecia não só o enquadramento, mas rever a questão das outorgas e planos das regiões costeiras, já foi um assunto que virou discussão imensa e foi um dos assuntos que foi motivo de implosão dessa câmara. Como não se pode discutir plano de bacia e região costeira com suas especificidades, claro que pode, mas isso não quer dizer que por conta de um grupo de dentro do próprio estado que não queria que isso avançasse isso não quer dizer que novamente a luz de pessoas sérias como estou vendo agora, esse assunto volte, porque é impossível você pensar os planos de bacias das regiões costeiras, como algo exatamente igual aos outros planos de bacia. Há especificidades para se implementar um plano de bacia das regiões costeiras, assim como, há especificidades para outorga, há especificidades para cobrança. Então quando se fala em elaborar proposta piloto para enquadramento das águas costeiras, eu penso que não só enquadramento, mas também os outros instrumentos, avaliar inter-relações de outros pontos setoriais. Sempre penso que deveria colocar no caso da integração, usar os instrumentos de gestão como eixo do trabalho, a partir daqui dessa câmara. Porque se deixar assim, vai virar um grande seminário eterno de um ano, dois anos. Então eu só dou este testemunho, porque eu sei que desse jeito nós vamos avançar, pelo menos no meu entendimento.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado conselheiro. Eu só queria antes de passar a palavra, que os nossos colegas que chegaram se apresentassem, por favor.

O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia) – Bom dia. Sou Renato Sampaio, Sou do Ministério de Minas e Energia, secretaria de petróleo, gás e biocombustíveis.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Eu sou José Miguel da Silva. Estou aqui representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Então eu passo a palavra para a Patrice.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Na verdade eu gostaria de fazer um questionamento. Essa câmara técnica pode opinar nessas elaborações de termos de referência?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu vou responder. É esse o seu questionamento? Eu queria fazer um esclarecimento, que é justamente isso. Eu acho que temos que pensar, e que foi muito bem levantado pelo conselheiro. Mas eu acho que esse é o nosso primeiro desafio e é um desafio técnico. Você precisa também ter uma base técnica para pensar também nesses enquadramentos. Assim como depois disso você tem que pensar, então como eu enquadrar isso. Se eu tenho os instrumentos e se eu tenho esses enquadramentos, vamos ver como podemos enquadrar isto de acordo com o funcionamento da zona costeira. Então a minha proposta aqui e eu já gostaria de encaminhar, é que nós colocássemos como agenda esses dois itens, que na verdade é um só, que são os estudos para os indicadores com todas as referências que foram levantadas, que eu veja o MCTIC, já com edital, com tudo e o MMA depois pensa nos indicadores, essa é a linha de raciocínio geral. O que a CTCOST talvez pudesse contribuir e de alguma maneira qualificar este processo, é eles participarem desses termos de referência. Nós fazermos rodar os termos de referência, para a câmara temática poder dar sua opinião sobre os termos de referência, incluir e inserir, excluir. Eu queria colocar isso como encaminhamento para podermos juntar essa parte, porque é importante depois indicadores que são duas coisas na verdade juntas, mas irão ser feitas em tempos separados, mas são subsequentes, que nós conversássemos e aí sim, viesse uma recomendação aqui da câmara para nós conversarmos com o conselheiro que está aqui hoje, que é o MCTIC, para nós fazermos um esforço para esse edital, já que está disponível para 2018, realmente contemplasse esse lado de nós conseguirmos contratar alguém para fazer esses estudos, e que a nossa contribuição, além de fazer esses trabalhos junto ao MCTIC, de apoio ao MCTIC para esse edital, era a nível de câmara nós conseguirmos fazer essas leituras técnicas necessárias. Passo a palavra.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom, tem uma pauta aí definida, mas todos nós sabemos, que esse CTHIDRO, esse fundo não tem dinheiro. Tanto não tem que para reunião do dia oito agora, de recursos hídricos, nós estamos fazendo uma moção, para que sejam respeitadas a legislação e a garantia de recursos para o Ministério de Ciência e Tecnologia, inclusive em um aporte de recursos ao CTHIDRO, que pela lei ele tem direito a um percentual de arrecadação, por exemplo, do setor de geração de energia elétrica, da compensação financeira e esse dinheiro vai para o Ministério e não vai para o CTHIDRO. É desviado para atender outras necessidades. A carência de recursos é gigante, nós sabemos disso. Então eu acho que ficar trabalhando em edital, podemos até trabalhar, mas será um edital vazio. Porque edital quando não tem recurso para ser locado não tem problema. Agora, resgatando um pouco da história dessa câmara técnica, eu me recordo que um dos motivos que levou a sua inanição, a sua falta de funcionamento, que era comandada pelo governo, foi o fato

de que os planos, a lei 9433, prevê a integração da gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras, e isso estava sendo cobrado por inúmeros conselheiros, e a alegação é que o governo não tinha pernas, não tinha dinheiro para incluir nos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas, esses outros estudos visando essa integração. Quem é que iria pagar essa conta? Eu me lembro que a própria Agência Nacional de Águas disse, que não temos dinheiro para fazer isso, como nós vamos fazer isso? É muito amplo. Então eu acho que tem duas coisas aí que eu queria ponderar, primeiro nós temos uma diretoria que o Régis é o titular. Nós não sabemos o que essa diretoria está fazendo, assim como aqui no próprio Ministério do Meio Ambiente, nessa secretaria, provavelmente não há uma comunicação entre as secretarias, isso é muito comum no governo. Então eu queria ver como é que nós poderíamos adaptar, ou encaixar a programação da diretoria dele, a nossa agenda aqui, prevista pelo plano. Acho que trabalhar indicadores é válido, mas acho também que isso é um passo seguinte, primeiro eu gostaria de ver esse encaixe das atividades, para nós não duplicarmos esforços. E aqui está, integrar as zonas costeiras nos estudos sobre planos, cadastros de usuários, eu acho que é exatamente isso, quer dizer, como é que nós vamos integrar a gestão, o sistema de bacias com o programa estuarino e de zonas costeiras? Como é que nós vamos fazer essa integração? Talvez tenha que ter uma diretriz para os próprios planos de bacia para a resolução, para incluir isso. Se é que já não tem, porque nós temos já um livro dessa grossura de resoluções do conselho, que eu nessa altura do campeonato já nem lembro mais o que tem. E outra coisa que eu gostaria de pedir. Que durante a reunião há já um tempo, eu estou vendo que nós temos aqui um representante dos pescadores. Eu gostaria de ouvir o que ele tem a dizer para nós. Eu moro em Brasília, quer dizer, eu não tenho essa sensibilidade que ele tem, e eu gostaria de abrir um tempo para ele durante a reunião, para que ele se manifestasse, e nos colocasse as suas dificuldades. Talvez vendo as dificuldades de quem realmente está lá na ponta, é que nós possamos quem sabe estabelecer alguma prioridade aqui para os trabalhos dessa câmara técnica. Então são esses dois pontos presidentes, que eu gostaria de submeter à apreciação de todos.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH/RJ – Sociedade Civil) – Bom dia a todos. Antes de tudo me desculpem pelo atraso. Eu faço parte de do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas sou representante lá pela sociedade civil e eu tenho cobrado do órgão ambiental do estado do Rio onde é que está o grupo que cuida de gerenciamento costeiro, porque está escondido. E recentemente no encontro de comitês de bacias, eu moro em Duque de Caixas, baixada fluminense e não vejo a Baía de Guanabara, porque tem uma refinaria na frente da minha casa e um aterro sanitário metropolitano desativado, mas é uma montanha de lixo. Bem, e diante disso já percebemos que os planos municipais, os planos diretores e planos de saneamento, ainda são insipientes para resolver essa questão que hoje se fala, do lixo marinho, ou coisa parecida e de antemão vem essa questão da integração. Bem à medida que a água está salgada, gerenciamento costeiro, porque o comitê de bacias só teria águas continentais, ou seja, a água doce e se há influência de marinha, piorou. Então cinquenta quilômetros para dentro do continente também estria dentro da gestão costeira. E onde é que está a gestão costeira? Nós estamos procurando a gestão costeira. E por isso nós viemos parar aqui. Achei um absurdo em uma câmara técnica de ciência e tecnologia, foi lá que eu tomei conhecimento através do João Clímaco que a câmara técnica de gestão costeira não se reunia já a três anos, cinco anos, piorou então. Quis pegar leve, mas não precisa então. E achei que o Rio de Janeiro poderia fazer alguma coisa nesse sentido, e nós aprovamos uma moção. E na crise financeira que o estado está, quem viesse para cá teria que vir por sua conta e risco. E aí estou aqui. Um pouco atrasado, mas cheguei. A minha questão, que eu gostaria de levantar. É a questão seguinte. Lá no Rio de Janeiro já tem um bom ensaio, lendo o texto no avião fiquei triste, não fiquei triste, mas achei que foi escolhido o Rio Grande do Sul, Alagoas e Espírito Santo se justifica. Mas eu acho que um bom laboratório, que é um lugar mais conflitante, que tem mais conflito, eu acho que é a Baía de Guanabara. Porque estamos diante de um entrave do petróleo, da indústria Off Shore e dos pescadores artesanais, que cada dia a Baía de Guanabara com a exclusão da pesca, na verdade uma escolha política, entra petróleo e sai pescador. Então, não tem lugar para pescar, o único lugar que daria para pescar é com o anzol dentro da APA Guapimirim e olhe lá, se vai ser permitido. Onde a pá do remo, na Baía de Guanabara não passa de 25 centímetros, a pá do remo já

encontra assoreamento. Então é nesse estado de coisa que nós vimos falando. Bem, e o que seria importante do ponto de vista da integração, diria que tem quatro lagoas dentro do comitê da Baía de Guanabara, e nenhuma drena para a Baía de Guanabara. Não tem plano de bacia para essas lagoas e, no entanto está pendurado nos recursos da cobrança do comitê, para a cobrança de uso da água. Então tem uma porção de coisas do ponto de vista da legislação que precisaremos rever, porque ela não funciona. E lei que não se aplica, não serve para nada, então não precisa estar escrita. Então uma das coisas que eu gostaria de ver nessa câmara técnica a ser discutida é justamente como é que iremos casar gestão costeira, à medida que a regulação da lei por convenções, fiquei lendo o (...) aqui e pensei, não sei porque que a APA Guapimirim não é uma área úmida prioritária, visto que se acabar a APA Guapimirim, adeus Baía de Guanabara. Então vou ficar no meu território, mas é claro que temos abertura para discutir as questões que são mais gerais. Como iremos compatibilizar essas duas legislações que são do mesmo ente, por exemplo, o governo federal é o responsável pela gestão costeira, reúne treze ministérios o (...) e não tem dinheiro? Como? E vem a questão dos comitês de bacia, que ainda tem dificuldade de fazer ordenamento dos corpos hídricos, ou seja, na Baía de Guanabara ainda não tem nenhum rio classe um, todos são classe sete, mas só vai até quatro, nós sabemos disso, ou seja, é tudo usado como diluidor de esgoto. Como iremos proteger o mar do jeito que estamos tratando a bacia. Então para não me alongar muito, a questão que eu gostaria de ver discutida é se a gestão costeira está integrada ao comitê de bacias e não o contrário. A gestão costeira não superpõe a bacia. Então nesses três pilotos que estão no documento aqui, vai ficar bastante claro do que se propõe a câmara técnica, e lembrando que câmara técnica não legisla, não discute lei, ou seja, sugere para o conselho nacional. Talvez aprofunde ou discuta o mérito, não sei, sou peixe novo no aquário aqui e ainda irei ler o regimento interno. Mas eu queria dar essa contribuição do aspecto legal, porque eu acho que é ali que está o embrulho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado. Eu queria passar a palavra para o nosso colega e depois para o Ikeda.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA (FONASC – AHOMAR– Sociedade Civil) – Então o meu nome é Alexandre Anderson, eu agradeço a menção do companheiro Wilson e a oportunidade do FONASC de ter indicado a nossa representação para poder falar em nome do FONASC para a sociedade civil. Então, a questão da pesca é muito delicada mesmo, o companheiro Régis citou algumas unidades de conservação que ajudou a criar. Então a pesca vem colidindo e em alguns momentos vem até perdendo espaço até para unidades de conservação, mas hoje nós também consideramos que dos males é o menor. A unidade de conservação é a morfina do câncer, não é a cura. Então em alguns casos da nossa entidade, que eu represento e até vou apresentar melhor. Eu faço parte de um coletivo chamado AHOMAR, Associação Homens e Mulheres da Baía de Guanabara, que tem uma luta histórica contra a invasão do petróleo na região, atividades *Off Shore* e criamos vários núcleos em alguns estados, Espírito Santo e agora na Bahia, que muito se dá também pela oportunidade dada pelo ICMBio, que nos convida para visitar unidades de conservação, RESEX, estações ecológicas, cito ACRE, cito agora Reserva de Cassurubá, Corumbau, que nós fazemos um trabalho com pescadores, ajudando a empoderar eles, alimentar eles dessa situação, da forma como se embater a hora invasão do petróleo, hora rotas de navegação, hora empresas de papel, e todas elas poluentes. Nós hoje quando falamos de Petrobrás, FIBEA, Vale do Rio Doce, nós falamos poluidor, nós apontamos o dedo e chamamos poluídos, nós não falamos mais o nome da empresa, nós estamos sendo realmente, a costa brasileira está sendo dominada por todos esses processos. Então nós pescadores usamos como estratégia o conhecimento, o conhecimento básico que nós conseguimos dentro desses fóruns desses comitês, tanto que ocupamos na titularidade o comitê da bacia de Guanabara, somos titulares também no conselho estadual de recursos hídricos, para apresentar essa pauta. E hoje aqui. Então o pescador, que de certa forma é o maior aliado da costa brasileira, de todos os recursos hídricos. Porque nós sabemos que o pescador de fato, como o nosso companheiro Miguel cita nós somos os medidores biológicos dessa região e podemos também apontar onde está o problema. E com isso hoje o ICMBio está

tendo uma sensibilidade muito grande nesse sentido, algumas unidades de conservação de trazer, a partir inclusive de um curso que tem um curso participativo na ACADEBIO para trazer o pescador como parceiro, e como o próprio pesquisador dessa questão. Então a demanda da pesca hoje é a seguinte, é que realmente tenhamos esse gerenciamento, ele aconteça que passe a ser participativo. Quando eu vi parceiros interlocutores, ali poderia ter representações de classe local de pesca, seria uma proposta, seria até inclusive uma coisa que eu observei, trazer para dentro do contexto desses estudos a comunidade local afetada. Porque todos estes estudos originalmente foram feitos por alguma universidade, por academias e foram feitos a partir da comunidade tradicional que estava ali. Entendeu? Nós sabemos disso, meu avô era pescador, meu pai era pescador, meu filho não, mas talvez meu neto seja pescador. Então nós já conhecemos as visitas, hora governo, hora academia, nesse sentido de buscar o conhecimento que de certa forma, um pequeno percentual é lançado nesses estudos, Então uma crítica que eu faço é para o próprio governo, porque nós ainda temos parcialmente um governo como capitão do mato, alguns órgãos como o próprio IBAMA ou como o ICMBio, alguns de forma republicana, de forma particular fazem um bom trabalho e são personalizadas nisso, nessa gestão. Mas que tragamos para dentro desse contexto do cnrh parte da fala do Miguel. A questão costeira e de recursos hídricos tem que se interligar. Porque na Baía de Guanabara, que é uma região onde eu atuo muito, também posso citar a Baía de Sepetiba, também posso citar a Região de Caravelas, a Região de Abrolhos, onde está tendo um grande problema com impacto e também com a FIBEA e outros contextos, nós vemos o mar como polvo, os tentáculos estão nos rios, se os rios estão doentes o polvo irá adoecer e a cabeça do polvo está aonde, mas de certa forma os tentáculos agora também se viram para o mar, plataformas de petróleo, sísmicas, rotas clandestinas, pesca industrial de países clandestina, sem falar que a pouco tempo foi matéria de jornal que a própria Petrobras burla os dados que fornece sobre o despejo e lançamento de resíduos no mar. Então hoje o polvo virado para o mar, os tentáculos estão doentes e adoecendo o polvo. Então teremos uma costa ainda com boa qualidade, uma boa qualidade balnearia do mar se nós cuidarmos dos tentáculos, hora recursos hídricos, interligar isso, e hora como está sendo feito o uso do mar. Então a proposta que trago, hoje sou porta voz de parte das comunidades pesqueiras de alguns estados, é essa. Hoje o pescador e as comunidades pesqueiras como parceiros e como técnicos no que fazemos há muito tempo. Que é a pesca, somos doutores, somos mestres no que fazemos cuidar do meio ambiente e pescar. E nós conhecemos como ninguém. Somos inclusive parte dos estudos de alguns dos senhores e outros professores de vocês, que nos estudaram durante anos para ter alguns estudos que hoje vocês lançam nesses relatórios. Então peço essa sensibilidade ao CTCOST, agradeço mais uma vez a oportunidade, que a pesca integre como parceiro aqui nesta câmara e quem sabe o conselho nacional também.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Ok Alexandre, obrigado. Ikeda, por favor.

O SR. NEY AKAMARU IKEDA (CBH-RB) – Eu gostaria de um esclarecimento, e acho que o pessoal mais antigo que participou da discussão do esclarecimento sobre os planos de recursos hídricos em regiões que contém um trecho da zona costeira. Foi feita uma ampla discussão e foi produzido um documento pela câmara técnica institucional legal, acho que a Rachel lembra bem que foi o doutor Hugo quem produziu o documento. E foi repassada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na pauta da 33ª reunião ordinária, ela aprovou, não sei se é esse documento que eu tenho aqui, ou é algum outro documento a parte, ela aprovou literalmente esse documento que dizia o seguinte, proposta de aceitar o relatório e as conclusões advindas deste, foi colocada em votação, sendo acolhida. Talvez seja esse documento do doutor Hugo, que dizia a respeito dos quatro estados pilotos para ser desenvolvido um plano piloto. Inicialmente, talvez antes de qualquer ação pela câmara técnica, esse entendimento que está tendo. Eu não sei por isso eu quero esse esclarecimento com relação a esse documento aqui. Porque a conclusão deste documento diz o seguinte, a vista o disposto, ressaltamos a importância de que seja aguardado o resultado da implementação do programa nove nos territórios piloto, os quatro estados não é, com vistas às atribuições

regimentares para prosseguir com o programa nove. Então não sei se isso está valendo, ou se isso já é ultrapassado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Ikeda, quais são os estados mesmo?

O SR. NEY AKAMARU IKEDA (CBH-RB) – É assim. Rio Grande do Sul, na região costeira do litoral do Rio Tramandaí, Alagoas, o complexo estuarino Lagunar Mangaúba, o Espírito Santo, trecho do Rio Doce. São três, não é? Rio Grande do Sul, Alagoas e Espírito Santo. Eu não sei qual o entendimento que se tem a respeito desse documento. Esse é da CTIL. Produzido pelo doutor Carlos Hugo Soares Sampaio.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Foi aprovado no conselho, não é?

O SR. NEY AKAMARU IKEDA (CBH-RB) – Não sei se eu tenho esse documento que foi aprovado, foi me repassado isso daqui, dentro daquelas discussões enormes que tivemos.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Eu posso explicar.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Depois nós temos mais alguns inscritos e então nós gostaríamos de aproveitar as contribuições valiosas aí que estão chegando.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Rachel Ministério do Meio Ambiente. Bom, eu havia pedido a palavra para pedir o esclarecimento sobre outra coisa para a Adriana, com base no que o João Clímaco falou, de alterar alguma coisa textual que está na tabela. E considerando que o programa nove foi aprovado em 2012, que pode ser que esteja defasado, precisa ser melhorado, queria ver coma Adriana se há tempo. E qual seria o procedimento da câmara para sugerir modificação, por exemplo, ao texto da resolução 181/CNRH? Em relação a essas metas, como ele poderia sugerir alteração talvez de linha de trabalho e haja ainda de a câmara sugerir alteração do programa 9? Essa é a primeira questão. Responde primeiro, porque aí eu respondo a do Ney.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (DRH/MMA)– Em relação as metas. Como são metas estabelecidas. O CNRH o aprovou, nós somos meio reticentes de todos fazerem sugestão de mudanças, depois da aprovação. Algumas metas pontualmente, sofreram pequenos ajustes, não mudando o foco da meta, mas um ajuste que dava mais direcionamento, então é possível sugestão de mudanças nessa linha, mas evitando mudar totalmente a meta. Porque aí você não atende o que foi proposto ali pela resolução. Até porque isso é uma construção que não foi só a câmara técnica, veio de uma consulta pública, de um seminário, é uma demanda na verdade, para os executores, para que eles implementem. Então o executor não pode chegar e pedir simplesmente a alteração, mas é possível pontualmente, mediante uma justificativa que tem que ser apresentada a câmara técnica do plano nacional de recursos hídricos (CTPNRH). Então é isso que nós sugerimos. Em relação ao programa 9, eu não sei se vale a pena rever o conteúdo do programa 9. Porque estamos em um final de ciclo do plano, em 2020 acaba o plano nacional de recursos hídricos, da forma como ele está, com essa quantidade de programas. Nós não sabemos qual vai ser a característica desse

novo plano que vai surgir, até por que na câmara técnica de planos (CTPNRH), há uma proposta de revisar inclusive o escopo desses planos, do plano nacional, dos estaduais e dos de bacia, para que eles consigam inteirar mais e não dupliquem ações. E aí acho que tudo isso será levado em conta na concepção desse novo plano. Eu acho que é mais oportuno trabalharmos coisas pontuais, como propor formas de integração dos planos setoriais na zona costeira. Propor formas de você trazer a zona costeira para os instrumentos de gestão, às vezes até diretrizes da câmara técnica, sabe. Vamos dizer, saiu uma resolução da câmara técnica dando determinadas diretrizes, por exemplo, a resolução que orienta a elaboração de planos de bacias hidrográficas, porque tem uma aí que diz propor que a zona costeira seja abordada nos planos de recursos hídricos, essa resolução ela vai passar por uma revisão. Então poderia ser oportuno, no momento de revisão ter essas reuniões conjuntas CTCOST e CTNRH, para poder propor alguma coisa específica para a zona costeira, na orientação para implementação de planos de recursos hídricos. Então eu acho que o que vale olhar do programa nove, que foi detalhado é o arcabouço técnico, os conteúdos técnicos, A orientação, a contextualização. Mas focar nessas metas e prioridades. Eu acho que vai ser mais efetivo o trabalho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Pessoal eu vou seguir aqui com as manifestações, depois nós poderíamos começar a dar os encaminhamentos do que foi colocado até aqui pelo menos.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Régis, só agora respondendo ao Ney, a segunda parte. O documento que você está falando Ney, é o seguinte. Em 2009, que foi até quando a câmara trabalhou efetivamente, ela apresentou para o plenário uma proposta de resolução, que estabelecia estudos adicionais que deveriam ser integrados aos planos de bacia de zona costeira. O plenário recebeu essa resolução em 2009 e não aprovou, voltou para a câmara para ela adequar, com algumas sugestões que o plenário fez, depois voltou para o plenário, nisso o segmento a indústria pediu vista a proposta de resolução, voltou para a câmara técnica, ela remexeu, depois voltou para o plenário, então ao final de 2009, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da CTIL, para exatamente, deixa eu até ler aqui. A questão do grupo de trabalho foi motivada pelas dúvidas acerca da proposta de resolução. Ou seja, o grupo deveria responder ao plenário se o conselho tinha atribuição de propor uma resolução desse tipo. Em 2015 é que o conselho aprovou esse relatório desse grupo de trabalho, ou seja, de 2009 a 2015, esse grupo demorou em realmente entregar esse relatório. E nesse meio tempo, o programa nove foi aprovado pelo conselho, em 2012. Então esse relatório, ele aborda várias questões da resolução, do que ele considera competência do conselho ou não, ao tratar em relação a zona costeira. E aí ele cita que o programa nove havia sido nesse meio tempo aprovado, e que ele fala inclusive de projetos piloto, que são essas três áreas que você falou. E ele sugere então que o programa nove seja implementado, que a resolução fosse esquecida e lembrou-se desses projetos pilotos. Por isso está citando isso aí no relatório, então o relatório é válido sim, o plenário aprovou esse relatório. Então o relatório orienta para que o conselho não trabalhasse aquela resolução, ou seja, ela realmente foi arquivada, e que o programa nove fosse o instrumento de trabalho da câmara. Esse relatório está disponível no site, mas para poder facilitar, posso encaminhar para vocês terem conhecimento do que foi. E na verdade o Hugo que era anteriormente do Ministério da Justiça, ele foi o coordenador do grupo, mas foi assinado pelo Ministério de Minas e Energia, Indústria, tem vários conselhos que assinaram esse documento. É isso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu queria passar a palavra para o Rosalvo e depois para o Renato aqui do MMA.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu não sei o nome do colega da esquerda. Wilson. Viu Wilson naquelas duas sugestões de documentos a serem analisados e incluídos, eu sugeriria colocar o

plano de ação da zona costeira e marinha, entendeu. Porque lá estão todas as ações do governo federal, articuladas com o G17, nós demoramos um tempo. Para você ter ideia, há um mês, mais ou menos eu vim participar de uma oficina do Terramar, onde se fazia um diagnóstico para a continuidade do programa. Não havia a citação do plano de ação federal para zona costeira, nós tivemos que incluir no segundo dia, porque eu falei que é impossível estarmos aqui e não falarmos do projeto orla, do plano de ação federal da zona costeira. Porque muita coisa que se levantou na primeira tarde e na primeira manhã nós discutimos tudo, se está certo ou errado é outra discussão, se está integrado ou não é outra discussão, então nós fizemos a intervenção e solicitamos a inclusão. Como também agora, se você acatar, nós pedimos que inclua o plano de ação federal da zona costeira. Para a parte da tarde, senhor presidente, salvo melhor entendimento, eu acho que a Dra. Rachel trouxe aí essa proposta, a demanda, o que o conselho nacional está pedindo para a câmara técnica, e aí nesse ponto eu sou muito, eu acho que nós temos que seguir as regras, porque eu acho que a discussão mais política é lá, agora não quer dizer que aqui na parte técnica nós não fazemos a discussão política, porque não existe uma diferença entre a política e a técnica, mas é uma demanda que temos que cumprir. Então eu proponho ao senhor que a tarde nós iniciemos com esse documento que vocês já elaboraram, a Rachel colocou aí já no Power Point. A terceira questão que eu gostaria, é que nesse quadro apresentado, eu vejo que está o MMA lá em cima e depois aqui está o GERCO. O que é isso o GERCO, é o G17? os parceiros interlocutores? Eu quero entender isso aí, porque para mim está muito...

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Só lembrando que esta tabela não é proposta da câmara técnica, isso aí é o que saiu na resolução já publicada.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu só queria da área técnica um esclarecimento de o que significa gerenciamento costeiro e o GERCO. Porque lá em cima está MMA gerenciamento costeiro GERCO. É a gerência do GERCO, ou é o G17? O que é isso? Que parceiros são estes? Eu estou entendendo, salvo melhor entendimento Rachel, que quando ele fala gerenciamento costeiro GERCO, ele está se referindo ao G17, aos parceiros dos estados costeiros então pediria um esclarecimento com relação a isto.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Eu acho na verdade, que ele só deu um apelido para o que é o gerenciamento costeiro, ele não considerou que é o G17, ou o gerenciamento do ministério, eu acho que é o gerenciamento costeiro como um todo.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Lá em cima Rachel, fala parceiros interlocutores, parceiros interlocutores e GERCO, para mim é o G17, posso estar errado, mas depois esclarecemos com a Andréia também. A quarta questão, senhor presidente, e salvo melhor entendimento, eu já li esse documento algumas vezes, li agora novamente no avião. E creio que o programa nove ele coloca quatro subprogramas e eu li e discordo um pouco do meu colega que está aqui a esquerda, mas ele coloca muitas questões e eu acho que nós temos que se debruçar sobre ele, dar sequência a ele casado com a sugestão que foi apresentada por Rachel logo no início. E a quinta questão é que nós gostaríamos de aprofundar, porque é um programa é um programa que temos lá no nosso estado, mas não cabe ao conselho nacional nem a câmara técnica tentar resolver problema nenhum de estado, mas sei e compartilho isto com outros colegas, porque nós temos grupos em WhatsApp, e tem muitas conversas pelas redes sociais, que é essa questão das diretrizes para a elaboração do plano de recursos hídricos incluindo a zona costeira e marinha. Porque se nós pegarmos noventa por cento dos planos de bacias que contem a zona costeira e marinha, ela para ali no município. O resto ninguém sabe, ninguém entende, e aí fica um plano capenga. Entendeu doutor Régis, senhor Presidente. Então esse é um tema que nós precisamos muito. Lá na Bahia nós estamos concluindo oito planos de bacia das 25 RPGAs, que nós chamamos as regiões de planejamento e gestão, e

estamos precisando avançar. E isso daqui, tanto dessa câmara técnica, como a resolução do conselho nacional de recursos hídricos. Obrigado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu vou passar para o Renato, depois para o João e para a Patrice. E depois tem mais alguém? Para nos podermos fechar essa primeira rodada de contribuição.

O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia) – Obrigado Régis pela palavra, pela oportunidade. É meu dever como agente público esclarecer o setor que afeta nossa secretaria. Só para esclarecer em relação ao Ministério de Minas e Energia. Existe uma característica do setor, cada vez mais o setor Off Shore é levado para águas profundas, para o exterior. Hoje nós temos no limite da zona econômica exclusiva. Então o licenciamento é dividido em classes um dois e três. A classe, que são águas rasas, que consideradas águas rasas, ou em relação a distância da costa são dois parâmetros, são cinquenta quilômetros de distância da costa, ou cinquenta metros de lâmina d'água. Então o setor não tem conseguido licenciamento, já deve ter cerca de dez anos, não tem oferta de áreas, nós temos quinze rodadas de petróleo ofertadas e não tem tido oferta, pelo menos na última década. Nós não ofertamos áreas em águas rasas, nós sabemos das complicações. Uma das coisas, o Ministério INP, ela trabalha com o ativo da união. Então nós sabemos que se tem muita incerteza naquele setor, nós iremos depreciar o valor daquele ativo e ele não será bem remunerado a União. Então o pessoal trabalha com o conselho de segurança jurídica. O Régis é conhecedor também do setor. Toda a nossa atividade hoje é precedida pelo PCAP, Plano de Compensação a Atividade Pesqueira. Tem uma discussão que as empresas trazem até nós, que se de fato esses recursos estão chegando aos pescadores, mas esses recursos são volumosos são significativos. Eles trazem isso para nós, nós pagamos essa compensação, mas nós temos a impressão que esse recurso não chega a quem deveria chegar só que não é competência do MME. É uma competência que nós trabalhamos na sala de sismica, muito bem trabalhado, mas é uma competência do IBAMA, que é uma competência ambiental, mas ele trabalha ali também uma questão social, não sei se todo mundo tem pernas para isso. O ministério já trabalhou muito tempo com avaliações de contexto também, antes de (...) nós trabalhamos com avaliações ambientais de área sedimentar, bacia de Jacuípe na Bahia, Sergipe, Alagoas, bacias terrestres. Então nós temos evitado esses tipos de conflitos, nós temos mitigado esses tipos de conflitos. Nós hoje, para fazer leilão, existe um grupo de trabalho, que é GTPEG, que é coordenado pelo MMA, tem a participação da ANA, do ICMBio e do IBAMA e se tiver algum bloco a cinquenta quilômetros de unidade de conservação, ou a cinquenta quilômetros da costa, pelo risco de toque e tudo, ele não é liberado. Uma manifestação conjunta que é precedida e nós não conseguimos outorgar. Ela só refinaria é uma questão territorial, nós não sabemos, nós sabemos que tem questões dos dutos, teve um acidente na Baía de Guanabara, isso de fato ocorreu. Agora eu gostaria de comentar que o setor é um alvo fácil, nós sabemos que ele é um alvo fácil, mas são empresas que exercem atividades lícitas outra coisa, lícitas e licenciadas. Poluidor todos nós somos, todos nós aqui somos poluidores, mas assim, são atividades, eu não sei se o senhor pertence a aquela associação nenhum pulso a mais, o senhor comentou, talvez integre, nós depois podemos até conversar, mas nós temos até uma visão sobre isso, que é a política de estado que transcende um pouco aqui a discussão, mas como agente público do Ministério de Minas e Energia, cabe a mim explicar aqui o que nós estamos fazendo e algumas questões aí só para deixar bem claro. Obrigado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – João. Por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu penso que estamos caminhando para definições de agenda e são muitas informações. Contudo eu abstraio disse presidente porque há uma

necessidade imensa de se entender melhor essa fragmentação do estado. Pelas falas que ouvi, eu acho que a perspectiva da política de recursos hídricos das regiões costeiras deveria consubstanciada com melhor entendimento dessa câmara, qual o papel de vários atores que estão fazendo política pública na região costeira e as interfaces dela com aplicação dos instrumentos de gestão no litoral das regiões estuarinas. Então eu sugiro que haja nessa agenda uma vinda desses órgãos do governo federal que estão as vezes, trabalhando supostamente, ou mais ou menos integrados. Para termos essa ideia de onde é que podemos ajudar nessa integração dessas personalidades públicas. Então dentro disso eu estou propondo dentro da reunião a participação de um órgão do governo estadual ou federal que está nessa fragmentação que a meu ver. E que nos dará substância nas tomadas de decisões. A outra coisa séria na questão do encaminhamento, pelo pouco que eu vi aqui. Eu acho que temos um compromisso muito sério com a sociedade, nós temos aqui um ente de estado, que é o conselho, e não separa a câmara para mim é um conselho, ela é uma expressão do conselho. E nós estamos tentando fazer as normas e os encaminhamentos para prestar um serviço à sociedade enquanto auditores de uma política pública, os problemas se avolumam, pelo que eu vi aqui que os companheiros colocaram. E em uma dinâmica muito mais rápida do que a nossa, de modo que nós não podemos perder um pé na realidade, e ao mesmo tempo construir mecanismos para mudar essa realidade. Então eu proponho que nós nessa agenda sempre contemple uma demanda que esteja de fato acontecendo, que diz respeito a aplicação dos instrumentos, porque se não estão regulamentados do jeito que eu gostaria ou que você gostaria, ao menos já tem que ser tomadas decisões a respeito desses instrumentos, que em função de algum equívoco, de alguma ausência de operação de maneira correta a luz da lei, a luz da legislação que nós temos. Porque pode não estar regulamentado, mas existe uma lei que orienta a diretriz maior. Então eu proponho nesse sentido que nós também façamos para cá, além dessa apresentação do estado fragmentado e ele deixa de ser fragmentado para nós, no sentido de operacionalizar o nosso trabalho, nós sempre contemplemos uma demanda das organizações sociais que estão atuando na área litorânea e que estão demandando um equilíbrio na aplicação dos instrumentos dessas leis. Tanto a lei de recursos hídricos, como a lei ambiental, como as outras. Então nós damos a câmara um caráter, e aí eu não sei quem foi que falou aqui, eu nunca entendi a câmara como técnica, mas também não como política, aliás eu estou vendo que as câmaras inclusive esta, foram mais políticas do que técnicas, política no sentido de fazer ela esvaziar mesmo, porque não existe reunião quando você não quer. Quando não quer ninguém faz, então na verdade não podemos fugir dessa dimensão política, não podemos desvaloriza-la, mas também não podemos dizer que ela é técnica, ela não é. Porque as vezes tem posicionamentos técnicos nas câmaras, que vão até contra a própria comunidade científica, compromete até a dignidade da comunidade científica, que é o que nós vimos aqui na CTPNRH, em relação a questão do Pantanal. Então não existe essa dimensão política esvaziada, existe sim uma dimensão política. Então eu peço que esse princípio de realidade seja considerado senhor presidente, tanto nos atendendo a resolver a fragmentação como eu falei na primeira proposta e essa segunda de nós tomarmos conhecimento dessas demandas da sociedade a luz da nossa missão institucional e normativa que está no regimento do conselho. E regimento que criou a própria CTCOST nos permite isto. E eu digo isso porque sem quere desmerecer toda essa necessidade de cumprir essa agenda que está aí colocada, eu acho que esse tipo de pauta que eu estou propondo, nos dá subsidio inclusive para resolver e dar contribuições para caminhar. Então essa é nessa linha. Eu espero que eu seja compreendido aqui por essa câmara. Então, por exemplo, tem um programa da outorga lá no Rio, tem o programa dos planos lá no rio doce, na região costeira. Pelo o que está sendo colocado, só na região estuarina do Rio Doce, teria que mudar todos os planos e todos os mecanismos de outorgas naquela região, e isso não estão acontecendo nada, e até ao contrário, existe até uma pressão política para não fazer isso. Então nós vemos que é bom não perdemos esse princípio de realidade, então nessa dinâmica que eu estou propondo.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado conselheiro. Eu queria passar para a Patrice.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Na verdade eu só queria concordar com o colega aqui, que falou sobre a questão que é mais local nos estados, mas eu vejo que um tema que temos que enfrentar realmente é as diretrizes principalmente dos planos estaduais em relação às áreas costeiras. E eu vou dar o exemplo do meu estado que não é o maior do Brasil, Santa Catarina, mas que tem um litoral bastante representativo, quando o plano nacional de recursos hídricos que foi aprovado no conselho e agora final do ano lá, foi apresentada uma nova regionalização de áreas de gestão. E ele estava fora, e iria ficar fora, entendeu? Então Florianópolis é uma ilha e iria ficar fora da área de gerenciamento de recursos hídricos, porque não se tem diretriz, não se sabe o que fazer, e não se coloca. E os planos que estão sendo elaborados, não tratam desse assunto. Todos os planos das bacias costeiras no estado de Santa Catarina não tratam desse assunto, eu sou do setor de saneamento, nós trabalhamos com saneamento em área costeira, Florianópolis principalmente, nós tivemos uma dificuldade tremenda de implementar o saneamento lá, porque não há definição de critério e os órgãos ambientais se veem sem força, eles preferem não licenciar do que arriscar, isso que licenciamento é uma questão necessária para a preservação do meio ambiente. Então só esse comentário.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado Patrice. Tem mais alguém que queira falar? O colega lá.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Motivado pela fala da própria companheira. Questão das bacias insulares. Se não tem compatibilidade na gestão costeira, não tem é nada. Porque o que é uma ilha, então é daí para pior. Eu diria que gerenciamento costeiro, eu acho que é uma coisa meio a fórceps que fizeram. Eu vou te ser bem sincero, nesse país continental, juntar treze ministérios monstregos, tem aqueles que estão aí desde o século XIX, para os mais modernos. E eles não falam a mesma língua, treze ministérios, é para não andar. Então gerenciamento costeiro, nesse aspecto eu diria o seguinte, as responsabilidades dos treze ministérios, se nós listássemos nas parcerias e interlocução, a mão direita não sabe o que a esquerda faz em um único órgão, quem dirá quando você coloca treze, eu queria lembrar que não estamos aqui para falar da Baía de Guanabara só, não somente também dos aspectos que nós colocamos da questão da escolha política, porque é uma escolha, a questão do petróleo em detrimento de outras categorias da economia. Então umas maluquices como turismo e energia nuclear no mesmo lugar, se isso aí tem planejamento, sinto muito, não combina, e outros usos. Então voltar para o quintal de casa, baía de Guanabara está fazendo uma escolha, vai virar o retro porto do Pré Sal e aí as categorias que estão lá a séculos, serão R, já estão sendo. Pelo petróleo, e aí qual é o controle que você tem do petróleo desses treze ministérios na CIRM? Nenhum. E aí ficamos vendo que plano de gestão costeira é uma distração, porque ele não tem força. Quem é que vai integrar o comitê de bacias, o pobrinho, vamos pendurar tudo lá na cobrança de uso a água, eu adoraria. Coloca o preço do PPU a quatro reais e vamos começar a conversar, aí dá para conversar. Mas vai ter coragem de fazer um negócio desses? Duvido. Não é? Então com esse preço simbólico do metro cúbico da água a dois centavos e ainda querer pendurar lá o PSA, educação ambiental e sabe lá mais o que. Ainda vai ter a questão da integração, quem tem que pagar a integração é quem tem que cumprir as metas da convenção de direitos do Mar, que eu tenho certeza que não é o município. E aí dizer que Ministério do Meio Ambiente não tem dinheiro, que a ANA não tem dinheiro, como que não tem? Então a questão é de colocar que do jeito que está à legislação, está colocando no ponto do imponderado, se entendam vocês aí. E então a discussão é nacional? É regional? É municipal? E aí qual é a escala da integração? E aí eu queria fazer uma pergunta, porque eu comecei a ler o texto hoje aqui, esse plano nove, é isso? Programa nove, e o PAFE para 2019 que o Rosalvo levantou aí, estão se falando? Ou são coisas que estão contrárias, ou seja, porque se essas Três áreas escolhidas já renderam algum ensaio para ver o que dá certo e o que não dá? Lagoa de Mandaú, Rio Grande do Sul, que tem uma experiência de décadas e os outros estados que por sua vez tem que cumprir isso. Acabou de acontecer vários eventos na Bahia. Rio Grande do Sul apresentou um zoneamento ecológico econômico costeiro, mas para duas cidades só, Parati e Angra. Toca na usina nuclear? Não. Está fadado ao fracasso, um papel para colocar na gaveta, bem lá no

fundo. Então são essas questões que queremos ver discutidas. E aí a questão de cinquenta quilômetros da costa cai por terra com o Rio Doce, com o desastre de Mariana, ou seja, a setecentos quilômetros detonou uma cidade costeira que é a cidade de Regência, acabou com a economia de Regência. Então turismo em Regência acabou. Então estamos em uma questão que é o seguinte, ou uma coisa não funciona ou a outra não quer funcionar. Agora, eu gostaria de ver como as experiências estão funcionando, no Rio de Janeiro eu sei que não funciona, eu estou descobrindo, estou tirando as camadas de bolor que tem em cima desses planos, principalmente do projeto orla. Que se pretende impermeabilizar a costa toda do Rio de Janeiro, e as outras Baías do estado também não estão muito ruins. E a recente decisão do SPU de municipalizar as áreas de Marinha lá. Então eu acho que vai, está muito doido o negócio gente, desastres virão por aí. Então é na câmara técnica que iremos colocar o dedo na ferida? Ou vamos discutir o ideal de um mundo que não iremos conseguir realizar? Colocar metas para 2050, quando petróleo acabar? Então é nessa expectativa que está trazendo os conflitos de uso de água com os conflitos de uso da costa. Porque se o governo federal escolheu que é petróleo, vamos começar a cobrar mais do petróleo o uso da água, porque sem água doce não tem petróleo. Para ilustrar o negócio aqui, o meu bairro não tem água, mas a Petrobrás tem reserva de água para apagar incêndio de um rio classe um, deve ser problema do gestor, do prefeito, do técnico da Petrobrás ou então do estado do Rio de Janeiro. Então, é esses conflitos de uso que nós não vemos nem no comitê chegar. E quem dirá no conselho nacional. Então eu acho que tem umas imperfeições nesse conselho, talvez isso de para a França que Niterói para o Rio de Janeiro você já está em outro país. No caso do país continental a conversa tem que ser outra, não pode ser o modelo europeu. Temos que escolher outra forma de compatibilizar a nossa legislação, os nossos conflitos e as nossas metas enquanto país, enquanto sociedade e não ficarmos nos ditames da ONU com as coisas que não darão certo nunca. Se a água é salgada e tem influência de maré acabou o papel do comitê de bacia, e agora que estão criando um modelo pior ainda, que é o de quem licencia, fiscaliza. Como? O IBAMA vai licenciar o petróleo e não tem combustível na lancha para ir fiscalizar, não tem equipamento para chegar às plataformas. Como gente? Então desculpa, mas não é nem no desabafo não, mas é na questão pragmática de que essa legislação que está aí não presta e nós vamos ficar discutindo ela. Ora isso é uma lei se serve. Se não serve deixa de ser, letra morta. Então é a questão da integração, e eu estou convicto de que lagoa costeira não é papel de comitê de bacia, então não tem que estar pendurada na cobrança de uso da água doce, tem que estar em outra rubrica. Então pendura tudo no comitê de bacia e mais para frente descobriremos que as lagoas estão todas poluídas, estão todas desplotadas. Por quê? Porque não tem recurso que cabe e não quer aumentar o PPU da água, vamos aumentar, eu faço acordo. Coloco o mesmo preço do petróleo aí nós negociamos petróleo e água, o mesmo valor. Agora não dá, dois centavos e para ficar sujando tudo, está barato. Então vamos começar a levantar o moral da tropa. Então essa escolha política de que turismo e petróleo, usina nuclear e petróleo com turismo, não dá. Então são essas questões aqui que queremos ver discutidas. Então onde é que nós discutimos, é no conselho? Nós mandamos para lá. É na câmara técnica? Eu diria que aqui nós temos linha da costa e águas continentais, isso não está bem definido, nem para os comitês, tanto é que não aparece nos planos, quanto para o órgão gestor, que por sua vez acha que quem licencia que é o IBAMA tem que fiscalizar. A, é o município, vai o município fiscalizar. Então eu diria o seguinte, eu diria que do jeito que estamos hoje, eu diria que desastres virão por aí.

O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia) – Ministério de Minas e Energia. Não é contrapor não, mas é engraçado quando nós pensamos assim em um quadro maior, por exemplo, eu estou pensando aqui na minha caixinha de combustíveis, e aí nós temos várias discussões com vários ministérios. Ministério dos Transportes, ANTAC, ANP, tudo. É engraçado, por exemplo, existe uma demanda por combustíveis, aí nós temos a questão da exploração. Se nós produzimos o próprio petróleo no caso, e eu nem posso falar nada de Regência, nem sobre o incidente de Mariana e nem estou aqui para falar sobre isso, mas existe um cenário. Você tem uma demanda X lá, aí como o governo pensa, nós precisamos atender aquela demanda. Nós vamos produzir esse petróleo, e nós vamos exportar esse petróleo para o continente? Tem o gasoduto, ele tem o impacto ele tem todo o leito submarino todo o talude e todas aquelas coisas que temos que pensar. Nós fazemos avaliações de contexto, cada vez mais fazemos

avaliações de contexto. Eu não sei como está a questão que o senhor falou lá do retro porto, lá do Pré Sal, porque não sou sabedor e não estou aqui para defender. Mas cada vez está mais difícil, são avaliações de efeitos cinéticos e cumulativos que são aplicados. E no caso da CIRM eles tiveram no Ministério e falaram, antigamente para produzirmos nós queríamos que de todo jeito a embarcação tivesse produzindo, hoje o custo de onde a embarcação está é quatro vezes o valor da embarcação em relação ao custo do licenciamento ambiental. Então está muito criterioso para deixar bem claro para todos. Mas quando pensamos nesse cenário maior, tem o gasoduto, têm a questão se iremos importar combustíveis, porque existe. E é engraçado, nós estávamos discutindo isso junto com a ANTAC, com o Ministério dos transportes, junto com o IBAMA tudo, Ministério do Meio Ambiente e aí tinha a questão dos portos, extremamente poluidor também, aí o pessoal disse não, não vamos construir porto lá no Norte, então vamos fazer operações chip to chip. Tem algumas situações que nós temos que procurar mitigar, mas é um cenário que nós nos colocamos aqui, que nós tenhamos que talvez pensar em um quadro um pouco mais. Chip to Chip tem uma possibilidade maior de vazamento, de poluição. Então essas questões que às vezes são levadas as decisões do governo que estão permeadas para isso. E tem o operador logístico de um lado, não aqui vai embelezar meu porto, se permitirmos isso ou aquilo. São algumas questões que são complexas mesmo, são difíceis mesmo.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado. Pessoal. Bom, eu gostaria de falar um pouquinho. Primeiro eu realmente gostaria de dizer que para mim está sendo muito produtivo. Acho que as manifestações, as contribuições, e alguns tipos de desabafos fazem parte de realmente, até do que está acontecendo e de realmente ter ficado tanto tempo sem uma câmara dessas funcionar. Eu acho que uma catálise, para mim está sendo bastante importante, eu estou escutando bastante. E acho que em função disso, de nós entendermos isso como uma contribuição e até uma maneira de se pronunciar que está afim, que tem o compromisso de que as coisas realmente andem que foi o que conversamos no início da reunião. E acho que ao mesmo tempo temos que fazer uma reflexão de que se realmente queremos que a câmara funcione daqui para frente e que ela atinja algum produto, nós temos que pensar que esse passivo como foi falado aqui, político, financeiro de falta de produto e de desfragmentação ou fragmentação, eles tem que ficar como experiência e nos cotarmos isso e seguirmos para frente, se não nós também temos que decidir se queremos trabalhar ou não. Se vamos conseguir ver se a câmara tem alguma finalidade e se não tiver eu não vejo por que continuarmos. Eu acho que o compromisso é de que ele funcione e nós temos que usar o nosso compromisso, experiência e inteligência para achar uma agenda para ela. Então eu acho que isso tudo está sendo muito bom, estou aprendendo muito. Então eu acho que o que vem é isso, o conselho que é o eu entendo, não entendo muito de recursos hídricos, mas entendo que o conselho ele é quem demandou essas metas, então em um primeiro momento eu entendo aqui como presidente que nós temos que trabalhar ali, está ali, talvez não esteja tão bem escrito, mas nós entendemos. O que eu acho é que se ficarmos querendo mexer nisso aí vai demorar muito tempo e nós vamos ficar rodando, rodando e não vale a pena. Temos que tentar enxergar no que está proposto como podemos incluir tudo o que queremos, nós temos que usar um pouco a nossa inteligência para isso. Bom então isso aqui está proposto e já que temos condição de trabalhar isso aqui que está em branco e melhorar isso aqui, como nós podemos fazer? Nós temos que caminhar para isso, ou a câmara decidir outra agenda. Eu só não sei se regimentalmente é possível fazer uma coisa que não venha do conselho. Tem dois caminhos. Queria colocar para vocês, acho que alguns fizeram depoimentos que mostram como o gerenciamento costeiro foi fragilizado nesses últimos anos, eu concordo plenamente. Porque eu cheguei aqui a um ano e meio atrás e no outro dia deu vontade de eu voltar, inclusive eu estava trabalhando no sul fluminense, lá na estação ecológica de Tamoias, onde nós conseguimos fazer um TAC, para permitir que pescadores artesanais pudessem pescar na estação ecológica, junto com o ministério público. Foi um trabalho bastante interessante, mas eu acho que temos que ver isso, está fragilizado, tanto que temos que ver com os parceiros do estado, o Rosalvo falou muito bem que nós vamos dia 27 que é na terça feira que vem, nosso secretário, e nós vamos à reunião da ABEMA, que é a reunião dos secretários de meio ambiente falar isso. Pessoal, o gerenciamento costeiro tem as suas metas e as suas ações federais, estaduais e municipais. Em

algum caminho, esses trinta anos levou que se criou uma hierarquia, que tinha que ficar pensando que o federal tinha que mandar, e não é. Vocês colocaram aqui, as coisas acontecem na ponta, nos municípios acima de tudo. E foi uma das primeiras coisas que nós colocamos aqui dentro da secretaria que deveriam mudar que nós deveríamos achar o protagonismo daquilo que o gerenciamento costeiro federal tem que fazer, dentro dos instrumentos propostos. Nós vimos que vários instrumentos estão desatualizados, desatualizados completamente. E que aquilo que está acontecendo na costa, o avanço do mar, eventos extremos, erosões costeiras, inundações, salinizações de rios, não está contemplado em nenhum instrumento. E tem que ser agenda prioritária, se você hoje perguntar lá no ministério da integração a forma que é liberado recursos de obras emergenciais, os projetos técnicos são ridículos. E são liberados quarente, cinquenta milhões. É culpa do Ministério da Integração? Não. A legislação coloca que o prefeito decreta que é calamidade pública e o Ministério da Integração tem que mandar o recurso, e aí as obras às vezes são piores ainda. Conserta um lado e acaba com uma vila de pescador, acaba com uma praia turística. Então é nisso que estamos trabalhando, pensando na integração, realmente nós gostaríamos de já propor na integração uma apresentação do que o gerenciamento costeiro está fazendo hoje a nível federal e nós vamos à ABEMA para dizer que os estados não estão fazendo a sua parte. Nós vamos lá dar esse recado, alguns estados, nós podemos falar aí que três ou quatro estados estão fazendo, não tanto quanto deviam, mas que o gerenciamento costeiro dos estados está inexistente. Está contribuindo muito pouco para o país. E o próprio projeto orla o protagonista e o SPU, não é o Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente não tem como ir a quatrocentos municípios costeiros para ver o que está acontecendo, não é a função dele. E a Orla é muito pequena perto do que é a zona costeira, a nossa função é realmente trabalhar com o que está acontecendo na zona costeira e não na Orla e fica discutindo a nossa função, ficar discutindo se tem barraca de praia ou não tem. Então nos posicionamos forte em relação a isso, com relação ao SPU, com relação a dentro do GI-GERCO de que não é a nossa função. Então hoje o gerenciamento costeiro federal ele está com rumo, mas nós entendemos que os estados tem que fazer a parte deles, por exemplo, se falou aqui da questão dos planos de bacia, mas existe um instrumento que é o zoneamento econômico ecológico costeiro, que dois estados fizeram em trinta anos, vocês acham que vão fazer agora, que seria a forma de integrar com os planos de bacia, não é isso? Não foi feito. Então nós vamos cutucar isso lá na ABEMA, nós a nível federal temos que ir lá na ABEMA e dizer, não está sendo feita a parte de vocês, o nós fazemos? Porque na nossa própria pauta da secretaria, do nosso departamento de gestão ambiental territorial, por exemplo, está sendo feito o gerenciamento econômico continental do São Francisco, com uma metodologia nova, que vem até a linha de praia. E ao mesmo tempo está se discutindo na CIRM, e com muito atraso o planejamento espacial marinho, que é até as duzentas milhas, que é outro grupo que se tem na CIRM. O que vai se fazer, como é que vai ser e ordenar esse mar, nós vamos deixar só quem tem poder econômico utilizar? Ou vamos ter uma forma de planejar isso? E se o zoneamento que vai até as doze milhas não for feito, talvez o planejamento espacial marinho vá até a beira da praia. Esta é a visão federal. Então nós já temos conseguido passar isso, vamos fazer essa provocação aos estados. Os estados realmente, eu conheço bastante lá no caso do Rio de Janeiro, o colega está completamente certo, e só foi feito aquele zoneamento na Baía da Ilha Grande com recurso de fora, e ainda assim não foi absorvido pelo ENEA, o ENEA disse que não é válido, todo o investimento feito. Então assim, eu queria fazer algumas proposições, que seriam três, para tentarmos evoluir, três temas que pudéssemos trabalhar. Um é a integração, que eu já falei, eu me comprometo a mandar o plano de ação federal elaborado que vale 2017 a 2019 para vocês, que eu acho importante vocês lerem, que são as ações do GI-GERCO, convido a quem puder dia sete de março, participar da reunião do GI-GERCO, quem puder e quem puder e quem tiver interesse de ir, será na CIRM, no Ministério da Marinha, no anexo A, dia sete o dia inteiro. Será a primeira reunião de avaliação desse plano que está em vigor agora, eu vou deixar o meu cartão com a Rachel, quem quiser participar manda para mim, que eu inscrevo lá na CIRM para poder participar, porque tem toda aquela coisa da marinha, credencial para você chegar e ter o seu nome lá embaixo, eu me comprometo a fazer isso. A CIRM é a Comissão Interministerial para Recursos do Mar. E dentro da CIRM existem vários comitês eu falei de um que é o que está tratando do planejamento especial marinho, que é o planejamento espacial até duzentas milhas e GI-GERCO, que é o grupo de integração do gerenciamento costeiro. O Rosalvo é testemunha, nós fizemos uma grande lavagem de roupa lá dentro do GI-GERCO também, porque eram planos que você

chagava depois de dois anos e ninguém tinha cumprido nada. E nós passamos por esse papo também, vamos fazer um plano, ou vamos ficar nos reunindo e passando informes e tudo bem. Então esse plano que está aí, ele está compromissado. Eles são atividades que cada um que propôs e sociedade civil inclusive, diz que vai fazer. O SPU com relação a orla, que está do mundo demandando, diz que vai fazer. Então as principais ações do gerenciamento costeiro federal estão dentro do plano. E eu gostaria de passar isso para vocês, para vocês tomarem conhecimento, seria uma forma de integração. Porque nós temos que trazer o que está sendo feito lá, para conhecimento de vocês. Assim como eu falei que não entendo muito de recursos hídricos, para nós termos pelo menos esses subsídios desses dois fóruns, como é que eles podem se falar e nós não termos retrabalho. E saber o que está acontecendo em um e o que está acontecendo no outro. Me comprometo a isso. Me comprometo na próxima reunião do CTCOST fazer uma apresentação de gerenciamento costeiro, que é o que foi pedido aqui. Eu até conversei com a Rachel, falei Rachel acho que temos que fazer uma apresentação, mas aí achamos que não iria dar tempo. E do PAF, porque quando tiver a apresentação do PAF nós já teremos tido uma primeira avaliação e vocês podem contribuir. Eu queria por isso como uma integração inicial do que nós já pensamos em uma coisa muito complicada. E outra coisa que eu levanto aqui, e que foi muito bem colocada. Que se falou em que os planos de bacias não levam em consideração a zona costeira. Nós teríamos como ter esse diagnóstico? Ou isso é pontual? Porque isso é muito importante, se não levam, então temos que utilizar isso como subsidio aqui para a câmara. Olha, temos um subsidio importante, os planos de bacias não estão levando em conta regiões de zonas costeiras. Eu acho que isso é uma meta, como iremos conduzi-la? Eu só queria finalizar João para não perder o raciocínio. Então eu acho que como é uma meta, como iremos trabalha-la? Tem sugestões? Como iremos fazer? Porque quem vai juntar essas informações? E isso seria muito bom, porque ele é um subsidio fundamental para essa câmara. Se nós queremos integrar os planos de bacia que tem o olhar da bacia e não estão integrando, já é um problema. Temos que trabalhar na integração. Por mais que saibamos. Mas também ao se fazer esse diagnóstico, vai se encontrar, provavelmente alguns bons exemplos que esteja integrando. Dentro do PAF tem uma ação, como eu falei antes, que é para identificar boas condutas entre gestão de recursos hídricos e gestão costeira. Nós não quisemos ser muitos audaciosos, vamos ver os instrumentos. Não, o que está acontecendo de bom, está lá no PAF. Inclusive são os estados costeiros que ficaram de coordenadores dessa meta. O grupo de integração de gerenciamento costeiro da CIRM, ele tem como formato de trabalho, informes do que está acontecendo, alguma coisa importante, que seja importante nós discutirmos e um plano de ação federal. Ele é um instrumento do gerenciamento costeiro e ele também poucas vezes, que pelo menos eu li, ele levou em consideração as bacias hidrográficas. Então se nós quisemos fazer isso para o gerenciamento costeiro é só ler os planos e já teremos um diagnóstico se os planos levaram em conta ou não. Isso é fácil de fazermos pelo lado do gerenciamento costeiro, é só ver se alguma vez foi abrangida nos últimos três ou quatro planos alguma ação que contemplasse gestão de bacias hidrográficas.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Como eu acho que é difícil olhar para cada bacia hidrográfica, principalmente nos estados. Nós poderíamos de repente pegar os planos estaduais. Começar pelos planos estaduais.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Pois é. Eu estou lançando isso para vocês. Eu acho que isso é uma típica tarefa do CTCOST e digo isso para vocês. Isso irá ser muito importante para o GI-GERCO, eu estou vendo que nós estamos contribuindo lá com o GI-GERCO.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Eu acho que poucos estados que não tem plano? A ANA não saberia?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Porque é um diagnóstico, nós temos que partir de diagnóstico para mostrar problema, para aí sim ter convencimento político e convencimento financeiro. E dizer olha, não está acontecendo. Inclusive nos comitês. Deixa eu só acabar aqui João. Não, pode falar João.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Porque o nosso presidente tem uma tarefa tão imensa, é tanta coisa, um desafio tão grande para essa câmara. Que eu estou preocupado já com a viabilização dessa agenda. E eu vejo que só essa questão da integração, pelo visto, merecia fazermos um seminário juntando tudo. É uma proposta, não quer dizer que ele vai ser aprovado ou não. Mas fazer um seminário onde terá sempre como referência os instrumentos, porque a nossa dificuldade está sendo exatamente no momento que fazemos uma proposta do conselho, para ele desenvolver uma normativa que vai ser operacionalizada por algum tipo de uso, seja o saneamento, seja da Petrobrás, o negócio de gringola. E aí isso vem a partir do próprio estado. Então senhor presidente eu vejo assim, um seminário para nós informarmos seria ideal. Nós fazermos um seminário com muita consistência, envolvendo inclusive os comitês de bacias estuarinas para fazer um diagnóstico ou um seminário para podermos nivelar entendimento sobre essa integração, de processo de tomada de decisões que estão afetando a qualidade de vida das pessoas no meio estuarino. Então estou propondo isto. E me permita, apenas terminando, que eu queria propor no ambiente dessa agenda, nós temos uma série de exemplos, e eu gostei muito quando você falou de exemplos positivos, mas nós temos uma série de exemplos que mostram a insuficiência de nosso, eu estou falando nós, não vão entender que estou jogando pedra não. Nós estamos todos aqui como um ente de estado, então eu proponho que em cada reunião nós estamos à disposição para indicar um fato emblemático que está acontecendo no litoral, na área estuarina, relacionado a falta de integração ou a insuficiência dos instrumentos de gestão nas regiões costeiras, gestão de recursos hídricos, para mostrar como isso acontece. Ao invés de só ficarmos falando aqui. Nós temos Três pessoas aqui, que estão diretamente envolvidas com estas questões. Então nós só ficamos aqui nos atualizando no nosso princípio de realidade. Obrigado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado João. Eu só queria então, pelo que eu entendi da proposta do João é um encaminhamento para o conselho, não é? Porque é o conselho que pode propor um seminário desse tipo, de integração. Depois eu gostaria de entender um pouco mais como funciona. Como eu falei, eu não entendo muito ainda regimentalmente, mas eu entendo que são muitas bacias, são muitos estados costeiros e imagino que seja uma coisa que precisemos ver se serve a CTCOST, ou se temos que ver isso pelo conselho, pelo tamanho da proposta.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – É. Na verdade pode acontecer de várias formas, ou a câmara faz o seminário, ou o conselho faz. Se ela achar que realmente é grande e que o plenário deva ser envolvido nesse momento, ela pode se comunicar com ele para propor. Então podemos estudar para ver como podemos viabilizar isso.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu enquanto conselheiro, o nosso segmento enquanto membro do conselho pode propor nos informes da plenária, a necessidade. Eu estou pensando mais em resgatar a fragmentação que eu estou vendo no setor público. E que eu não estou acusando ninguém, nós temos todos estes entes do setor público, mostrando seus limites e possibilidades diante os efeitos disso na vida. E o próprio setor usuário também, pescador e tudo mais. Então nós teremos em um dia, alguns eixos que poderemos focar em termos de suficiência e limites, que estamos vendo o que pode ser atacado, doravante no trabalho da câmara, sem prejuízo de uma ação de em cada reunião nós escolhermos, pinçarmos fatos que estão afetando a vida das pessoas.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado João. Então eu entendo aqui que temos alguns encaminhamentos. Eu propus aqui mandar o PAF para vocês. Como coordenador lá do GI-GERCO estou convidando, e eu acho que realmente essa integração passa em vocês conhecerem o GI-GERCO, até para contribuir, para não termos retrabalho. Falou-se muito aqui em retrabalho, se falou muito do que se faz espalhado de que não adianta e que não funciona, então estou dando uma sugestão pontual de conhecimento para opinarmos qualificadamente sobre isso, nesse momento, porque as coisas são todas fases. Então nesse momento é interessante ver o que o GI-GERCO, como estava parada a câmara, como ele veio e passou por um processo de redefinição de como trabalhar seria muito bom para a câmara e eu estou sugerindo isso como encaminhamento de integração. Diagnóstico também, acho que a questão que a Patrice colocou também é importante, como é que faremos isso, eu acho que se não agora, mais depois gostaríamos de mais sugestões de vocês, como nós podemos fazer isso. A questão do seminário, a questão de convidarmos alguns estudos de caso, pelo que eu entendi algumas contribuições.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – De um modo geral, uma moção ou um documento da câmara para plenário, mostrando que nós estamos sintonizados com a realidade do ambiente, não só. Porque às vezes a câmara fica trabalhando e o plenário o esquece, e aí aparece um problema já no final e então nós fazemos uma conexão com a realidade a partir de fatos que podemos nos posicionar. Porque o conselho, embora seja uma ala do sistema que tenta desqualificar, fizeram um dogma. o conselho parece que é uma igreja, onde se fala um idioma que somente nós que somos de recursos hídricos entendemos e isso não é verdade, nós somos os atores de uma política pública extremamente vulnerável, causo que está interferindo muito na qualidade de vida das pessoas e o conselho poderia se posicionar publicamente a partir da contribuição do CTCOST em relação a questões que a sociedade está demandando para um posicionamento do estado. Nós participamos também do conselho nacional de zonas úmidas, então o conselho nacional de zonas úmidas que envolvem várias zonas úmidas é o produto de uma convenção internacional, nós nos reunimos aqui nesse prédio também e ele se posicionou sobre qual é, veja bem, e quando o conselho de posiciona é um posicionamento de estado. Muito embora diante do governo o próprio conselho não concordasse, mas o conselho se posicionou para que se observassem algumas restrições no licenciamento de empreendimento no pantanal e isso foi acolhido pela discussão do plano de bacias do pantanal. Então o estado tem suas contradições internas, mas um órgão de estado tem um posicionamento. Quer dizer, eu acho que o conselho nacional de recursos hídricos no que diz respeito a questão das áreas estuarinas e costeiras, as bacias, está ausente desse posicionamento, diante de fatos graves. Quer dizer um posicionamento desses vai subsidiar uma discussão de uma decisão as vezes difícil de um agente público municipal, vai subsidiar uma decisão de uma vara judicial, vai ser prova de direito para facilitar uma resolução de um problema, porque as vezes o local não tem coragem, o poder político de resolver. Então espero que você tenha me entendido.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu só queria colocar para vocês que eu acho que a experiência da integração lá com o GI-GERCO, é como eu falei, ele é o maior comitê da CIRM e ele é o único comitê da CIRM que tem presença da sociedade civil, os outros não tem, ele não é só de Ministérios, ele tem academia, e o Ministério Público participa. Então nós temos conseguido umas discussões muito boas nesse sentido, porque às vezes nós caímos na questão do licenciamento ou de interpretação jurídica e o Ministério Público ajuda de um lado e pressiona de outro, pressiona todos nós na verdade. Então eu gostaria muito de ressaltar esse convite para que os membros conhecessem o que está acontecendo de paralelo. Porque eu imagino que em um nível institucional é a CTCOST e o GI-GERCO, porque se pensamos em integração esses dois fóruns tem que se conhecer. Não sei se isso já aconteceu antes, e aí pergunto ao histórico de vocês, mas eu acho importante isso acontecer. E o último encaminhamento que eu queria dar, que nós já falamos isso para vocês, é que eu acho que talvez dentro daquela meta dos estudos dos estudos dos indicadores, cabem todas as nossas preocupações lá dentro, se

nós fizemos um estudo de levantar indicadores que envolva, não só a área ambiental, mas social e econômica, nós poderemos colocar tudo lá dentro. Talvez seja no que está proposto do conselho para nós da câmara seja a oportunidade para trabalharmos todas as nossas questões, inclusive a pesca, a questão da poluição. Quer dizer, esses estudos irão englobar isso? Vai ter proposta indicadora disso? Então talvez o foco que possamos dar e se debruçar para realmente trabalhar todos nós aqui, seja trabalharmos nesses estudos e nos indicadores. Acompanhar firmemente isso, se os estudos estão condizentes com aquilo, nós servirmos aqui a CTCOST, de balizador se o estudo está bom ou não. E de orientador, não, está faltando isso, então tem que entrar isso. E obviamente esse estudo estando pronta e estando aprovado aqui dentro é a base para fazer os indicadores. Nos indicadores que eu acho inclusive que teremos base institucional, política e legal para cobrar do conselho. E isso tem que ser assimilado pelo conselho, o conselho tem que dizer, esses indicadores valem. Fazer a indicação que o conselho faz, não é isso Rachel, é indicação ou moção isso. Então quer dizer que talvez eu esteja propondo aqui um caminho que já está proposto, que é essa meta dos estudos, e aí colega a questão financeira, nós podemos prometer um empenho, não um empenho de recursos, mas um empenho de junto ao MMA, nós juntamos o MCTIC, que infelizmente não está aqui hoje. Mas que nós temos uma relação muito boa, justamente lá no GI-GERCO e em outros fóruns lá da CIRM, de nós sentar e fazermos uma reunião pós aqui né, nós aqui bilateral, fazer uma reunião para tentarmos conseguir esse edital e conseguir recursos para esse edital acontecer e antes que ele vá para a rua, ele passa aqui na CTCOST. Ele só vai ser contratado e vai virar um pregão público, um processo de contratação pública, depois do nosso aval. Que vai nos garantir pelo menos que os estudos vão contemplar aquilo que almejamos lá na ponta que vire indicador, inclusive o lado social e econômico também, não só o lado ambiental ou lado ambiental costeiro de recursos hídricos, é uma proposta que eu faço para vocês, porque a outra opção é nós fazermos uma nova agenda. Talvez criar, propor e aí tentar mudar no conselho. Tentar ir ao conselho e tentar mudar a nossa agenda, e como a Adriana falou bem, esse plano vale até 2020. Irá valer apenas nós passarmos mais um ano tentando mudar as coisas e não saímos do lugar? Talvez o que tenhamos posto são realmente esses estudos, como integração que está ali proposto, eu já coloquei essa questão do GI-GERCO nesse momento. Então seja uma forma que a plenária colocou lá inclusive de capacitação, uma primeira capacitação nossa de conhecer o que está acontecendo, nos outros fóruns. Então eu vejo, proponho e gostaria de ouvi-los, de que se não seria melhor realmente caminharmos naquela meta que está ali, tentar busca junto ao MCTIC, nós nos comprometemos junto ao MMA, de fazer uma bilateral junto com MCTIC, de fazer aquele edital que já existe acontecer. Mas esse edital antes de ser, antes de ele ser contratado, ele passar pelo aval aqui da CTCOST e nós aí sim, fazermos a nossa tarefa de conselheiro e de trabalhar em cima de um pré documento. O que vocês acham? O colega lá da ponta. Eu esqueci seu nome? Miguel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Eu acho que integração em minha opinião deve ser a questão, eu vou usar uma figura que é a ponte, porque eu acho que tem que ir até o meio da ponte e o outro tem que vir até o outro meio e nos encontrarmos em cima, no meio da ponte. Eu acho que se colocamos a questão do zoneamento econômico ecológico costeiro para os comitês que são costeiros, eu aqui posso fazer uma conta rápida, no estado do Rio de Janeiro são sete comitês, trinta e cinco cidades costeiras, dos nove comitês do estado do Rio de Janeiro, sete são da linha da costa. Agora a questão é a seguinte, integração costeira nos planos estaduais, assim como nos planos de bacia, está dizendo que tem que fazer integração e só repete a letra morta da lei, ele não diz como, ele não diz quando e nem quanto. E aí fica assim, um Deus me livre. Então está lá, integração. Quem tem que fazer? Eu estou perguntando isso há dez anos em um comitê de bacia. Quando houve o primeiro comitê do Rio, que a ANA tratou tão bem lá, que eu pensei que todos os comitês iriam ser tratados daquele jeito, bem, mas mudou tudo. Então a questão que eu venho perguntando, tive a grata surpresa de conhecer o zoneamento econômico ecológico de Parati e Angra, da bacia da Ilha Grande. Quase trinta milhões de reais e o estado dizer para mim que aquilo lá não está muito bom, a questão é por aí. Agora se colocamos que os dezessete estados costeiros com as suas bacias precisam fazer zoneamento econômico ecológico costeiro, se vira. E aí a questão de recursos, eu acho que tem a experiência do ICMS ecológico, que só vai receber mais, quem proteger mais, quem fizer a sua parte,

ou seja, indução. Outrora o fundo nacional do meio ambiente fazia a mesma coisa, tinha demanda espontânea e demanda induzida. Eu acho que ainda que não tenha recurso, essa desculpa para não fazer é triste, dinheiro rola, pega o dinheiro do Gedel. A questão é. Dinheiro tem, o negócio é onde ele está alocado. Então, essa questão é que precisa ser discutida, por exemplo, recurso do licenciamento, todo o encontro que eu venho da ANA ela disse assim, vocês têm que usar o dinheiro do licenciamento na gestão de recursos hídricos também para não ficar tudo pendurado lá na cobrança, beleza e aí? Como? Quando? Onde? Quem é que faz? Não tem. E legal fazer assim, faz integração aí. Infelizmente eu não aprendi outra coisa senão comando e controle só funcionam desse jeito para o órgão federal. Lei e depois não tem gasolina para ir fiscalizar, e não tem recursos humanos, aí ficam as desculpas para não fazer. Então a questão é essa, mas eu acho que como uma sugestão da integração, primeiro eu acho que é preciso conhecer a costa onde se está legislando, não sei se a palavra correta seria legislar? Mas como órgão de estado e comete de bacias é um órgão de estado, não é órgão de governo, então apesar dessa confusão ainda estar na cabeça de muita gente, seria uma possibilidade enorme de sugerir que os comitês costeiros façam o zoneamento ecológico econômico costeiro. Para poder identificar os seus problemas, porque daí é que nós vamos saber quais são os problemas e vamos sabendo como isso já está sendo resolvido no comitê de bacia. E se isso não está no plano, porque os planos, vamos dizer que tem que fazer a integração e cabe aos comitês de bacia fazer integração, e o GI-GERCO faz o que? Então eu acho que um pouco é isso, é caminhar na mesma direção, não sei se é caminhar na mesma direção, mas é caminhar até o meio da ponte para ver se ou eu vou contigo ou se você vem comigo, porque alguém vai ter que convencer alguém. Então como sugestão, acho essa uma sugestão viável, tem experiência já. Essa da bacia de Angra só ficou muito cara, mas dá para o gasto, dá para começar, só não cometer os mesmos erros. E outras questões são que esses produtos que foram contratados, se eles já estão prontos eles devem vir para a mesa, porque muita demanda reprimida e não vai ser em uma reunião que vamos resolver o mundo hoje. Rachel é isso? Rachel, então, esses produtos que foram feitos, como tratados anteriormente, relatórios, por exemplo, como o companheiro levantou uma aqui, de eles virem para a câmara técnica para podermos ir ajustando o passo, porque depois de cinco anos muita coisa já foi até atropelada, enquanto a mudar o que está aí não. A minha pergunta é o que daí foi feito, porque era isso que vim já preparado para te perguntar, porque até um documento que mandamos para você a um tempo atrás eu queria ter resposta, mas não vou alugar ninguém com isso, que era sobre a questão do PAF. Régis Pinto de Lima. Então, mandamos um documento para você e eu quero saber qual é o resultado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Não eu respondo agora. Nós vamos encaminhar depois para vocês o PAF, porque ele foi aprovado na CIRM em dezembro, então ele estará valendo a partir de agora de 2019 e eu estou justamente colocando que iremos colocar para todos os membros aí, eu já tinha colocado isso. Eu acho, e eu não sei se eu fui claro, mas o diagnóstico que temos de integração é de que por um lado dos dezessete estados costeiros, só dois fizeram o zoneamento econômico ecológico, acho que foi Pernambuco e Rio Grande do Norte que fizeram todo. O Rio Grande do Sul fez um pedaço, o Rio de Janeiro fez um pedaço e São Paulo entendeu? E pelo lado dos planos de bacia, eu estou aqui entendendo e aprendendo com vocês de que não estava havendo integração, que os planos, mesmo na zona costeira não estão integrados. Isso é um fato, e a partir disso que temos que trabalhar, e com relação ao que foi colocado aí, a câmara ficou cinco anos parada, não tem como responde sobre isso, e o que eu estou propondo é daqui para frente como eu já falei, eu queria justamente colocar isso como encaminhamento. Eu queria que vocês se pronunciassem, nós já chegamos no horário do meio dia, e precisamos ver como faremos a agenda a tarde, queria ver a expectativa de vocês. Mas se vocês entendem que o que eu coloquei aqui se torna se pode ser, se querem acrescentar algum tipo de agenda, vou tentar lembrar. A parte de integração, enviar o PAF para vocês, e na próxima reunião a discussão do PAF está na agenda para discutirmos. Convidei todos que puderem, para participar da reunião lá do GI-GERCO no dia sete e na próxima reunião também já colocar na agenda uma apresentação do que a coordenação está fazendo de gerenciamento costeiro. Fiz também a proposta de como iremos fazer os diagnósticos desses planos que se estão ou não estão, coloquei isso para vocês aqui discutirem. Essas informações que

chegaram que os planos de bacias mesmo nas zonas costeiras não estão levando em conta, como nós podemos juntar essa informação. Eu acho que é uma dúvida que eu aqui como presidente, estou colocando para os membros, bom está sendo colocado isso, se isso é cem por cento, como eu falei dos dezessete estados costeiros, dois fizeram, que virou inclusive legislação, outros fizeram, mas não virou base legal, também que não adianta fazer e assim passaram esse tempo todo. Então vamos conversar sobre isso com nível de secretário. E a questão de realmente termos uma agenda para talvez colocarmos todos os nossos anseios, inclusive ambientais, sociais, econômicos e de usos de água, nessa proposta de estudo. Eu acho que seria a maneira que poderíamos ter uma contribuição de cada um de nós em cima desses estudos e nós com o MMA se comprometer junto ao MCTIC de tentar buscar recursos para esse edital. Isso é o que estou colocando de encaminhamento e eu queria ouvir vocês com relação a isto. E o que vocês pensam de, porque isso vai definir a nossa agenda de trabalho e se nós continuamos a tarde, nós estamos aqui a disposição e eu quero ouvir um pouco vocês, mas bem objetivamente com relação ao que está proposto para podermos avançar. Pode falar.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA (FONASC – CBH – Sociedade Civil) – Dentro da discussão, isso aí é em uma visão caíçara, visão de pescador que muito podemos contribuir, a fala do João a fala do Miguel e de outros companheiros, não sei se é uma proposta, mas eu acho que a CTCOST e eu não sei se estou querendo pedir muito ou é a minha ansiedade, porque nós vivemos lá na ponta como o senhor mesmo falou doutor Régis, eu achava que poderíamos começar fazendo um levantamento se baseando nos comitês, quase como se fosse um georeferenciamento que nós estamos começando a criar, para nós entendermos, dentro desses comitês o que se envolve ali nas regiões costeiras. Comitês de bacia. Podemos fazer isso para nós aqui dentro dessa câmara técnica, eu vou dar um pequeno exemplo, no Rio Grande do Sul nós temos questões lá nas regiões estuarinas, nós estamos lá na lagoa dos patos, desde São José do Norte como no Rio Grande com problemas, hora com estaleiros que no passado estava afetando o pessoal da comunidade de São José do Norte, hora no Rio Grande com despejos de fertilizantes. Então ali é uma região costeira que temos um passivo existe ali o que podemos referenciar, nós temos ali no Recife o SUAP, região costeira, temos na Baía de Guanabara a Baía de Sepetiba, petróleo, mineradora. Bahia, ali na região de Caravelas nós temos também a Empresa de Papel, navegações. A poluição que é oriunda dos rios dali vai para o mar de Abrolhos, sem falar que a lama de Abrolhos de acordo com o próprio estudo do ICMBio, a lama do Rio Doce chegou a Abrolhos. Então nós poderíamos usar isso como se fosse um georeferenciamento do que vem ocorrendo na região costeira e já começar a fazer até o gerenciamento, porque a princípio essa palavra gerenciamento costeiro para mim continua uma utopia. Nós entendermos o que se passa para podermos começar a discutir nessa câmara técnica para saírem proposições. Inclusive o seminário é muito bem-vindo, um seminário trazendo inclusive atores da sociedade civil, principalmente os atores locais, isso é excelente, isso é uma coisa até corajosa e verificando se essa câmara técnica tem essa possibilidade dentro da questão do uso da influência na área costeira nos licenciamentos que estão em andamento ou que já aconteceram. Porque eu discordo em algum momento do companheiro aqui do Ministério de Minas e Energia, não há uma lisura, uma total lisura dessas empresas. Nós entendemos lá da ponta que é muita influência política, eu vou dar um exemplo do Rio de Janeiro, a superintendência do IBAMA está sendo questionada pela própria SIBAMA, associação dos servidores, sabemos que a superintendência do IBAMA, a nova chefia desfez, está desfazendo o SEGEPEG, é um grupo de estudos que estava participando do licenciamento do Pré-sal. Então não há lisura e inclusive nós não identificamos dentro do Ministério de Minas e Energia também, a própria ANP esse entendimento e essa visão. Nós participamos sim da campanha para não venda desses novos blocos do Pré-sal, que foi a campanha Nenhum Poço a Mais, é uma campanha onde nós entendemos que não se deve explorar mais petróleo enquanto não se tiver um posicionamento, uma ação mais organizada. Porque nós não somos contra o petróleo, nós somos contra como é feito esse tipo de procedimento. Como essas empresas são administradas, porque nós vemos impacto em todos os lugares, inclusive Espírito Santo, na praia de Cambuí se não me engano, o minério vem tanto para as casas como na areia da praia. E é uma mineradora que está ali na beira da praia. Aí podemos usar também como marco ali. Então, o georeferenciamento e isso, é uma

proposta minha, nós defenderíamos de uma forma mais ampla todo o problema da costa brasileira. Sem falar de outros impactos também que eu acho que não foi dito aqui, que eu venho acompanhando, inclusive essas portarias interministeriais. Nós temos portaria estadual na Baía que está para sair. Onde proíbe algumas espécies, causa impacto, causa, é questão que tem que ser debatida aqui, tem que ser debatida na CTCOST, porque vai afetar a região costeira? Positivo não sei. Negativamente? Então podemos nos debruçar sobre essas portarias. A portaria 445 que está para entrar em vigor novamente, através da 161. Que é a da proibição de quatrocentas espécies também. Vai se criar um impacto na região costeira, mas será que nós vamos abrir, essa proibição nós vamos abrir para outras empresas, para uma super exploração de apicultura, piscicultura. Se acabar com um problema, pensando que se acabou com um problema, cria-se outro maior. E a questão social, eu acho que nós poderíamos também no CTCOST debater isso, essas portarias, licenciamentos e essa questão que como o Miguel falou o que tem a ver o turismo com a questão das usinas nucleares, o que tem a ver com os estaleiros. Não se faz turismo onde se tem estaleiro, onde tem refinarias, não se tem como. Então são criadas áreas de exclusão de pesca, área costeira. Será que é interessante, será que não podemos nos debruçar sobre isso? Porque está se criando algo dentro do gerenciamento e se faz isso, mas já podemos começar a fazer isso através desse georeferenciamento, que é uma proposta minha. E nós também discutimos aqui no CTCOST essa questão política, que vem nos afetando. Até inclusive servidores do MMA, servidores do IBAMA e do ICMBio, essa questão de indicação política para ICR, as chefias regionais eu acho que nós podíamos também trabalhar nisso. Começar a identificar, porque justamente onde há essas indicações políticas há algum conflito, hora mineradora, hora uma empresa de papel, hora um interesse nacional internacionalmente comercial, simplesmente comercial. Essas são minhas propostas.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu vou passar para o Wilson, depois para o Luciano, depois para o Rosalvo, depois para o João. Mais alguém? Podemos depois dessas falas nos debruçar, para o que foi proposta de encaminhamento? Vocês concordam? Porque a nossa missão hoje aqui, além de trocar todas essas ideias e tentar dar um rumo para a câmara é nós tentarmos sair daqui com uma agenda, uma agenda de trabalho. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Pessoal eu estou tentando seguir o encaminhamento. Então eu acho que ficou como proposto pelo Régis a apresentação do gerenciamento costeiro para a próxima reunião. E aí eu pergunto para o Régis se o projeto orla estaria incluído no gerenciamento costeiro?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu acho que quem tem propriedade para falar sobre isso, esse que é um posicionamento do MMA é o SPU, nós podemos convidar sim. Nós fazemos o convite porque só para esclarecer, as áreas de que estamos falando são do SPU, são áreas de domínio do SPU. São eles que têm a governança sobre isso e quem legisla sobre essa área é o SPU. E muitas vezes o ministério acompanhando o projeto Orla nós ficamos realmente a margem de poder algumas legislações que foram feitas que nós não concordávamos e não tínhamos governança sobre isso. Então nós entendemos que pela própria fala agora do SPU no GI-GERCO, os protagonistas são o SPU e os municípios. Nós traremos sim, eu acho que é importante e nós estamos trazendo isso no GI-GERCO, esse momento de esclarecimentos. Inclusive a ANAMA faz parte do GI-GERCO e tem contribuído muito. Porque o gerenciamento costeiro sem os municípios não funciona.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom, então esse item já seria integração que está previsto aqui para 2020. Tem que mandar o PAF. Outro ponto que eu gostaria de chamar a atenção aqui. É sobre o lançamento de edital do CTHIDRO, o Régis já falou

aqui, agora tem uma proposta de ampliar o espectro do estudo relacionando impactos sociais e outras coisas, econômicos, sociais, não só ficar na parte técnica ali do modelo matemático ou coisa desse tipo, eu acho que isso também é importante e já estaria também atendendo essa meta ali da câmara para dezembro de 2018. Outro ponto que me chamou a atenção também. É que só dois estados fizeram o zoneamento econômico ecológico da zona costeira. Talvez fosse interessante alguma apresentação sobre esse zoneamento ecológico econômico para nós conhecermos, e poderíamos pensar em uma moção do conselho para os outros estados que não fizeram. Recomendando urgência na elaboração disso, eu acho que isso seria já um produto da câmara. Eu acho que isso seria tremendamente interessante. Eu gostaria de ter ideia, porque para recomendar estado para fazer esse zoneamento ecológico econômico da zona costeira, eu não sei quanto custa isso, e talvez fosse o caso de propor ao próprio Ministério do Meio Ambiente, um programa de financiamento parcial, ou qualquer coisa nesse tipo, para apoiar os estados na execução desse programa, o a própria agência nacional de águas pode incluir no seu orçamento recursos para apoiar os estados, não precisa apoiar os quinze que faltam, mas pode apoiar um ou dois, na ordem de demanda que for ocorrendo.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Você me permite abrir uma janela, eu acho que o que o Wilson está colocando é extremamente importante, que é a nossa grande preocupação. Porque nós estamos falando do instrumento que o plano de bacias aqui não levou em consideração, o Zé que não foi. Porque no fundo se o zoneamento econômico ecológico tivesse sido feito, nós estaríamos discutindo a eficácia dele, esses problemas todos estariam sendo discutidos aqui, mas como nenhum instrumento foi feito, então eu acho extremamente pertinente isso que ele está colocando. Talvez na próxima reunião possa estar como item também e inclusive nós já comunicamos como foi a reunião com a ABEMA, como os secretários se comprometeram, reagiram a nossa reunião com eles, e vai cair certamente Wilson, os estados vão dizer, mas nós fazemos com que recurso, provavelmente teremos que discutir sobre isso.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom. Dando continuidade aqui, sobre a proposta que o João lançou, eu fico assim, muito preocupado com um seminário nacional, eu acharia que nós podíamos pegar polos específicos, por exemplo, vamos pegar a Baía de Guanabara, vamos pegar Sepetiba, lá o porto. Quer dizer, e tentar identificar algumas coisas mais específicas, para que nós possamos atuar, porque um seminário nacional, você vai pegar um universo gigante e não vai fazer nada. É como os planos de bacias, elas pagam a bacia inteira, a pega a bacia do São Francisco, a precisamos de tantos milhões para poder, quer dizer, não resolve.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu cheguei à conclusão que o estado brasileiro em suas mais diversas representações de órgãos de política pública é fragmentado, esse seminário que eu propus não era nem uma coisa focada em um problema específico, embora isso seja muito importante. Era para pegar todas essas obras envolvidas com a gestão das águas estuarinas e colocar em um lugar só. E aí. E nós iríamos ser expectadores disso, enquanto membros disso, e isso não excluem algum órgão estadual e comitês de bacias, mas o objetivo maior era organizar a casa e dar uma nivelada no que diz respeito ao papel do governo federal, que para mim está muito confuso nessa história toda, então foi nesse sentido que eu propus. E que no meio disso venha uma experiência social de uma demanda social para colocar um pouco de realidade no negócio.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Só para terminar então eu acho que são muito importantes as sugestões que o Alexandre deu e eu acho que esse georeferenciamento nos impactos da zona costeira é fundamental, talvez e eu não sei se isso estaria

no PAF, não sei. Mas eu acho que identificar os problemas, mas é fundamental. E acompanhar essas portarias, eu não sei a forma, mas poderíamos estudar esses licenciamentos do IBAMA e outras portarias que licenciem atividades na zona costeira, eu não sei como isso poderia nos atender. Bom, mas basicamente é isso que eu queria sugerir. Obrigado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Wilson obrigado. Eu acho que foram encaminhamentos muito bons. Durante as discussões eu fiquei pensando também na questão do licenciamento que eu acho que é importante, e aí nesse sentido nós podemos usar o artifício de convidar o IBAMA e criar uma demanda específica, para também não vir aquela apresentação geral do licenciamento. Que licenciamento nós queremos tratar, especificamente. Eu deixo assim o pessoal pensando e eu acho que é um tema importante de a câmara tratar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Por exemplo, você tem a questão do licenciamento e outorga, essa relação está muito complicada. Precisávamos trabalhar isso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – É eu acho que é importante e pode ficar como sugestão como um tema e aí tentamos ver e podemos fazer um grupo para a próxima reunião se já tem uma demanda para o licenciamento ou não. Se tiver nós podemos colocar na pauta também. Tenho certeza que a próxima reunião vai ser mais, mas vamos deixar isso também, vamos colocar como tema importante e se tiver uma demanda para próxima reunião nós chamamos alguém do IBAMA sim. O IBAMA faz parte do GI-GERCO, seguido tem demanda lá dessa questão de, só para ilustrar, a questão do licenciamento da lâmina da água rasa costeira é um assunto muito discutido lá. Porque o Ministério Público entende que antes de licenciar a parte rasa de água, deveria ter uma autorização do SPU, antes do licenciamento. O IBAMA entende ao contrário. Então é uma discussão pesada e que é interessante. O SPU diz não, não pode licenciar sem antes o SPU dizer que aquela área é possível. Mas uma vez estamos aí com o SPU sendo importante nas discussões do território costeiro e isso vala para os estuários também. E acho que é o Rosalvo não é? Não, é o Luciano, desculpe é o Luciano. Eu perdi a minha folha aqui.

O SR. LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA (Agência Nacional de Águas) – De fato estamos vivendo aqui, uma catarse. Cada um está expondo as suas angústias e decepções. Mas nós por conta disso estamos em uma armadilha perigosa de nós esquecermos onde estamos. Nós estamos dentro do conselho nacional de recursos hídricos, a bíblia do conselho nacional de recursos hídricos e a lei 9433. Então a visão que se deve ter é como se adaptar a Política Nacional de Recursos Hídricos, os seus instrumentos, outorga, planos, cobrança, etc. e etc. a questão costeira. Como tornar estes instrumentos que hoje não são sensíveis as questões costeiras, como torna-los sensíveis, como torna-los compreensíveis, como fazer com que eles não piores as coisas, no mínimo isso nós temos que fazer aqui, tem que se preocupar com isso, no mínimo isso. Fazer com que os instrumentos que nós aplicamos todos os dias, eu sou o operador de um dos instrumentos, nosso amigo aqui também é um operador diário, e nós nos ressentimos dessa orientação do conselho nacional, sobre como melhorar isso aí. Bom, nesse sentido, já houve um trabalho longo desde o início da CTCOST 2005, enfim até 2013, quando teve uma última reunião. Um trabalho longo, uma contribuição de propor, já foi falado aqui de propor diretrizes adicionais aos planos de recursos hídricos, que em um determinado momento foi desconstruído e eu acho que a expressão é esta pela CTIL, acredito, que ano foi isso aqui Rachel? Enfim, entre 2009 e 2015 desconstruiu a proposta original que em dezembro de 2016 de certa forma voltou. Veja 2015 a 2009 a CTCOST da época, a composição que havia na época, fez uma proposta de resolução, propondo adicionar itens extras aos planos de recursos hídricos de modo a ter preocupações com a questão costeira. Chegou em 2009 e 2015, veio outro grupo, não é bem isso, o

CTCOST não tem competência, faltam outras coisas, e desconstruiu. Pronto, foi enterrado, então chegou em dezembro de 2016 e o conselho disse não, está aqui. Com a ação, definir diretrizes específica para elaboração de planos de recursos hídricos em regiões que contenham. Ou seja, voltou ao início. Então o plenário do conselho voltou ao início. Poderia voltar lá às prioridades da planilha, por favor. Só desce mais um pouco. E ali tem a última das metas, está lá. Integrar a zona costeira nos estudos sobre planos, e aí vem todo o resto, que são as preocupações que esse documento traz. Ele fala assim, essa proposta da resolução lá em 2009 é um pouco pobre porque ela só mexe em planos. Bom na época o que se pensava era o seguinte. Vamos começar pelos planos, que é um instrumento que irradia diretrizes e orientações para todos os outros instrumentos da política. Por isso se optou em começar pelo plano, não iria se encerrar ali. Bom, o fato é que em dezembro de 2016, o conselho nacional retomou isso e falou não isso é competência sim da CTCOST, propor esse tipo de coisa, de ação, colocou ali em baixo também, não só para planos, mas para outras diretrizes e nós decerta forma aqui, é o que me parece tá, eu me ausentei um pouco aqui, porque tive que atender a um telefonema de trabalho, quatro anos antes a resolução 148, que é a do programa nove, que estabelece coisas muito claras. Que atende as preocupações colocadas por esse documento aqui. Que atende várias preocupações, ele é bastante rico, atende várias das questões colocada aqui, várias delas. E ele de certa forma, como é que eu diria? Essa resolução aqui do programa nove, a 148, parece estar refletida naquela última meta, é o que mais e parecem, os outros não tem nada aqui, as outras metas de cima não têm, a última é que tem essa aqui. E apesar de essa resolução 148 não ter trazido um cronograma, de certa forma o conselho o fez, ao dizer dezembro de 2020. Ou seja, e está colocando ali, os executores ANA e MMA e quem vai acompanhar parceiros, interlocutores, etc. e etc. Objetivamente o que eu quero colocar aqui é o seguinte, porque nós não tocamos a adiante isso aqui. A Agência Nacional de Águas no segundo semestre de 2014, teve uma agenda que depois foi derrubada por alguma circunstância na época, que iria iniciar isso aqui, em 2014. Era até o doutor Ney Maranhão, que hoje é diretor na ANA, na época era secretário aqui, segundo semestre de 2014, e que iria ter uma reunião justamente para dar início aquele item ali, para dar início aquele item. Tudo bem foi antes de 2016, mas o assunto era esse. E aí por algum motivo, a doutora Isabela Teixeira, que era ministra tirou. Não por culpa dela que diretamente mandou tirar, não é isso, foi por um conflito de agendas. Esse compromisso caiu, e nunca mais foi retomado. Até porque a CTCOST havia parado, ou seja, não houve demanda de mais canto nenhum. Agora nós voltamos com essa demanda, porque nós não retomamos isso? A Agência Nacional de Águas está disposta sim, está aqui como executora e não quer fugir, a sentar aqui, não sei exatamente com quem, mas aqui dentro do MMA, como o GI-GERCO ou com a SRH. Para definir quem vai contratar, o Sergio poderia falar alguns detalhes, algumas exigências mais específicas. Mas quem vai contratar, por quanto tempo, aliás, quanto tempo já está definido ali. Até 2020. E que é um período razoável sim, para fazer isso aqui. E isso aqui vai nos trazer muito mais subsídios sim, para resolver o que fazer mais adiante. Estamos negligenciando as outras coisas, não. Todas as outras metas ali, elaborar proposta piloto, tal e tal. Tudo isso pode continuar, deve até continuar, porque o conselho assim mandou. Mas nós estamos esquecendo aquele último item ali, que é objeto de duas resoluções. Uma é essa, que é a 181 e a outra é a 148. Ele está em dois comandos do conselho nacional, e que nós não estamos dando a prioridade, que eu acho que deveria ter. Você que fazer algum complemento Célio?

O SR. CÉLIO BARLOTE PEREIRA (Agência Nacional de Águas) – Eu acho que valeria apenas, pelo menos os membros da câmara técnica se debruçarem sobre o programa. Veja bem, não foi executado. E não a ideia é que nós executemos o programa, porque ele contempla, e aí é claro que é passível de a própria câmara discutir atualizações, adequações. Discutir se cabe mesmo ser executado nessas três áreas piloto ou não. Apesar de que na resolução que aprovou, previa esses três pilotos, mas eu acho que esse é um papel aqui da câmara técnica. E ele tem quatro programas que refletem a quase totalidade do que foi discutido aqui até agora, as preocupações que foram levantadas. Porque primeiro nós estamos verificando uma dificuldade de identificar o quadro institucional e legal. Quem faz o que? Qual instituição tem que fazer o que? Exatamente, você propôs o seminário e não quer dizer que não tenha que ter o seminário, que é um ótimo subsídio, talvez até para a câmara acompanhar uma atividade dessas. Ou poderia ser contemplada

até aqui dentro dessa atividade. O segundo que são os instrumentos de gestão. Quais são os instrumentos de gestão? Da política de recursos hídricos, todos os presentes aqui conhecem, porque essa câmara aqui está dentro do âmbito do conselho nacional de recursos hídricos, mas do ponto de vista da gestão costeira. Quais são esses instrumentos? O uso é um instrumento que conseguimos enxergar, mas o Régis acabou de falar ali do papel da SPU, o que cabe a SPU? Então isso está previsto aqui também. Isso foi identificado, eu não participava aqui na época, mas eu me debrucei um pouco sobre o programa e parece que realmente isso aqui foi fruto de um esforço grande. Que pelo que a Rachel comentou no início teve uma participação grande dos membros dessa câmara técnica por um longo período, oito anos, dez anos. Então assim, é só para não correr o risco e eu acho que vale a pena se debruçar um pouco e retomar, pelo menos que seja, se não tomar uma decisão hoje, pelo menos que seja retomar essa discussão na próxima reunião, para não correr o risco de cometer erros que já foram cometidos e de fazer discussões que já foram feitas e que já tem um caminho apontado. Então isso eu acho que é importante. Então foi por isso, base territorial para gestão integrada, isso é fundamental, isso é o terceiro subprograma, a gestão costeira, ela não trabalha com a questão de bacias. SPU vai trabalhar o que? Com município, a gestão costeira também, com município, esses dois trabalham com limites de município a de recursos hídricos não é o limite de município. Então, como que se vai integrar isso? Esse é um assunto também a ser debatido. E por fim o quarto programa que é a questão de educação ambiental, capacitação, comunicação e mobilização, ou seja, o que eu percebo, participo pela primeira vez de uma câmara técnica, porque eu fui indicado em 2014 e nunca fui chamado para uma reunião, nunca houve uma reunião. O que nós percebemos é que, muitos dos pontos que são levantados aqui, aparentemente já foram bastante discutidos, a fala inicial do Clímaco demonstra até a decepção por não ter dado sequência, ter parado esse período todo. Mas o fato é que houve alguns avanços, tem algumas questões aqui que apontam um caminho a ser seguido. E isso está expresso ali, nessa última meta que foi colocada. Nós temos a oportunidade agora de fazer com que ela saia do papel e melhor do que isso, amparados por uma resolução do conselho nacional, nós temos uma data limite para isso ser executado. Porque antes estava um pouco no vazio, não foi retomada a CTCOST e não teve uma definição clara. Olha, vamos tocar e os executores são o Ministério do Meio Ambiente e a ANA e esse papel de articulação do Ministério do Meio Ambiente, e acho que a CTCOST pode participar ativamente desse processo e inclusive acompanhar a execução desse programa.

O SR. LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA (Agência Nacional de Águas) – Só para concluir, Só para dar uma inspiração, técnico científica e histórica. Quando perguntaram ao Steven Hopkins, aquele físico teórico, como ele conseguiu avançar tanto na física, ele falou, eu me apoiei sobre ombros de gigantes. Isaac Newton, Galileu, Kepler, Copérnico, Aristóteles e etc. Claro, mal comparando, se quisermos avançar, temos que nos apoiar sobre coisas que já foram feitas, não queira inverter tudo a partir do agora, entendeu? Como se nada tivesse sido resolvido, de fato, nada foi resolvido. Mas várias coisas foram pensadas e estruturadas e foram feitas propostas de encaminhamento. Então é nessa linha. Vamos tentar nos apoiar sobre ombros, não tão gigantes, mas sobre coisas que já foram feitas. Obrigado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Primeiro que queria agradecer ao posicionamento, manifestação da ANA. Eu acho que foi excelente. Só tentando resumir um pouco. Eu acho que estamos convergindo, porque os programas realmente são alicerces de tudo que conversamos. Só que a questão que estávamos encaminhando também que é a questão do estudo, é uma questão bem técnica que na verdade pode até estar dentro dos programas, mas eu acho que ele está bem definido como a necessidade de fazer esses estudos e digo isso também como coordenador do GI-GERCO. Nós vamos e voltamos nas discussões e colocamos que não existem indicadores de qualidade ambiental para a zona costeira. Inclusive um dos instrumentos que nunca saiu do papel é o sistema de monitoramento ambiental, nunca saiu do papel. Então eu acho que é a mesma coisa, só que esse estudo ele vai ajudar a integrar. Ele vai propor e nós poderemos nos manifestar aqui dentro, como indicadores que irão atuar nessa integração. Quando caímos no nível do quadro técnico, não no nível do quadro institucional, ou dos

instrumentos de gestão ou de base territorial. Mas sim, nós estamos falando de monitorar a qualidade, e eu acho que só vem nessa convergência. Eu queria agradecer muito e aproveitar o gancho da disponibilidade de vocês e dizer que para esse item ali que é o integrar, essa meta. Nós estamos dispostos aqui no MMA, nós estamos totalmente à disposição, nós iremos conversar com o secretário e nós podemos fazer uma agenda bilateral para tentar evoluir nessa meta, e tentar trazer as coisas mais preparadas para as próximas reuniões da câmara. Queria deixar isso aí, estamos à disposição e podemos evoluir. Queria passar para o Rosalvo, o Miguel, o Fernando e Rachel, eu só pediria para o pessoal ser um pouco mais breve, para decidirmos se, a, desculpe Demétrio. O Demétrio também está, é que eu não tinha anotado. Em que pé estamos da reunião e se precisaremos continuar à tarde, depois dessa fala eu queria decidir com vocês isso. Rosalvo.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu acho que deve fazer parte, eu queria acrescentar mais um documento na lista desses documentos já listados. Que é o RQMA da zona costeira, o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, se não me engano, é o capítulo sete ou o capítulo nove, do relatório de qualidade do meio ambiente, que bravos funcionários públicos do IBAMA lutaram, em 2011 ou 2013 saiu. E depois sumiu do site, eu como cidadão estou questionando a CGU e o IBAMA, porque não encontro mais esse RQMA completo, não é só da zona costeira. Mas eu tenho e encaminharei para a Rachel ou para você Régis, para que todos tomem conhecimento. Porque muitas das questões, muitos dos problemas, muitos dos diagnósticos que queremos que levantamos e que citamos estão lá contidos. Porque é lamentável, porque lá inclusive não é ENCO-GERCO, nós levantamos, pouca gente conhecia, pouca gente conhece que trabalha com a zona costeira e marinha, mas ele existe. Então só para termos didáticos, os documentos que irão fazer parte dessa câmara, documentos fundantes. O plano de ação federal da zona costeira, o programa nove, o primeiro encontro, e aí eu queria reportar a esse documento aqui os subsídios às discussões, que o 1º Encontro Nacional Temático de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zona Costeira foi realizado em 2005 e aqui Rachel na página seis desse documento, fala da existência de um CD-ROM, está aqui no final da página seis, eu até coloquei uma observação aqui, pegar isso lá no MMA. Então temos que ir atrás desse CD-ROM para preparar, para não ficarmos falando aquilo que já foi dito em 2005, quem foram as pessoas, os temas e etc. O quarto documento então é o RQMA da zona costeira. O quinto documento senhor presidente, são os documentos de mudanças climáticas para zona costeira, lançado no dia do meio ambiente, lá naquele monumento do futuro no Rio de Janeiro, pelo pessoal do clima, mas tem também alguns documentos gerados pelo próprio MMA. Que é um tema que não podemos deixar de abordar, é uma publicação que não podemos deixar de contemplar nas nossas discussões, sobre zona costeira, gestão e tal. Então são esses cinco documentos que eu coloquei. A outra questão, e eu não sei se eu estava escrevendo ou se pensamos juntos, ou se porque estamos aqui e nos conhecemos a muito tempo. Eu acho que essa câmara já produziu um trabalho excelente, eu já fui membro do conselho nacional de recursos hídricos, representando o ministério da integração nacional e eu acho que temos que retomar Rachel, toda aquela documentação, embora esteja no site, mas as vezes temos dificuldade porque está na CTIL, não está na CTCOST. Aquela proposta de resolução e novamente melhorar aquela proposta, rediscutir e se for o caso voltar ao plenário do conselho nacional de recursos hídricos Régis. Porque nos encontros que fazemos do G17, nos APS e em todos os encontros que temos da zona costeira e marinha, um dos problemas que temos é essa questão da integração, só que as palavras ficam só na integração, nós não conseguimos avançar, nós não conseguimos aprofundar, o que significa essa integração efetivamente, eu vou ter nos planos municipais de gerenciamento costeiro, por exemplo, a zona marinha 1, a zona marinha 2, a zona marinha 3. Aquele projeto Orla, que embora fique restrito apenas a área da orla, mas lá tem sugestões muito pertinentes, que nos permitem avançar. Então temos que aferir até o caso de um sexto documento, aqueles manuais do projeto orla. Então está pronto, ótimo que a ANA queira efetivamente implementar o programa nove. Porque eu ficava olhando aqui para o Clímaco e tudo o que ele dizia e tudo o que dissemos, com outras palavras estão tudo aqui nos quatro subprogramas, basta ler. Está tudo escrito, tudo escrito o que nós dissemos está aqui. Então se pegamos os seis documentos que eu citei, estão prontas e aí o que temos que fazer com a proposta de Régis, está pronta a agenda. Até porque me parece

que o mandato dessa presidência vai até dezembro ali de 2018. Se nós conseguirmos fazer isso bem Régis, nossa, eu me dou por satisfeito, embora só estaremos visitando, participando e tal. E no nosso caso específico é uma questão menor e aí encerro a minha fala, nós precisamos Régis, o coordenador do GERCO da Bahia precisa receber o ofício para nós irmos a reunião do G17. Me parece que de tarde ou naquela sua proposta da reunião do dia sete você vai mandar para todos os membros e eu pediria que você mandasse para os membros visitantes também dessa reunião o convite para participar do G17, porque sem o convite nós não temos como ir, entendeu. É um problema burocrático e institucional. Encerro a minha fala.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado Rosalvo. Só a questão é a seguinte. Não é a questão de o GERCO mandar o ofício. É que quando qualquer questão é membra e ela se comprometeu e denominou alguém para participar ela já assumiu o compromisso que alguém tem que ir. Ela não precisa ser convidada oficialmente, entendeu? Essa é a orientação que tivemos inclusive aqui dentro da secretaria, se você está lá e se a sua instituição te comprometeu a ir quando chega à agenda e o convite da reunião, nós entendemos que estão todos compromissados e que não vai precisar fazer um ofício. Porque só no GI-GERCO são vinte e três ofícios. Então nós precisamos da secretaria da CIRM para ajudar nisso também. Porque se não nós só faremos ofícios. Então nós entendemos que como em todos os comitês que nós vamos, que no momento em que a instituição se comprometeu e faz parte daquele comitê, quando chega o convite geral e a agenda ele tem que ir. Então nós podemos rever isso ali, mas é só uma questão de procedimento, se não ficamos só fazendo ofícios e não conseguimos tratar de pauta de tema e de demandas realmente. Mas, excelente a sua colocação, queria agradecer. Nós podemos conversar um pouco hoje à tarde. Queria passar para o Fernando, o Demétrio e o Miguel. E a Rachel. Fernando.

O SR. FERNANDO COMERLATO SCOTTÁ (SEMA/RS) – Basicamente nós começamos um trabalho na gestão de planejamento de recursos hídricos, dentro da secretaria de desenvolvimento de ambiente sustentável do Rio Grande do Sul. E alguns colegas meus, inclusive eu não acompanho os planos de bacia de perto, mas os colegas que dividem a sala estão trabalhando nos planos. Então dentro das propostas de integração, dentro da questão do seminário que o João falou, nós poderíamos então ir atrás e ver essas informações para fazer um diagnóstico, trazer essas informações para cá, dos planos. Então essa é uma proposta que podemos fazer e então dando um ok, nós podemos ir atrás disso aí.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu acho interessante. Porque é um estudo de caso, um estudo de estado. Como é que o Rio Grande do Sul está vendo isso. Eu acho que é específico e seria excelente.

O SR. FERNANDO COMERLATO SCOTTÁ (SEMA/RS) – O interessante é isso, porque como eu tenho os colegas do lado, eles mesmos poderia vir, de repente.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Nós podemos colocar isso como item da próxima reunião? Nós podemos colocar isso como item da próxima reunião? Uma apresentação?

O SR. FERNANDO COMERLATO SCOTTÁ (SEMA/RS) – E eu posso também levar as informações daqui para lá e isso é um bom meio de campo que eu faço.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – E é interessante pessoal, só para ilustrar essa questão dos comitês, lá no GI-GERCO a informação que tivemos, quando inclusive fizemos o ENCO-GERCO que foi lá em Rio Grande, que o Rio Grande do Sul não tem mais coordenação de gerenciamento costeiro. É um estado que tem uma tradição. Trabalhou, fez o ZEEC e tem toda uma experiência acumulada em gerenciamento costeiro e não tem mais uma coordenação. Para nós a nível federal para conversar com aluem do gerenciamento costeiro e nós não temos mais o ponto focal. É uma das coisas que iremos colocar para os secretários. Com que nós vamos falar lá no Rio Grande do Sul? Nós faremos um convite para alguma coisa, não tem ponto focal, nós vamos justamente para o Rio Grande do Sul e como faz? Para quem mandamos os convites? Obrigado, acho muito propositivo, participativo, de vermos essa questão de como o um estado está vendo essa questão dos planos e a inserção do tema costeiro. Demétrio.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Quando for falar com a secretaria lá, aproveita e pergunta o que ela achou da APA dos corais, já que ela pegou dinheiro público do estado do Rio Grande do Sul para ir lá visitar a APA no fim de semana. A secretária, a Perini. Ela foi lá conhecer a APA dos corais com o dinheiro público no fim de semana e com diária que ela não tem para dar aos técnicos dela para fazer fiscalização, planejamento e em reunião como essa. Certamente não é para fazer APA no Rio Grande do Sul, porque lá no Rio Grande do Sul ela está desconstruindo as unidades de conservação que estão tendo propostas.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Tocou na ferida.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Enfim. Eu estou com um pouco de dificuldade de visualizar a agenda. Porque agenda é atividade e quando vai acontecer. Mas provavelmente terá uma compilação posterior a isso. E eu vou precisar dessa compilação para poder fazer. Quero retomar o ponto dos colegas ali da ANA um pouco. Então assim, onde é que nós estamos? Existe o sistema de gestão ambiental do Brasil e existe o sistema de recursos hídricos, nós estamos no sistema de recursos hídricos. Como os recursos hídricos tem que olhar para a zona costeira, enquanto recursos hídricos, esse é o nosso foco ali, não é? E os instrumentos de gestão de recursos hídricos já estão consolidados, não é? São aqueles quatro. Acho que o nosso foco está aí, está evidente. E se nós temos um documento técnico, que é o do Ministério do Meio Ambiente, que é o termo de referência para a elaboração de planos de gestão de recursos hídricos. Então esse documento técnico, se der uma lida nele vai que todas essas questões de inexistência de preocupação com questões costeiras, elas ficam evidentes. Essa ausência está ali dentro. Então talvez não precisemos revisar plano de bacia por plano de bacia para nos dar conta de que, porque está lá, no termo de referência não inclui, as lacunas vão ficar evidentes ali. Então podemos começar por ali, para ter uma pequena síntese e cobrar. Acho que para mim o ponto principal é exatamente esse, isso é uma câmara técnica e a minha preocupação aqui é poder participar de uma discussão técnica para subsidiar o conselho e não uma discussão política. Estou com o olho na política porque não sou inocente, mas a preocupação central é técnica. Então como discussão técnica o que podemos fazer é discutir as diretrizes para aplicar os instrumentos na gestão de recursos hídricos que estão faltando. Então justamente lá no termo de referência tem várias dessas diretrizes que estão faltando. Então tem um conceito interessante que está ali, termos de referência para a elaboração de planos de recursos hídricos. Eu não sei se isso é uma resolução, eu não sei dizer. Nesses planos de recursos hídricos, tem os planos de bacia, tem os planos municipais e temos que dar diretrizes para cada um, sabendo que a zona costeira ela recebe a influência do continente inteiro. Então tem que ter diretrizes não só para bacias que são efetivamente costeiras, que tem um conceito que está em um desses documentos aí, que são as defrontantes, não conhecia esse conceito aí. Mas têm as não defrontantes, o plástico vem lá de cima. A discussão que estava rolando agora na lista de discussão. Então o cara tem um pivô para soja lá no planalto da Bahia, está retirando água subterrânea do São Francisco, que não chega na zona costeira, água doce, não é? Aí como não tem pressão de água

doce na zona costeira, aumenta a cunha salina. E aí a mudança climática lá você não tem como controlar, mas a cunha salina você tem como controlar se colocar a água doce para lá. É a questão da mitigação da mudança climática. Nós não conseguimos fazer isso por quê? Porque a forma de mitigar é o pivô de mudança que está lá no planalto. Então tem que ter uma diretriz para aquela bacia hidrográfica também. E nós temos que apontar isso, nós temos que dar essas diretrizes. E o outro ponto é a questão dos critérios de enquadramento. Teria que dar uma olhada em que medida os critérios de enquadramento são adequados para águas salobras e marinhas. E se nós não temos que fazer uma revisão de critérios específicos para esse tipo de corpo hídrico. E as questões de outorga, então a água salobra marinha, ela não é utilizada diretamente, nós não captamos essa água para uso industrial, urbano, ou seja, lá o que for. Mas ela é usada para piscicultura, é usada como descarrego de efluentes. Então assim, que tipo de usos dessa água salobra e marinha vai ser outorgado. Temos que dar uma diretriz sobre isso também. E o ponto que já foi levantado aqui que são as sobreposições de competência ou as lacunas de competência. Então tem as duas situações, e isso também teríamos que dar uma olhada. É que talvez um primeiro passo fosse tentarmos mapear esse território, esses territórios de gestão. E esse aqui é o mapa de gestão territorial do GERCO e como ele se organiza como ele se subdivide. Aqui está o território da orla, aqui está o território da gestão ambiental, das unidades de conservação, bom aí terá uma sobreposição de territórios e para mim é perfeito, você ter dois ou três mandando no mesmo território é ótimo, porque essas pessoas têm que sentar e discutir. Eu não vejo conflito ali. O maior problema é se eles têm diretrizes que são conflitantes, e aí sim entram os problemas, porque aí tem o Ministério de Minas e Energia, dizendo que tem uma meta e o Ministério do Meio Ambiente tem uma meta oposta, e aí é que começam os problemas. Mas ter sobreposição de território é bom. Nós teríamos que ter uma ação para identificar esses conflitos de orientação de decisão e as lacunas. De repente em essas situações, como relatou em Santa Catarina. Vai ter um efluente que vai ser jogado aqui e agora quem é que licencia, quem é que outorga, vai para o IBAMA, vai para o município, é o conselho de recursos hídricos é o plano de bacia? Quem é que dá? Pior do que ter dois donos é não ter nenhum. Então identificar essas lacunas m parece importante. E tudo isso cabe dentro de um ponto ainda que está definido aí, que é a integração. Então esse teria que ser o foco da integração. E era isso. Obrigada.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Demétrio, muito bom. Eu acho que vocês conseguiram fazer um resumo. Antes de passar a palavra eu só queria. Eu ou deixar para falar isso, mas eu tenho que colocar. Um dos instrumentos que é federal, que é o macro diagnóstico da zona costeira. Acho que vocês já devem ter conhecido aqueles atlas que saíram em 1998 e 2004, se não me engano. Nós trabalhamos bastante nesse um ano e meio e um novo macro diagnóstico. Contratamos lá a FURG para fazer, com vários departamentos que trabalharam nisso e já estamos recebendo o TR no início de março. Que só para vocês entenderem é um grande portal com todas as atividades, que estão envolvidos na zona costeira, e aí estamos falando de um limite interno da zona costeira, onde acabam os ecossistemas costeiros. E essas doze milhas, tudo o que é atividade e aí podemos dizer talvez que a questão das bacias em si, elas vão ser colocadas lá em um banco de dados, nós temos negociado isso em outros comitês da CIRM, de pedir o apoio de todos os usuários, Ministérios e etc. Que contribuam, e eu vou poder trazer isso talvez na próxima reunião daqui da câmara de uma maneira mais clara para vocês, mas a ideia é justamente isso, que esse macro diagnóstico seja um portal onde todas essas atividades e usos da zona costeira estejam lá. E que os usuários desse portal possam fazer a sobreposição que quiserem. Você pode pegar um mapa, por exemplo, do Ministério do Meio Ambiente, unidades de conservação. Estão lá os dados todos, e se você quiser plotar com o de mineração, o Ministério de Minas e Energia pode ir lá e fazer o mapa que ele quiser. Assim como podemos botar territórios de pesca artesanal, pegar o de maricultura, ou de turismo e fazer. Então nós trabalhamos muito nisso, é um produto que vai ser muito interessante, deixam de ser aqueles atlas de meia dúzia de temas e que eram “layers”, deixam de ser “layers” par você inclusive sair só daquela escala federal que era aquela coisinha pequena que você mal conseguia ver, por exemplo, de erosão costeira, que também depois eu posso falar um pouco do pró costa, que eram umas setas dizendo, aqui tem erosão costeira, você poder entrar nesse formato de portal, de descer no nível local e colocar, por

exemplo, informações, fotos e vídeos daquela erosão costeira. Você pode alimentar nesse vídeo local do que está acontecendo. Nós podemos colocar os planos de bacia, cabe tudo lá. Os planos de turismo para a costa brasileira, plano de extração mineral, plano de estruturas Off Shore. Então estamos trabalhando muito isso, já foi apresentada no GI-GERCO a versão, a primeira versão 1.0 e é uma das coisas que eu quero trazer para vocês, que vai ser muito interessante nós trabalhamos essa questão aí do território da zona costeira. Eu não tenho como mostrar isso agora, mas eu acho que na próxima reunião quando eu vier apresentar o que o gerenciamento costeiro está fazendo eu vou poder mostrar esse portal aí. E vai ser justamente isso, você pode atualizar, por exemplo, você tem um plano de turismo para quatro anos, acabou aquele plano você atualiza e põe o novo plano lá. Aí você pode fazer os usos, compartilhar e sobrepor os usos da forma que você quiser. Que eu acho que vai ajudar muito nessa própria compreensão que o Alexandre falou, de fazer um georeferenciamento de usos, mas quando você pega em uma escala nacional é muito grande, é muita coisa acontecendo do Oiapoque ao Chuí, e colocar as doze milhas e colocar as áreas costeiras, que tem lugar que vai até cinquenta quilômetros da costa não é? Eu queria passar agora para o Miguel e depois para a Rachel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – A minha questão é até rápida. A primeira é que como eu cheguei atrasado eu não entendi o encaminhamento. Então eu estava aqui na minha angústia e aí quando toda hora você fica falando que não vai ter parte da tarde, eu estava ouvindo e se não vai ter vamos partir para tudo ao mesmo tempo. Bem se vai ter parte da tarde eu até abaixo aqui a minha ansiedade, mas lembrar de que o seguinte, no caso do conselho estadual do Rio de Janeiro, foi perguntando por quem era responsável por gestão costeira que eu cheguei até aqui, eu continuo perguntando. Quando eu falei que não tinha dinheiro, é porque eu vejo ali no quadro e que o meu já está todo rasurado, é muito pesado aqui nas parcerias interlocutoras para dizer que não tem dinheiro e aí a minha questão é essa. Porque muita coisa se dá desculpa política, dizendo que não tem dinheiro, mas dinheiro está rolando aí para tudo quanto é necessidade, para tudo o que é GLO. Porque no Rio agora nós vivemos de GLO, que é Garantia da Lei e da Ordem, e agora com o exército lá vendo até quem é que está com barraquinha na feira, mas vamos lá. Eu tinha sugerido fazer um *work shop*, mas eu acho que fazer um *Work shop* no Rio de Janeiro já estava de bom tamanho, e aí eu acho que a questão do seminário é bem-vinda, e ao mesmo tempo preocupado com o porquê uma reunião depois de mais de cinco anos, uma reunião de quase meio dia, que aí eu já estava sofrendo por antecipação, que não vai ser em função de que tem muita demanda reprimida, e muita ação política para não deixar andar aquilo que deveria andar, eu vou culpar sempre o petróleo, eu vou culpar o petróleo porque ele é que define o território. Agora, petróleo precisa de água para ser refinado, precisa de água para apagar os incêndios, vai precisar de água sempre, sem água petróleo e nada é a mesma coisa. E nós vivemos isso muito de pertinho lá. Então eu acho que deu um vareio aí em torno das negociações dos blocos, foi até dito aqui. E aí vem a questão de onde é que penduramos essa conta da CTCOST, das deliberações do GI-GERCO e tal. Qual é a rubrica dela, porque não dá para uma coisa tão estratégica que é a gestão da costa ficar improvisando. Então tem que apresentara qual é a conta e qual é a rubrica, porque aí fica fácil para a sociedade saber em que canela eu tenho que bater. Bem e em função disso, no Rio de Janeiro, nós sugerimos somente criar uma câmara técnica de gestão costeira, para justamente começar a conversar com quem é que está fazendo gestão costeira no estado e eu descobri que tem uma pessoa lá escondida em uma sala em outro endereço do INEA. Que é a Ellen Rolim, e que eu fiquei muito feliz de conhecer ela, que agora em sei que foi quem acompanhou o zoneamento costeiro ecológico da ilha grande. Achei muito dinheiro mesmo e acho que aquilo lá cabe uma auditoria, porque 29 milhões e não ter nada, eu fiquei assim, pelo amor de Deus. Tem mais coisa da política do que a nossa ideia possa alocar, ou seja, se iremos ter parte da tarde eu até fico mais tranquilo. Se não vai ter parte da tarde, acho que é bom ter uns encaminhamentos, amarrando no pescoço do gato. O companheiro da ANA já acabou com bastante ansiedade minha. Temos planos, temos metas, temos prazos e parece que estão todos com bastante vontade. Em função de que a moção para retomar a CTCOST, foi aprovada no conselho e já tem resolução, que pode voltar ao plenário e tal. Porém eu acho que também está faltando dar uma paulada na canela, não sei se depois da reunião com a ABEMA todos vão ficar muito comportados, mas eu acho que tem que fazer

um constrangimento e para isso a sociedade civil é o melhor. Um constrangimento dos estados que engavetaram o projeto orla, como no caso do Rio de Janeiro, engavetaram o zoneamento econômico ecológico e não incluíram a questão costeira. Fizeram os seus planos de bacia e esqueceram que tem seiscentos quilometro de litoral. E a questão do município? Como colocamos isso? Porque se não fica o comitê de bacias querendo fazer a integração e o município indo atrás do SPU para acabar com o que sobrou de mangue. Ou seja, impermeabilizar a costa como se isso não houvesse impacto em termos sinérgicos em outros lugares. Por exemplo, se o povo de Cabo Frio resolver impermeabilizar tudo, o que vai ser a ressurgência que vai alimentar os pescadores em uma época de uma maré fria. Então é essa parte que me interessa de saber que decisões mal tomadas a setecentos quilometro, é setecentos quilômetros? Rosalvo me ajuda aí que minha geografia está fraca hoje. Mariana está a setecentos quilômetros? É isso? E detonou o litoral do Espírito Santo, ou seja, Minas não tem mar, mas consegue fazer um estrago horroroso. Então eu acho que uma das questões, é que não dá para ficar a cinquenta quilômetros de linha da costa e ainda ter uma definição de linha da costa que ainda há entendimentos diferenciados. Então se é lei não dá para ficar com entendimentos diferenciados, tem que bater o martelo, pau é pau e pedra é pedra, ou seja, aqui é linha da costa, começa aqui e termina aqui. E esses aspectos que o Demétrio levantou, eu acho que tem que estar sendo definidos até pela própria ANA. Em função de sabermos onde é que nasce o Rio São Francisco e onde é que é a sua foz. E aí a desgraça que acontece na calha do São Francisco, vai arrebentar o Alagoas, é isso? Alagoas? Sergipe. E por aí vai gente, a nossa questão costeira vai um pouco além de ficar reduzindo a sua área de abrangência. Quero concordar que ninguém veio para cá para em nenhum momento para jogar essa programação no lixo, pelo contrário, e nem modifica-la, era só cumpri-la. E fiquei feliz de saber que não cumpriram o Mandaú, nem o Rio Grande do sul e o Espírito Santo, então cabe a Baía de Guanabara entrar nesse cenário e nós queremos levar isso para o conselho, em função e que ali o conflito de petróleo, retro porto, exclusão da pesca e tudo mais, vai definir aquele território porque vai deixar de ser um espaço turístico, para ser uma plataforma do petróleo no Brasil. Porque para aumentar o fundeio quatrocentas vezes o que é hoje, com o ponto desligado, onde nem marinha sabe qual é o navio que está fundeado na Baía. Então pelo amor de Deus, tocou o horror. Então GLO na Baía de Guanabara, porque nós vamos pedir ao Braga Neto para ajudar. E aí essa questão do fundeio e da indústria Off Shore, essa questão da indústria Off Shore, ela impacta diretamente a costa, então se ela não vier aqui para a mesa negociar, não vai CNI, CNTP ou outros lobistas que estão dentro do Ministério que vão ficar vendendo esse peixe de que petróleo é bom de que precisamos acender a lamparina. Não eu acho que tem que começar a defender que para proteger a costa precisa mudar essa política de que estado e se o conselho de recursos hídricos é um conselho de estado, quero eu achar que os Ministérios têm que ser um pouco mais responsáveis. no Rio de Janeiro temos a Eliane Barbosa, que eu acho e tomara que ela vá na reunião da ABEMA com você, porque ela foi promovida a status de curadora de recursos hídricos, ou seja, tudo que é molhado no Rio de Janeiro, ou seja, tanto a costa, quanto o continente, e vai ficar bastante interessante, para que possamos fazer o dever de casa. Eu queria sugerir que o ZEEC, zoneamento econômico ecológico da Ilha Grande viesse também em uma oportunidade futura. E aí presidente Régis, eu queria lembrar de uma questão, não precisa lembrar a próxima reunião, porque nem sempre nós temos a facilidade de fazer essas leituras materiais como eu pedi a Rachel ir mandando o que tiver para irmos nos situando. Pode ser mandado antes para os conselheiros para quando vier aqui não ser novidade.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Vamos com certeza. Nós temos que lembrar que essa foi uma reunião que nós tivemos que empurrar no tranco, O carro estava quebrado parado e nós estávamos aqui empurrando e colocando ele novamente para funcionar.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Eu quero só registrar que eu fiquei muito contente com a fala da ANA aqui. E na medida em que assumir o compromisso vai abrir o cofre e eu acho que vai ficar até bom.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado Miguel. O importante e eu só quero confirmar contigo que realmente de fossemos fazer um estudo de caso da situação mais seria da costa brasileira, sem dúvida alguma é a Baía de Guanabara sem dúvida alguma, nós temos trinta e três botos de oitocentos que tínhamos, e a cada dia cada semana está indo um e é muito provável que tenhamos o desaparecimento do boto cinza que é um indicador de qualidade da Baía também. Quem que é? A Rachel agora e depois a ANA.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – É uma questão de ordem aqui, algo bem simples. É só que ele pediu para mandar os documentos, para tentar usar o portal que já tem lá da câmara técnica, só para evitar encher muito os e-mails.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Três pontos rápidos. O primeiro é para sugerirmos de parar para almoçar porque eu já estou travando, já não estou conseguindo mais raciocinar. O segundo ponto é que eu já tenho pronto o histórico de tramitação da resolução dos planos de zona costeira da CTCOST, está pronto já. Qual anexo de qual tempo. O que aconteceu, eu já tenho tudo isso prontinho e eu acho que seu eu não arremeter para a página, por exemplo, Célio ela está jogada em cantos diferentes e vai ficar complicado achar. Eu já tenho esses históricos e esses anexos prontos, é só mandar por e-mail e vocês já se situam com o que aconteceu com os tempos e movimentos da resolução. Tem todas as versões dela, desde a primeira com o anexo que fala bem abrangente da base territorial, que a câmara usou. Até a última versão que foi a mais simplificada dizendo o que o comitê podia fazer ou não. Até essa o plenário não aprovou. E a terceira coisa é que é uma sugestão, é uma dica, não uma sugestão de quem está a muito tempo no conselho e quem vê o que acontece com as inter-relações. A sugestão é que para cada representante da câmara técnica, mantenha sempre um diálogo bem estreito com o conselheiro do plenário, ou com um representante da CTIL, por exemplo, que vai analisar alguma proposta que saia daqui no futuro, para manter essa relação bem estreita para que as conversas e os entendimentos sejam sempre resolvidos ao longo do tempo e que não tenhamos lá no plenário, lá na frente, uma decepção do que for, do que sair da câmara ser reprovado. Ou por pura falta de conhecimento, ou por algum outro motivo. É isso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Pessoal, a ANA. A ANA já falou não é? A minha dúvida é o seguinte, eu queria compartilhar com vocês. Eu estou entendendo que nós cumprimos, fizemos a lição, foi apresentada a pauta. Temos vários itens de pauta para uma próxima reunião de encaminhamentos. E eu quero saber se nós temos alguma pauta à tarde, eu queria ver com vocês se vocês acham que podemos avançar em alguma coisa. Se for o momento e se a tarde conseguiremos nos debruçar em alguma coisa daquilo ali. Ou se para essa primeira reunião estamos, digamos assim com a sacola cheia.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – A minha proposta é para fazermos o nivelamento, não sei o que ela está contemplando ali e talvez o papel esteja insuficiente. Agora senhor presidente, eu penso que na meta que está estabelecida naquele documento que já está pronto, em 2020. Nós deveríamos ser mais cirúrgicos e traduzir essa meta para esse ano, por exemplo, eu acho que esse ano o conselho já deveria aprovar alguma diretriz a partir dessa câmara. Até porque eu penso que ela tem que se legitimar, nós sabemos, por exemplo, que quando tomamos decisões e a Rachel falou muito bem, a diretriz do conselheiro com o representante, os setores da indústria mineração, passaram anos aqui conosco e quando chega lá na plenária, chagaram até a entrar com uma ação e trouxeram uma equipe de advogados imensa para dizer que a câmara não tinha legitimidade porque o conceito de territorialidade da zona costeira não existia definição jurídica. Então praticamente criou uma insegurança jurídica generalizada em tudo o que

a câmara estava fazendo. Então nós estamos prevenindo isso e estou pedindo que nós façamos diante de tudo o que eu vi hoje, uma moção a todos os comitês de bacia, dando ciência da preocupação do conselho em promover ações de integração da política de recursos hídricos com outras políticas. Então se não temos até lá, indicadores ou definições de como será essa indicação, essa integração, eu acho até que temos já pelo que está escrito a luz do que tiver já até o final do ano, mas teria que ter já um esboço disso, nós encaminharmos a todos os comitês de bacias e de órgãos gestores, uma referência, por exemplo, uma afirmação política do conselho nacional de recursos hídricos, cobrando, pedindo e incentivando que esses comitês sejam proativos no que diz respeito à integração da ações no litoral das bacias estuarinas. E aí podemos colocar alguns indicadores e algumas variáveis que sabemos que tem muitas até lá, com as informações que já temos, mas nada é objetos de dúvidas que seja suscetível a questão do meio jurídico. O conselho se posiciona como um ente que está em nível do âmbito dentro do estado brasileiro, incentivando e até cobrando que os outros entes de gestão, sejam mais proativos nessa questão da integração de política de recursos hídricos e os planos, e os instrumentos com outras políticas públicas. Isso para mim já é um consenso aqui, mas na prática é um papel, mas às vezes esse papel ele pode ter uma finalidade jurídica para nós da sociedade civil. Então eu penso muita compreensão e que nós tenhamos hoje à tarde se formos discutir alguma coisa, estabelecermos uma meta mínima para esse ano nós sairmos com algum produto dessa câmara. Se não vamos passar o ano inteiro olhando para arrumar a casa do estado mais não servindo a sociedade.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – O João, eu entendo a tua proposta e acho que é válida. Agora a Claudia fez a anotação de alguns pontos aqui que foram tratados aqui durante a reunião, e eu acho que poderíamos colocar essa proposta tua, se é que ela já não está contemplada. Eu não tenho a visualização de todos, nessa itenização, para não perder a essência da reunião, porque eu particularmente o que eu trato aqui hoje, eu tenho dificuldade de me lembrar em uma reunião, e já marcar a data da próxima reunião, eu acho que isso é importante, independente de discutirmos se a reunião vai hoje de tarde seguir. Nós poderíamos só dar uma passada aí, ver se está tudo contemplado porque eu teria uma proposta devido a uma reunião que eu tenho a tarde, se essa reunião terminasse agora ao meio dia, para mim seria muito bom, agora aí a decisão é da câmara, mas eu acho que se todos os pontos que foram levantados constarem aí desses encaminhamentos, eu acho que nós já cumprimos com a missão da nossa pauta. Mas aí me submeto à consideração. Mas se não está tudo aí nós podemos colocar João.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu falei de nós estabelecermos uma meta mínima para esse ano. Que seria a luz de tudo o que discutimos criar um documento incentivador, mobilizador dos comitês de bacias para eles colocarem nos seus planos de trabalho. Uma orientação, uma diretriz do conselho, em relação aos instrumentos da política de recursos hídricos. Nós podemos até bolar um esboço disso, justamente de outras políticas nos planos de bacias e tudo mais. Entendeu? Se é que nós não vamos terminar o processo, nós nos posicionamos já para colocar a comunidade atendida com essa questão. Porque aí eu vou poder cobrar isso no comitê de bacia no litoral de Pernambuco. Entendeu? Se não conseguirmos sair com alguma resolução mais específica em relação ao que construímos hoje, pelo menos eu vejo um consenso aqui de que o conselho possa se posicionar, a todos os entes de sistema de gestão de recursos hídricos, manifestando o interesse a preocupação e o incentivo para que os membros também se esforcem para promover a integração dos seus instrumentos com as outras políticas públicas e setoriais nas regiões costeiras. Não, mas eu estou falando o que está no plano, o que está escrito está bonito, agora o fato é um fato que está se colocando em cima do plano, o que está escrito. O conselho de tal mês disse isso publicamente, para um documento público, porque o conselho só pode se manifestar através de uma ação e comunicação que seria também o caso e aí temos um elemento que pode incentivar quando cobrarmos, por exemplo, tem planos de bacia em Minas que não está nem aí para isso.

A SRª. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Enquanto as pessoas estavam com suas colocações eu estava aqui com a Claudia e eu achei a minuta de resolução que estabelece diretrizes legais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão costeira com ênfase para as diretrizes dos planos de recursos hídricos de 2009. Já passei para ela, ela já sabe de qual reunião é. Então assim, resumindo o que estamos colocando aqui, nós precisamos estabelecer essas diretrizes para os planos que já foram elaborados e para as próximas alterações que virão. Eu acho que para ser bem práticos poderíamos marcar a data da próxima reunião Régis, e tem a pauta da próxima reunião, porque você quer fazer a apresentação das ações da sua coordenação, você quer apresentar também esse trabalho do GI-GERCO. O rio Grande do Sul também quer trazer a experiência do trabalho deles. Eu acho que pauta para a próxima reunião não vai faltar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Nós queremos mostrar um efeito real da não integração.

A SRª. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Não a pauta já tem. Se não conseguirmos montar uma agenda com os assuntos. Ter esses assuntos gerais. Ao menos um cronograma de reunião, e mais cinco reuniões para esse ano. E acho que fechou. Eu acho que fica mais ou menos estabelecido internamente o nosso cronograma e começaremos a trabalhar esses assuntos a partir da próxima reunião.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Mas a tua sugestão, só para eu entender. Nós fazemos isso agora? Quer parar? Porque os elementos para fazer a próxima reunião estão aí. Então vamos voltar duas e meia e só para esclarecer. Nós checamos a questão de qual assunto seria para uma próxima reunião, só para otimizarmos. E tem assuntos que são bilaterais, que teremos que dar encaminhamento e são reuniões que vão seguir, com a ANA vamos tentar nos reunir, vamos tentar nos reunir com o MCTIC para ver a questão dos estudos. Que são encaminhamentos e outros que estão colocados também. O site é da CIRM, mas o que podemos fazer. Porque o site é muito generalista. Nós vamos mandar junto com os documentos que iremos mandar para todos a agenda da próxima reunião. Nós mandamos a agenda da próxima reunião e mandamos ali a data, onde vai ser e que assuntos serão tratados. É isso então? Voltamos daqui há uma hora? Duas e meia. E objetivamente tentamos tratar do cronograma de reuniões, e da agenda da próxima reunião e dos encaminhamentos bilaterais. Ok?

(Intervalo para o almoço).

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Pessoal, vamos recomeçar? Deixa só eu falar com a Claudia. Pessoal, eu pedi para a Claudia que está fazendo a relatoria, em cima do que pontuamos ali hoje pela manhã. Ela separar o que já são tópicos de uma agenda de uma próxima reunião. Aquilo que são trabalhos bilaterais ou paralelos que vão ter que seguir com os compromissados com esses tópicos. Nós vemos isso aí, tentamos bater o martelo nisso e fazer um cronograma de reuniões. Eu acho que enquanto a Claudia faz isso para facilitar o nosso trabalho, eu me lembro de que eu conversei com a Rachel, que não tem uma periodicidade definida para o CTCOST. Só para lembrar para vocês p GI-GERCO, nas normas de funcionamento porque regimento interno só existe um que é o da CIRM e não o dos comitês. As normas de funcionamento do GI-GERCO estabelecem que sejam reuniões quadrimestrais, quer dizer, são três no ano com antecedência de quinze dias, um *save the date* com trinta dias e uma agenda com quinze dias. Queria ver com vocês se como câmara tentamos propor uma periodicidade antes de definir a próxima data, se é em julho ou sei lá. Ou se nós pensamos um pouco antes,

se seria interessante a questão de trabalharmos um pouco de periodicidade, fizemos uma agora, vamos fazer mais duas, mais três. Eu queria. Bem objetivamente saber o que vocês acham disso, eu particularmente acho que poderíamos fazer três reuniões por ano. Fica na mesa para vocês discutirem.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – O Régis, eu acho que depende da pauta, não adianta fazer reunião sem pauta e se tem bastante assunto, se a nossa meta para 2018 for alcançar um objetivo, teremos que fazer tantas reuniões quanto necessárias para atingir o objetivo. As câmaras técnicas costumam fazer quantas reuniões em média, por ano. Quatro? Cinco? O conselho tem duas ordinárias por ano, mais as extraordinárias. Assim como o GERCO tem, o conselho tem. Agora a câmara técnica depende da pauta.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Miguel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Eu acho que tem uma especificidade esse ano. Estamos em ano eleitoral, então querendo ou não, que mesmo que nós queiramos não terá agenda para fazer reunião, porque estará poluído, ou contaminado. Sei lá qual é o melhor termo, com as eleições de outubro. Então eu acho que deveríamos pensar nessa questão de garantir uma no final, antes da campanha propriamente dita. Talvez as três aí seria de bom tamanho. Talvez até fazer uma com dois dias, se isso for preciso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Vou tentar melhorar a minha proposta então, para fazermos três ordinárias e conforme for cada reunião vermos se precisamos fazer ordinárias. Aí fica na questão de nós mesmos decidirmos. Pelo menos ficam três compromissadas e nós definimos. Olha vamos ter que se reunir mês que vem por que tem que acabar isso aqui, porque está pegando.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Tem uma questão Régis que eu preciso falar. Que ano passado, por exemplo, teve reunião que não aconteceu por limite orçamentário. Em nosso ministério, como nós custeamos organização civil, no caso ONG e organizações técnicas, por não podermos trazê-los, não se marcou reunião para a reunião não ficar com essa lacuna. Então pode acontecer de ter algum problema orçamentário no meio do caminho. E a partir de abril serão agendadas as assembleias deliberativas para a recomposição do conselho a partir de julho. Serão quinze dias diretos de reuniões setoriais e isso é outra agenda que pode atrapalhar um pouco alguma reunião.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Com relação a parte financeira, como nós falamos aqui antes, que pelo menos nós vamos atrás, nós vamos correr atrás de recursos. Então, quem sabe marquemos uma reunião, digamos que fizemos esse primeiro quadrimestre, vai até abril. Quem sabe não propomos uma para maio. Porque já pegaria no início do primeiro quadrimestre e se precisarmos nós já resolvemos alguma coisa. Daria um tempo para trabalhar nas demandas que ficaram. Pode ser? Todos concordam? Seria uma em maio e depois seria uma em setembro ou em novembro. O que vocês acham? Setembro? É talvez setembro seja bom, porque se precisar fazemos uma extraordinária mais para frente, depois das eleições. Alguém tem calendário para fazermos uma tentativa? Segunda e sexta, é ruim, por causa do aeroporto é meio complicado. Terça também é o dia que a turma chega. O que vocês acham? Preferem terça ou quarta? Quarta-feira talvez, porque terça são bastante concorridos os voos. Nove de maio. Podemos então nessa de nove de maio marcar a de setembro? Ou vocês já querem colocar uma data, uma tentativa. Vamos fazer esse exercício. Ok. Então as ordinárias estão marcadas. Doze de

setembro. Doze é terça? Não é quarta. Podemos tentar ver a nossa proposição de agenda para a próxima reunião? Marcamos duas, a princípio são quadrimestrais. Mas pelo menos para 2018 e se acharmos necessário marcamos as extraordinárias.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Olha. Veja bem, nós vamos ter aí apresentações. Isso aí consome praticamente meio dia. Porque se marcar a apresentação de manhã e de tarde ninguém aguenta o dia inteiro de apresentação. Meio dia. Não sei se dará para avançar em algum assunto.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Isso fica paralelo à agenda da próxima reunião.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Não. O que é isso? Eu só estou achando que de repente deveríamos marcar três já. Deixar a quarta em *stand by*. E não marcar duas, deixar a terceira, se vamos perseguir uma proposta, seja de moção. Uma resolução para o conselho, que eu acho interessante, até como falou o João, para marcar presença dessa câmara, nós vamos ter que nos esforçar um pouco, porque estamos começando agora, essa que é a verdade. Até conseguir assimilar o que vai nos ser apresentado e começar a trabalhar. Pelo menos eu acho que se pudéssemos trabalhar nas diretrizes, alguma coisa assim, eu só gostaria de realmente ter um produto para encaminhar ao conselho na última reunião do ano. E se marcar uma reunião agora, nós estamos em fevereiro. Março, abril, maio. E aí só em setembro e ainda tem que ter reunião da CTIL, eu não sei se em duas reuniões nós vamos conseguir ter algum produto, essa é a minha preocupação. Eu acho que essa reunião de setembro está muito longe, na minha opinião. Acho que, não sei, vamos ver. Eu acho que julho fica bom, porque fica bem no meio e se for o caso, podemos cancelar a de setembro, se for o caso. Se a câmara técnica achar.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Estou entendendo, a tua preocupação é de darmos um gás. Estou entendendo. Não, então pode marcar a de julho. E deixamos a próxima para marcar em julho. Da uma olhadinha em julho. Onze de julho. Segunda? Não, quarta. Não pode cair em dia de jogo do Brasil. Mas vamos deixar marcado aí. Não temos como marcar em função da copa. Nós colocamos o telão aí, é claro. CTCOST e bumba. Beleza, desses itens que estão ali, se você puder ampliar um pouquinho a letra que não sei se sou só eu que estou cego mesmo ou está muito longe. Vamos tentar fazer o primeiro exercício que é a agenda para a próxima reunião. Eu acho que a questão da discussão do programa e prioridades nós já discutimos aqui. E eu acho que é um exercício que cada um tem que fazer. Não sei se vamos discutir isso na reunião, quer dizer, os elementos vêm. As prioridades vêm, mas discutir o programa é um exercício que nós fazemos. Isso é uma tarefa de todos, isso eu acho que é básico para os conselheiros todos. Nós temos isso na pauta. Isso aí nós vamos lembrar, que isso são tarefas que temos que fazer. Vocês têm esperança que o Brasil vá para a final? Pode ser. Quatro de julho? O pessoal, como conhecido com semifinais e não sei o que. Quatro de julho. Eu acho que a questão ali do programa nove também, nós temos que ter isso como tarefa de todos. O plano de ação federal nós iremos mandar por e-mail, o plano de ação federal nós iremos mandar junto agora. Esse documento de RQMA aí Rosalvo? Você tem? Então você poderia fazer a tarefa de distribuir para todos. Eu só queria fazer um esclarecimento. O RQA, ele é um instrumento do gerenciamento costeiro. Só para lembrar, a lei do gerenciamento costeiro, ela é de 1988. Está fazendo trinta anos. Mas os instrumentos de gerenciamento costeiro, eles foram publicados em uma lei, em um decreto de 2004 e trouxe vários instrumentos. Como eu falei vários deles, ou estão desatualizados ou nunca foram implantados, só não sei se isso acontece também com a questão de bacias. Nós enfrentamos essa dificuldade aqui no gerenciamento costeiro. Porque

trabalhar com alguns instrumentos não estava rendendo, e esse é um relatório de qualidade ambiental, que o IBAMA que ficou responsável por fazer, só que ele era produto de um sistema de monitoramento ambiental, que é um instrumento. Na verdade o relatório viria do sistema e esse sistema nunca foi implantado, por isso eu coloco para vocês aqui, que esse estudo de indicadores, ele é só não tão importante aqui para a CTCOST, como lá para o GI-GERCO. O GI-GERCO não tem essa meta, e nós falamos lá, mas nunca conseguimos avançar nisso. Aqui no MMA o gerenciamento costeiro fala, fala, fala nisso e nunca avançou também. Então esse estudo realmente pode trazer aí uma lacuna, é uma lacuna que tem da questão de indicadores costeiros, mas também é para enviar esse RQMA, ele também só foi feito um. Só tem um, era para ser anual esse relatório. Primeiro encontro de gestão integrada de bacias.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Esse documento que tem é de 2006. Que veio do GERCOM, do programa de gestão ambiental territorial. Ele está todo fundamentado e muita coisa do que foi dito aqui foi discutido no primeiro seminário e esse primeiro seminário. Primeiro encontro nacional temático de gestão integrada em bacias hidrográficas da zona costeira. Realiza em Itajaí Santa Catarina em agosto de 2005, e na página seis desse documento, e aí já conversei com a Rachel e ela já lembrou, porque aqui é só o resumo do que foi o evento e tal. Existe o CD-ROM oficial desse evento, que aqui diz que era para ser disponibilizado pela secretaria de recursos hídricos e qualidade ambiental, a Rachel parece que vai ver se tem e onde é que tem e distribuir, e porque é importante isso para nós compreendermos, porque muitas das discussões e muitas das análises das pessoas que estavam nesse seminário. O segundo, nós já temos, mais ou menos o que foi o primeiro.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Só mais para fim de encaminhamento, se é um documento para nós rodarmos, não é? É só isso, não tem a ver com a agenda. Teve um encontro em vitória em 2010, não sei se a Rachel tem esse relatório de comitês. Não sei se tem um relatório desse encontro foi interessante também viu? Que aborde exatamente esse processo de integração. Todas as interfaces e dificuldades que estavam naquele momento. Eu vou tentar verificar se eu resgato aquele material e eu repasso para você. Eu estou entendendo que isso é tudo documentos que estamos tentando resgatar, para nivelarmos. Documentos de mudanças climáticas também é a mesma coisa, um documento para ser resgatado. Proposta de resolução da CTCOST não aprovada no conselho. Isso daí é para roda também? Mais um documento para rodar. Lógico que tem aí Claudia, basicamente lógico, são documentos para rodarmos. O que eu tenho aí, agora de abril pensando em uma janela para a agenda. Os informes da reunião da ABEMA e da SRHQ, acho que isso iria para a agenda, e é bom separar dos pontinhos para já termos. Porque daí para cima são documentos que vamos encaminhar e o resto é agenda. Você pode até colocar um título ali, proposta de agenda. Talvez em cima. Só para vocês entenderem essa reunião vai acontecer dia vinte e sete do dois, semana que vem, esse convite do ENCO-GERCO, também vai rodar, eu também vou para cima. Porque vamos mandar para vocês. Que é o convite da sessão do GI-GERCO na verdade. Claudia é a quinquagésima nona reunião do GI-GERCO, CIRM, sete de março, que o de baixo. E aí vai para cima também, para os (...). Nona sessão do GI-GERCO, CIRM. Só para vocês entenderem o papel do MMA nesse grupo da CIRM é de coordenação do grupo. Dia sete de março, isso também pode ir para cima, porque ele também é um documento que vamos mandar para o pessoal aí, vamos mandar a agenda para todo mundo. E como o Rosalvo já mostrou, esse é o plano de ação. Nós vamos disponibilizar ele no site logo, o nosso site já está sendo refeito, então ele está com muitas informações antigas, e ele deve ir agora em meados de março com toda a repaginação estrutural do gerenciamento costeiro. Pode falar Miguel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – No ano passado foi feito um encontro na cidade de Rio Grande sobre gerenciamento costeiro, e apesar de os anais estarem muito acadêmicos, parecia mais um encontro de academias para mostrar o que está fazendo, as quatrocentos e cinquenta páginas. Teria isso também

como um suporte, porque parece também que nesse evento se discutiu de fazer esse encontro anualmente, eu acho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu não sei exatamente do que você está falando. Você está falando do ENCO-GERCO? E ele não foi só acadêmico não, estavam representantes de prefeituras, da sociedade civil. Foi acadêmico porque eu ajudei a organizar, e faziam nove anos que não tinha. Era uma demanda inclusive da sociedade. E não tem como fazer gerenciamento costeiro sem a ciência, não tem como fazer. E foi bastante discutido, tanto que teve uma mesa redonda que tratou, e foi muito interessante da gestão de recursos hídricos e gestão costeira. Que é o tema daqui da CTCOST, onde o nosso diretor, o Rosalvo estava. Onde o nosso diretor participou da mesa e lá ele se comprometeu, lá houve um comprometimento do MMA de lá, justamente por ter esse encontro nacional, de que isso acontecesse. A CTCOST voltasse a acontecer, foi um dos motivos que pressionou o MMA, foi um dos anais dessa reunião. O ENCO-GERCO tem uma parte que é realmente de trabalhos, porque vários dos temas da gestão costeira envolve a parte de ciências e estudos, mas teve bastante discussão de gestão também. E dentro do plano de ação federal discutido na CIRM, o ENCO-GERCO entra pela primeira vez como uma ação. Foi a primeira vez que o ENCO-GERCO é amarrado em algum lugar. Porque não tinha assim quem, por isso que ele parou nove anos. Então a ideia agora é que ele seja bianual. E os anais estão no site do evento e está bem aberto, se não me engano. Mas é mais a parte, os anais na verdade são bem científicos mesmo, porque os anais eram de trabalhos, mas as discussões das mesas, são um trabalho muito interessante. Então assim, o importante é que fazia nove anos que não tinha e tinha uma demanda tremenda de voltar e inclusive nos ajudou aqui dentro de convencer o secretário e Ministério do Meio Ambiente que era importante voltar a CTCOST em função da mesa que colocamos lá. Mas os anais mesmo são basicamente trabalhos, mas a discussão foi muito boa. O próximo, porque se resolveu fazer o ENCO-GERCO esse ano? Que foi demanda também da plenária do ENCO-GERCO. Porque fazia nove anos que não tinha, e tinha uma demanda de fazer, por exemplo, Pernambuco se ofereceu para fazer a CEMAS de Pernambuco, junto com a universidade Federal de Pernambuco. Então existe uma sinalização de que o próximo seja feito em Recife, e está em negociação. E nessa próxima reunião agora da CIRM a representante do estado de Pernambuco deve fazer alguma comunicação em que pé está a questão do ENCO-GERCO e o MMA ele co-patrocina, nós ajudamos de alguma maneira para que esses ENCO-GERCOS possam acontecer. É um encontro bem interessante e que também está sendo aprimorado. Ele está sendo aprimorado e ele precisa de bastante espaço de discussão de gestão. Essa meta mínima para atuação da CTCOST em 2018, eu entendo que é a nossa agenda. Eu entendo que é termos o compromisso de termos uma agenda, inclusive que é o que está ali nas metas, que é tratado como meta. Que é ter uma agenda, implementar a agenda.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu fiz essa afirmação para traduzir a ideia, porque como nós fizemos um documento final, fizemos um posicionamento final. Que considerasse os pontos que nós estamos dando maior ênfase. Por exemplo, hoje se posição da câmara para encaminhar uma moção ao conselho tivesse que ser feita, eu diria que o conselho nacional de recursos hídricos ira encaminhar a todos os comitês uma moção, muito embora simbólica, porque não temos muitos dados, e só hoje que nos encontramos. Simbólica, dizendo da preocupação do conselho que haja mais integração entre os órgãos relacionados com a gestão das águas e a gestão costeira e tudo mais. Quer dizer, isso não é uma posição técnica no sentido estrito senso, é uma posição política do conselho, que não é uma coisa que somos contra. Então, estou falando que se for o caso até o final do ano, nós teríamos que ter uma posição dessas, aí se eu for fazer essa posição no final do ano, certamente eu vou ter com muito mais dados. Considerando algumas variáveis para fazer essa integração. Hoje até podíamos fazer isso. Fazer essa integração como? E aí daríamos algumas ideias dentro de diretrizes, dentro dessa resolução com comunicação. Então eu não queria que o conselho terminasse o ano, sem ser propositivo para a sociedade brasileira.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu posso pedir uma coisa? Porque estamos tentando fechar a questão da agenda. Entendo que isso é uma meta a ser perseguida até o final do ano, como você falou, chegarmos até o final do ano e termos isso em mente. Então colocamos isso para o lado, que é uma coisa que temos que perseguir. Ela não é item da agenda da próxima reunião. É uma coisa para perseguirmos até o final do ano. O que eu vou te pedir João, que se você pudesse depois mandar isso, escrever isso e mandar um e-mail, para nós agregarmos nas nossas reuniões, ter sempre isso para lembrarmos depois.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu cito isso dentro de outras iniciativas que foram tomadas.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Mas é uma meta a ser perseguida, não é? Até o final do ano, pelo que eu entendi. A apresentação do plano pessoal, que é isso aqui, nós passando isso para vocês via e-mail, vocês acham que nós vamos precisar apresentar isso aqui? Ou colocamos como item o plano de ação federal do GI-GERCO e aí cada um que leu, na próxima reunião quiser fazer alguma dúvida, do que fazer alguma apresentação de dezesseis metas.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Não tem um lugar na internet para pegarmos todos esses documentos?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Esses documentos já estão listados que serão repassados para vocês. Vai ser enviado. Mas a pergunta é vocês acham que precisamos apresentar isso na próxima reunião, ou nós colocamos como item e cada um nesse item fala o leu e achar que tem que tirar alguma dúvida. É melhor, se não vai muito tempo, não é? São dezesseis metas, por exemplo, a reunião do GI-GERCO vai ser só isso aqui. E aí eu terei mais elementos também, e os colegas que estiverem no GI-GERCO vão poder ajudar a responder as questões de vocês. Pode ser assim? Nós colocarmos como item, plano de ação federal, discussões, comentários e dúvidas.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – É que eu acho que o ponto central Régis, é o programa nove, o que está sendo implementado, e o que ele já alcançou. Os recursos e etc.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu acho que isso merece uma matriz, sabe senhor presidente. Por exemplo, programa nove, com suas variáveis e indicadores. Com as variáveis sobre o que está ali colocado. E colocar isso dentro da matriz, programa nove. E então você verá onde tem a matriz e suas correlações. Eu acho que esse é um trabalho meio técnico e não sei se teríamos condições de fazer. Mas é uma que eu vejo que vai ajudar a administração do processo.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Deixa eu só colocar uma coisa. Tem um item aí Cláudia, que é a apresentação da coordenação geral de gerenciamento costeiro. É da C-GERCO, MMA. Apresentação de o que a coordenação está fazendo.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Presidente se não for incomodo, eu queria propor também que no final se pudéssemos acrescentar uma interface. O mesmo problema que

temos com a CTCOST, o projeto tem a SETAP, sistema de análises de projetos. E nós estamos com o propósito de trabalhar com a SETAP, quer dizer, nossa equipe seria integrada com as questões ligadas a CTCOST, eu queria que em um momento oportuno a nossa agenda de trabalho contemplasse se informar da agenda de trabalho da SETAP para ver uma interface, uma coisa como, por exemplo, uma análise de projetos para ver planejamentos disso. Projetos que estão sendo impactantes na região estuarina.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Isso não vai na agenda, vai também como tarefas de nós fazermos. Só para colocarmos ali naquele monte de tarefas, outras, e ao mesmo tempo irmos montando a próxima agenda. Outra coisa importante que eu tenho anotado aqui, e nós damos um retorno, e acho que aí sim na agenda a meta de estudos. É aquela primeira meta do plano, do programa, que é lançar edital. Pegar essa meta aí e fazermos uma devolutiva, MCTIC e MMA para vocês. O que conseguimos avançar na bilateral, porque a nossa tarefa será discutir isso com o MCTIC e tentar trazer o MCTIC na próxima reunião, porque é conselheiro e damos uma devolutiva para vocês. O edital está em tal pé, estamos indo, não estamos indo. Porque acho que isso é importante colocarmos. Até porque é uma das metas a serem cumpridas do programa.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu pedia palavra para você, porque nós fizemos um conjunto de indicadores para a Bahia, nós temos um painel de indicadores e como eu estou vendo que são os parceiros interlocutores, salvo melhor entendimento, eu acho que aquela questão gerenciamento costeiro, GERCO, eu acho que se refere ao G17. Os dezessete parceiros do estado, se puder mandar uma versão zero do edital e nós complementamos e mandamos esse material, porque temos esse conjunto de indicadores. Não temos indicadores específicos para a zona costeira e marinha, mas são indicadores ambientais e indicadores de recursos hídricos que foram exaustivamente debatidos no estado.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado Rosalvo. Inclusive se vocês quiserem nesses itens mostrar um pouco do que fizeram. Eu só queria voltar um pouco de que faremos uma devolutiva na próxima reunião de como avançamos no edital. Lembrando que, no momento que for definido que vai ter recurso, que o edital vai para a rua. Esse edital vai passar na CTCOST, é isso que eu queria colocar para vocês. É um momento que ele vem para CTCOST para fazer aquilo que os conselheiros tecnicamente têm que fazer, que é avaliar se está bom, se está faltando alguma coisa, se estão todos os aspectos ambientais, sociais, econômicos e sei lá. É só para colocar isso. Nós esperamos na próxima reunião de maio, chagar aqui e tomara que tenhamos conseguido recurso, que o edital possa ser lançado e que tínhamos já rodado para vocês uma minuta. Porque chagamos aqui e já batemos o martelo. Porque nesses três meses se conseguirmos isso. O que eu tiro de compromisso paralelo de tarefa do MMA, porque já que o MCTIC não está aqui, é nós fazermos uma bilateral com o MCTIC para avançarmos nisso. Porque isso está como mete. E eu acho que é aquilo como eu falei, que é que onde nesse momento poderemos colocar as nossas angustias maiores, que nesses estudos indicadores de o que é importante medir o que é importante monitorarmos, não só a nível ambiental. Mas nós para a próxima reunião tentamos trazer em que pé estamos junto com o MCTIC. E a outra á a questão da integração. Da meta de integração de tentarmos fazer uma bilateral também com a ANA e tentarmos ver como podemos, eu vou pedir para o nosso secretário fazer uma, eu não sei o que vocês acham Luciano e Célio, se a ANA provoca, se o MMA que provoca essa bilateral, como é que vocês veem isso. A coordenação da CTCOST pode fazer isso.

O SR. CÉLIO BARLOTE PEREIRA (Agência Nacional de Águas) – Como previsto no próprio programa nove, esse papel de articulação está com o MMA. Então eu acho que seria melhor, vocês fazerem essa provocação e retomarem essa agenda com a ANA.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Como secretaria, a nível de secretaria. Então eu queria colocar na agenda a mesma coisa de cima, nós fazermos uma devolutiva para vocês, dessa meta de integração de como está essa bilateral de MMA e ANA com relação a essa meta.

A SR^a. CAROLINA MENEGAZ (SEMA/RS – Divisão de Recursos Hídricos) – Anteriormente foi falado sobre as apresentações do PAF e da coordenação e foi comentado sobre o projeto orla. Vai ser comentada alguma coisa?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Tem ali? Desce um pouco Claudia. Eu deixo para vocês decidirem. Se o pessoal quiser saber sobre o projeto orla, nós precisamos trazer o SPU. Se vocês quiserem podemos tranquilamente incluir. Vocês também têm que dizer se acham que deve incluir ou não. Eu queria ouvi-los. Pode falar Miguel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Como eu te falei antes, nós tivemos um encontro de educadores ambientais em Santa Catarina no ano passado e foi entregue uma cópia do ofício que foi encaminhado a Régis Pinto de Lima, sobre o PAF 2017 e 2018 e têm várias.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Qual é a data?

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Foi ano passado, a data do ofício eu não tenho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Porque o PAF foi aprovado em dezembro.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Mas foi antes. Não, mas o que eu quero colocar é o seguinte.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Provavelmente era o PAF 2015 e 2016. É isso que eu estou falando. Entendeu?

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Aqui está. 2017 e 2019, foi encaminhado para você. Eu te dou a cópia. O que está posto é o seguinte, tem vários documentos que estão postos pela sociedade civil. Eu não gostaria de ter, por exemplo, isso é uma informação chapa branca, porque parece que não existe crítica na sociedade e tem. Então uma coisa que eles estão para nortear, tem vários produtos feitos, que foram encaminhados em relação a questão da saúde dos oceanos. A conferência dos oceanos, da ONU. E a sociedade civil, aqui ele pode ser um pouco mais rarefeito, mas a própria ONU convida a sociedade civil a participar e a produzir material para que a discussão seja feita realmente de forma tripartite, coisa que o CNRH ainda não fez. Mas a questão é que vários documentos são produzidos, inclusive a questão do grupo assessor da ONU, para a agenda 2030 dos ODS, que tem um item, ODS14 que é o da vida subaquática. Então nós gostaríamos de saber se vamos pendurar nesse link esses documentos que a sociedade civil produz, ou vamos só ficar lendo os textos que sejam aprovados em reunião, ou produzidos pelos consultores do governo. A minha questão era só essa.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Passo a palavra para os conselheiros. Eu particularmente acho que todos os documentos são positivos e tem que ir para o link. Pelo menos é a minha opinião. E com relação as ODS14, quando eu fizer a apresentação das ações da C-GERCO, as ações hoje da coordenação elas são todas da ODS14, compromissadas na ONU também. Eu acho que isso pode ficar nesses links.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Porque eu estou lendo aqui que na CIRM de outubro de 2017, foi aprovado o relatório do PAF 2015 e 2016, e que foi apresentado o de 2017 e 2018 eu acho. Não, 2017 para 2019. E aí nós, olhando o relatório que passou vamos perceber o que andou e o que não andou no posterior.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Esse aqui nós vamos mandar.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Então é isso que eu vou colocar, e aí os documentos produzidos pela, as vezes a sociedade civil nem é tão crítica assim gente. Isso aí é só pouco recurso da linguagem. Mas a questão é dizer assim, de colocar os documentos produzidos com crítica, o que é produzido, porque se não fica uma questão, o governo, a academia e o obedeçam. E eu acho que não deveria ser desse jeito. Então, por exemplo, os pescadores produziram um texto sobre a avaliação crítica sobre o COMPEGE pela relatoria da ONU, então eu diria que é mais oficial do que qualquer documento infranacional. E nós gostaríamos de ver discutido. Nesse documento que foi encaminhado, tem a sugestão de discutir estuário do Rio Amazonas, bancos de Abrolhos e da Cadeia de Vitória Trindade. E aqui não toca nesse assunto, vamos ficar aonde? Então essas questões que eu quero trazer, afim de que nós tenhamos vontade de vir para a reunião, onde iremos falar, e ser ouvidos, ser criticados e se tiver que perder, vamos perder, vamos votar se for preciso. Mas a questão é de não ficar somente como espectador. Como charuto na boca de bêbado, que é o termo que eu prefiro usar. A sociedade também produz crítica, produz conhecimento.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu queria dar certo esclarecimento, porque nós as vezes no meio da política da discussão sobre recursos hídricos nos ótimos tempos. Consolidaram-se alguns dogmas, eu acho que não deveria se falar dogmas, mas infelizmente tem algumas coisas que para mim já se tornaram dogmas. Que é uma tentativa de se criar um conceito de recursos hídricos, como se fosse algo extremamente unilateral, como se fosse algo que tivesse que ser separado de tudo, no conceitual eu estou falando, mas também na operacionalização da política, quando nós falamos esses problemas todos que estão aí. O Miguel falou dos efeitos da COMPEGE e no Abrolhos, então quer dizer é um cenário que se mostra muito amplo. Mas para alguns parece que estamos falando de gestão de ilhas e não de recursos hídricos, na verdade eu tenho sempre que estar dizendo e provando que nós estamos falando de gestão de recursos hídricos. Porque tudo começa e termina dentro dos corpos d'água, que estão lá, no nosso caso no litoral. E eu estou falando isso porque no caso da CTCOST esse dogma chegou ao extremo de ser colocado como dúvida judicial, quando se falou em territorialidade da política das águas. E a CTCOST não tinha competência para fazer uma discussão sobre planos, sobre instrumentos porque isso era questão do GERCO, isso era questão não sei de quem. Eu confesso senhor presidente que eu tenho medo, em um sentido assim, não é um medo psicológico daqueles que vai para psiquiatra, não, é um medo de ver mais uma bobagem voltar e prejudicar o tempo e o trabalho de tanta gente. Porque nós passamos tanto tempo e chega um dogmático desses e leva até advogado para o plenário para dizer que

isso não é verdade. E aí temos que colocar essa ideia sempre que isso não é gestão de recursos hídricos, é uma escola que eu espero que pelo menos daqui a uma geração já tenha morrido, e a outra geração que venha já consiga entender o conceito de integração e articulação de outra forma. Então eu queria pedir a vocês aqui dessa câmara, que entendessem que quando está se falando de qualquer coisa aqui, está se falando de recursos hídricos. Ninguém está querendo nem reinventar nada e nem tão pouco forçar dogmas equivocados. Nós estamos falando realmente de gestão de recursos hídricos, e quando você fala do efeito do Rio Doce lá na cunha salina, naquela, como chama? Naquele negócio que eu já vi na foto, tem um nome técnico. Pluma. Lá nas ilhas lá em baixo, em São Mateus. É uma cidade onde tem um núcleo nosso, de pessoas do FONASC, chegou a São Mateus, no espírito santo. Em um estuário que não é o estuário do Rio Doce, e o pessoal de São Mateus e de Barra Nova estão tendo problemas com a pluma do Rio Doce. Então você ver que eu combato sempre essas tentativas de fazer com que nós acreditemos em dogmas, porque aqui não é lugar para dogma é um lugar de política pública. Então sempre tem essa história de estarmos falando de gestão de recursos hídricos. Agora falar nisso sem o mar, e sem todo esse universo que estamos colocando. Eu estou só reforçando uma preocupação, para não ficarmos sempre vitimados por essa discussão boba que é separa recursos hídricos e a territorialidade de toda as outras políticas públicas, inclusive ambiental.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Obrigado João. Claudia, aquela parte de discussão de proposta de resolução e diretrizes tem que sair, tem que ir lá para tarefas. Eu queria voltar. E estou tentando fazer nós montarmos uma agenda. O que eu tinha colocado em discussão na verdade, para ouvi-los era sobre colocarmos a questão do projeto orla e convidar o SPU para a próxima reunião. É isso que eu coloquei na mesa, sim ou não?

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu tenho a opinião que sim. Porque desde aquela reunião que eu fui na discussão do PAF, eles estavam até dezembro, segundo representante do MPO informou. Eles estavam delineando uma nova proposta de projeto orla. E iriam ter recursos, e nós já estamos entrando no terceiro mês do ano, março, o governo acaba em dezembro. Então mais do que nunca tem que ser na próxima reunião.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Todos concordam pessoal? Podemos colocar? Porque nós, claro lá no GI-GERCO esse assunto é pesado, nós estamos discutindo muito. Mas se vocês concordarem nós colocamos como sugestão do Rosalvo. Podemos colocar? E nós chamaremos o SPU para falar, porque ele que tem que falar sobre isso. Pode falar Demétrio.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Com esse histórico da SPU e do projeto orla, não sem qual é o melindre político que tem por trás disso. Mas eu estou pensando na gestão costeira, nós já abrimos mão de trazer para cá alguns históricos de algumas iniciativas, do GERCO do PAF e etc. Mas escolheu trazer o projeto orla que olhando geograficamente pelo menos me parece menos abrangente.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Ele está dentro do PAF.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Então porque a relevância desse e não de algo maior. Eu estou perguntando, se seria uma maneira suficiente de nos documentarmos sobre isso. Colocar o material lá.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – E vai ser tratado aqui, sobre isso. Porque ele é uma ação do PAF. Ele vai estar aqui, quando falar do PAF ele vai estar aqui também.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – A menos que tenha algum melindre político que nós precisemos ficar a par e tenhamos que tomar uma decisão naquilo que nos compete, aí sim, aí trás.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Demétrio, eu acho que a questão do projeto orla é porque tem a ver com terra. SPU, serviço patrimônio da união. Do jeito que se administra a orla, e aí se isso não é importante eu acho que nada mais é. Porque quem tem a mão pesada de cobrar ou de abrir mão d boa parte da linha da costa, onde tem ecossistemas bastante sensíveis é o SPU. E que eu saiba só quem pode fazer isso é o SPU, nem o Ministério, nem a secretaria e nem nós. Nem o conselho nacional. Então eu acho que era importante trazer o projeto orla, para mostrar como lá na ponta as coisas estão se dando, porque nesse mesmo evento em Santa Catarina, o SPU foi lá e falou, a resolução tal, portaria sabe lá que número, 179, 83 ou sei lá qual é o número. Falou um número lá e falou o seguinte, que iria dar a orla para os municípios, basta o município querer, vai lá, pega a terra e faz o que quiser. Pode ser manguezal, pode ser fiorde, pode ser o que for. Não é assim. Agora prefeito não está aqui para ver as correlações que tem uma decisão de sair aterrando tudo quanto é mangue e depois, vai fazer o que? Vai desaterrar? Então, o projeto orla no Rio de Janeiro é impermeabilizar a costa toda. Esse que é o projeto orla no Rio de Janeiro. Então é isso que queremos discutir, colocar o dedo na ferida e ver o que esse conselho nacional quer fazer. Porque se ele concorda com isso então vamos explodir o conselho.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu só queria complementar, porque tem um aspecto importante talvez Demétrio, que o projeto orla era de um jeito e se transformou em outro sem transparência, em um mecanismo online onde o SPU em um mês passa essas áreas da União para os prefeitos. E o prefeito tem três anos para prestar contas. Para fazer o projeto orla. Antes você tinha que fazer o projeto orla para receber a sessão e está gerando uma crise geral, inclusive jurídica. Porque eu acho importante trazer, porque eles lançaram ao mesmo tempo, tudo no final do ano. O projeto Orla Brasil. Que é toda a Orla fluvial do país, toda a área que vocês imaginarem. Tudo o que é orla de rio, que são aquelas áreas, que nem no mar, nós temos a zona costeira que é do SPU. Orla Brasil, que eu acho que é até mais áreas do que a área costeira talvez. Talvez nesse sentido de elas darem explicação, clarearem um pouco para nós o que está acontecendo e principalmente pela questão do projeto Orla Brasil Fluvial.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Mas aí eu acho que era interessante não só ouvi-los, mas que eles nos ouvissem também. Porque aí nós temos que ter uma mensagem para passar para lá. Nós temos que dizer alguma coisa para elas.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Está tão fechado isso. Que o primeiro passo é que eles têm que ser transparentes, o que não estão sendo. E essa discussão já está rolando na GI-GERCO. Tanto que a pressão lá dentro da GI-GERCO é grande, o próprio MPF como representante está exigindo isso.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Porque veja bem, tem outra questão, que é a secretaria do patrimônio da União, só que a constituição, só que aí é uma cláusula pétrea, elas não conseguem alterar isso, mesmo com golpe. A zona costeira e marinha é um patrimônio nacional. E só a diferença dessa palavra de ser nacional e ser da União, ela é uma grande diferença. Uma grande diferença. E aí o MMA tem uma importância grande quando no projeto orla agregou à questão do patrimônio da União a questão do patrimônio Nacional dos recursos ambientais que tinham na zona costeira e marinha. São os mangues, as praias, as dunas. Para vocês terem uma ideia em maio a OAB, eles têm uma organização nacional do ministério público, OAB de meio ambiente, elas vão se reunir em maio em Salvador, todas as comissões estaduais de meio ambiente. Eles vão analisar a inclusive a lei da gestão de praias, dessas ações e tal e tal. E eles já pensam em entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade da lei. Porque se a zona costeira e marinha é um patrimônio Nacional e não um patrimônio da União, e aí as praias estão incluídas, ela não pertence aos 395 municípios costeiros, ela pertence aos 5700 municípios costeiros e todo o povo brasileiro. Então eu não posso pegar a SPU e deixar eles e só dar o apoio técnico. Não, pertence ao patrimônio nacional. Mas só para concluir e ajudar eles na compreensão, eles vão se reunir em maio lá em Salvador e vão ver o que vão decidir com relação a isso.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Só para podermos seguir eu acho que a questão do Demétrio é muito importante, nós temos que sempre pensar o que vamos colocar para dentro. Esse é nosso papel ou, não é? Eu acho que isso é muito importante. Nesse caso mesmo nós estando tratando do PAF, eu acho que vale a pena o SPU vir explicar, principalmente essa questão do Projeto Orla Brasil. Porque eu imagino que a área patrimonial envolvida seja maior que a costeira até. Porque se imaginarmos um rio, pode ser feita orla aqui em volta do lago, tudo que for recursos hídrico e que tiver alguma coisa que tenha como patrimônio da União, por ser margem de rios, estará sujeito a ser repassado para as prefeituras. E ainda se discute se isso pode ter um mecanismo de terceirização para privados. Então eu acho que nesse caso era importante realmente trazermos o SPU, para nos esclarecer. E aí sim eu acho que as nossas demandas podem surgir.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – E junto Régis. Um dos instrumentos da polícia de gerenciamento costeiro, são os planos municipais de gerenciamento costeiro. O município que receber e fazer a gestão? Quer. Por isso que lá na Bahia uma das nossas estratégias prioritárias de 2018 é municiar os municípios para que elaborem os seus planos municipais de gerenciamento costeiro. A você quer gerir a praia? Quer. Ok. Mas vai fazer o plano municipal de gerenciamento costeiro. Independentemente de ter ou não plano diretor. Se não tem, faz junto o plano diretor. Se já tem, vai melhorar incluindo as questões costeiras. E aí tentamos otimizar a questão do tempo nas apresentações. Tudo bem?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu só queria colocar uma preocupação aqui. É que o nosso objetivo é fazer com que o conselho contribua para que a gestão das águas de recursos hídricos, dos rios, dos corpos d'água. Se efetivem através da melhoria da qualidade dos recursos hídricos e da quantidade. Isso é um objetivo genérico, mas ele tem um lado objetivo. Então não vai adiantar nada nós fazermos uma agenda de discussão, onde nós coloquemos e consigamos entender esse embaralhado de cenários de instituições de normas e portarias. Se isso tudo não se traduzir em uma norma do conselho que oriente aquele que dará uma outorga, um licenciamento, na beira de um rio, nas margens dos rios estuarinos do país. Entende? Nós podemos até nos deparar com um esforço imenso, para poder entender esse cenário legal, de toda essa estrutura institucional que está aí. Mas se nós do conselho nacional não dermos uma diretriz para esse pessoal. Espera aí, nós vamos fazer isso, mas tem uma diretriz aqui de um órgão federal que diz que a outorga tem que ser assim, ou que o plano tem que ser assim, ou que tem que cobrar, por exemplo, de quem está. Como o Miguel falou, como é que essas empresas que usam a água lá nos estuários pagam dois centavos na cobrança e o resto, todo mundo se ferra? Então, eu

2958 pessoalmente tenho essa preocupação de que nós atinjamos esse objetivo. Fora disso seria necessário
2959 fazer um mestrado de gestão de águas costeiras para poder entender melhor esse negócio, mas eu não vou
2960 poder fazer isso. Mas eu queria ouvir o conselho dizer assim, olha a ANA quando foi dar a outorga lá no Rio
2961 Doce, lá não sei onde, na calha, na foz. Tem que ter essa preocupação, a CEMA lá do Pará, ou de Minas,
2962 quando for fazer outorga ou plano que pegue um rio, que é ao mesmo tempo um rio doce, que é estuarino
2963 também, tem que considerar isso. Entende? Se não vamos ficar tentando consertar esses órgãos, por isso
2964 eu propus um seminário, onde conheçamos a bagunça geral e para diminuir a nossa própria bagunça. Então
2965 temos que nos esforçar para isso. Se conseguirmos criar normas que orientem a emissão das outorgas,
2966 acaba com essa injustiça da cobrança. Eu tenho certeza que uma das causas do esvaziamento da CTCOST
2967 no passado aqui. Foi o *looby* pesado de grupos de interesses ligados a economia que tem como insumo as
2968 áreas da região estuarinas e costeiras. Nós vimos muito claramente que havia um e-mail estar pesado de
2969 setores que dentro do estado tem um poder muito grande de influir no estado para não deixar a coisa
2970 acontecer e eu sei que isso aconteceu na CTCOST. Mas se conseguirmos fazer diretrizes para a Agência
2971 Nacional de Águas, e se os órgãos gestores tiverem limites para fazer as coisas. Nós ganhamos na semana
2972 passada, nós não. O Ministério Público entrou com uma ação, suspendendo o Licenciamento no litoral do
2973 Maranhão de um grande empreendimento que simplesmente iria destruir todos os rios lá, ia mudar o rio de
2974 lugar. Então nós tivemos que apelar para a justiça porque não tem normas dentro do espectro da política de
2975 recursos hídricos, e quando tem, nós lutamos para tentar que se obedeça. Então é essa aí a minha
2976 preocupação maior.

2977
2978
2979 **O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA)** – Obrigado João.
2980 Seguindo aqui para ver se fechamos a nossa agenda, eu queria fazer uma proposta. Nós temos lá aquele
2981 informe da reunião da ABEMA, ICRH. Basicamente nessa reunião nós vamos tratar da questão do
2982 Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro. Da situação atual dos estados. Eu queria aproveitar, porque
2983 tem um item que é a apresentação do ZEEC pelo MMA, eu queria colocar junto, entendeu? Porque então
2984 nós podemos englobar o problema e dizer como foi a reunião com ABEMA sobre o assunto. Nós trazemos o
2985 tema e no mesmo item falamos, a partir desse cenário, tivemos uma reunião com a ABEMA e os
2986 encaminhamentos foram esses. Para não ter uma quebre. É ZEEC, e na verdade é assim, o ZEEC,
2987 apresentação do ZEEC, e o informe porque é o mesmo assunto, entendeu? Então nós trazemos a
2988 problemática e dizemos assim. Nós procuramos a ABEMA e na reunião da ABEMA com os secretários
2989 estaduais, nós tivemos tais encaminhamentos. Pode ser? Para nós tentarmos aproveitar o tempo tentando
2990 otimizar a reunião. Vai baixando ali Claudia, por favor. O último é o que o pessoal do Rio Grande do Sul
2991 ficou de apresentar um estudo de caso lá do Rio grande do Sul. Não foi isso? O diagnóstico do Rio Grande
2992 do Sul. O pessoal lá da secretaria apresentar como é que está, pelo que eu entendi que foi o que discutimos
2993 de manhã, seria apresentar dos planos de bacias do Rio Grande do Sul, que tema ver com a Zona Costeira,
2994 quais desses planos trouxeram elementos de gestão costeira. Seria interessante, porque até fica como uma
2995 provocação para os outros estados também.

2996
2997
2998 **O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS)** – E também a questão do Zoneamento, do ZEEC
2999 que está saindo.

3000
3001
3002 **O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA)** – Tentem colocar em uma
3003 apresentação. A questão dos planos de bacias o que nós conseguimos captar de elementos de gestão
3004 costeira nesses planos são esses, ou nenhum. E o ZEEC do Rio Grande do Sul que seria o do lado costeiro
3005 está em tal pé. E então nós vemos, se não tiver, será que é porque tem o ZEEC? No caso, é um estudo de
3006 caso deles lá até para ver se tem os planos de bacia da zona costeira ou não. É isso?

A SR^a. CAROLINA MENEGAZ (SEMA/RS – Divisão de Recursos Hídricos) - Só fazendo uma complementação, alguns planos de bacias serão desenvolvidos. Ainda não tem. E os que ainda faltam geralmente são os que estão mais ligados a zona costeira. Então para nós será uma contribuição porque é uma coisa que poderemos então integrar que o que geralmente não acontece. Porque não temos todos os planos de bacia ainda.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Como foi dito hoje de manhã, não lembro porque quem. Da questão do TR, acho que foi o Demetrio que falou da questão de TR, da resolução que traz o TR que fala como deveria ser. A questão de inclusão da questão costeira nas diretrizes costeiras nos planos de bacias. É um bom exercício para vocês trazerem essa experiência para nós. Inclusive se vocês vão propor o que não foi feito, se vocês conseguiram ou não? Mostrar as dificuldades, nós conseguimos, ou não conseguimos. Porque nós não conseguimos colocar elementos, seguir o TR, quais as dificuldades desse TR, será que não tem as diretrizes. Acho que seria bom para termos um estudo de caso de um estado de plano de bacia com área costeira. Acho que seria muito interessante. Ok pessoal? Wilson, por favor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) –: Eu acho que nessa pauta da próxima reunião, nós podemos incluir dois assuntos, um está fácil que é a resolução, que é aquela que a Patrice de manhã apontou do conselho, em Patrice, qual é o número daquela resolução que você apontou de manhã? Essa minuta eu acho que nós podíamos, e o relatório final desse grupo de trabalho. Porque esses dois assuntos estavam em andamento e parou.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Tem uma resolução do conselho nacional que fala das diretrizes, o que compor um plano de bacia e ela foi atualizada a um tempo atrás, e nós temos que rever exatamente, é a 145? Eu não me recordo o que a 145 trouxe de novo, tem novidade, mas o que ela trouxe de novo nos planos de bacia. Tem que dar uma olhada nos termos que foram usados.

A SR^a. PATRICE JULIANA BARZAN (AESBE) – Essa que eu achei aqui é a que não foi aprovado no conselho é a de 2009, que não foi aprovada no conselho. E saiu aquele relatório da CTIL. Que o Luciano relatou ali de manhã, dizendo que tinha que seguir a 141. Essa é a minuta que está aqui.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Mas a minha proposta é que se encaminhe essa resolução, para nós verificarmos o estágio que tinham andado os trabalhos dessa câmara técnica. E eu não sei se o relatório que o Luciano falou é o mesmo que o Rosalvo falou, é o mesmo. Pode enviar esses dois juntos? E entra na pauta também, porque aí nós podemos. Se todos acharem que está maduro. Maduro em um bom sentido.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu acho que essa reunião da CTIL, que ele jogou na lata do lixo todo o trabalho que tinha sido feito, foi extremamente criticada. O processo na CTIL levou a essa anulação de tudo o que foi feito. Poderia ser colocada sob juízo se fosse em outro país. Porque alguém ficou encarregado de tapar o caixão e enterrar logo o defunto. Quer dizer e eu briguei muito para que isso não acontecesse, e arrumaram uma pessoa que eu acho que foi sem escrúpulo nenhum e serviu para fazer um parecer, que foi aprovado de maneira muito questionável, ninguém prestou atenção àquele parecer. Vocês podem ler o parecer da CTIL, colocando na lata do lixo todo o trabalho que foi feito. E

alguém se prestou a fazer esse serviço sujo dentro do estado brasileiro. Então se pudéssemos ver o que foi feito, que foi um trabalho seríssimo, que foi desprezado, mas infelizmente a CTIL legalizou o fato equivocado que foi a decisão de suspender aquele trabalho. Então eu peço que nós voltemos a ver isso.

A SR^a. RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA (SRHQ – Ministério do Meio Ambiente) – Isso é aquele histórico que eu vou encaminhar para vocês com a primeira versão, a segunda. O que não deve ser esquecido é o seguinte, naquela época o plenário enterrou aquela resolução. Mas anos depois o plenário disse que quer ela de novo. Então o que está valendo é o plenário dizendo que quer ela de novo. Está aqui nas metas, então é uma tarefa que temos que cumprir. Então esquece o enterrar, nós temos que agora ressuscitar.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – Bom se Houve em algum momento um parecer da CTIL, dizendo que havia um conteúdo dizendo que não havia um amparo legal adequado. Muito bem, talvez a CTIL tenha tomado uma posição política. De qualquer modo nós precisaríamos rever o argumento. E ter certeza de que não iremos correr o mesmo risco agora. Inclusive até que sabe fazer uma consulta prévia, a CTIL tem que estar acompanhada, para não acontecer novamente a mesma coisa. Nós fazemos o trabalho aqui e lá no final manda para CTIL para ouvir não.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Demetrio, foi muita pressão de tudo quanto é lado, tinha pressão em tudo quanto é lugar para esse negócio não funcionar.

O SR. DEMETRIO LUIS GUADAGNIN (ABRH-UFRGS) – É, mais então, nós temos que tomar cuidado para não acontecer novamente, então a CTIL está acompanhando e nós temos que dar uma olhada, só um cuidado. Tem que estar acompanhando isso.

O SR. JOSÉ MIGUEL DA SILVA (CERH) – Eu queria agradecer por terem me aturado e eu estou indo embora porque estou dividindo as despesas com o pescador.

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Valeu Miguel, obrigado. Obrigado Alexandre. Eu entendo que estamos caminhando para o final da reunião. Eu só queria passar ali. Tem seis itens. Acho que está bom não está? Para a próxima reunião? E fora as tarefas. Deixa só eu acabar aqui, por favor, João. Também tem várias tarefas paralelas a isso. Vão ser enviados vários documentos, tem documentos que precisarão ser lidos, que nem esse último, discussão de proposta de resolução. Quer dizer, teremos que chegar aqui com ele lido e discutido. Então eu queria de antes de discutir mais um pouco. Dar o encaminhamento, questão de ordem, se essa agenda está boa? Se nós podemos trabalhar com essa agenda em um primeiro momento. Um draft de primeira agenda. Vocês concordam?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc) – Eu queria propor se for permitido, não que necessariamente porque seja uma agenda ela seja cumprida, porque eu estou falando por último e esse pode ser resultado das discussões anteriores, Mas quando nós falamos em planos de bacia, nós estamos falando de um instrumento, mas um dos meus sonhos é que coisa mudou muito, depois que nós engavetamos a última proposta. Houve muita mudança no cenário onde estamos trabalhando, então eu queria deixar como plausível de podermos nos esforçar ao longo do dia, entender o estado da arte da cobrança de recursos hídricos nos rios estuarinos e de região costeira, porque nós aprovamos agora uma resolução do PPU de cobrança de recursos hídricos que foi muito polemica, mas que leva na verdade

significou um avanço e que pese que muitos usuário tem sido contra, no sentido de que, aquela coisa assim meio avacalhada, de deixar uma cobrança sair eternamente de um centavo, ela deixou agora de ser uma coisa permanente e houve uma mudança nisso e eu agradeço, até a ANA que subsidiou tecnicamente de uma maneira muito permanente, nós tivemos um pito com essa história de a cobrança ficar em dois centavos a vida toda, nós temos agora um PPU reajustado, por conta de que a água não pode ficar sendo usada assim, água pública sendo usada de graça. Para outros terem lucro e povo ficar sem água, e nós não termos uma aplicação desse recurso correta. Eu acho que na zona costeira a coisa está muito mais confusa, porque não tendo plano e não tendo nem comitê de bacia às vezes, você tem uma atividade econômica muito intensa de uso consultivo ou não consultivo, de água e nós não podemos ficar esperando que um dia alguém consiga parar de impedir que tenha um comitê. Porque no nordeste tem lugar que você tem pressão para não ter comitê, então o conselho nacional poderia ser ator político importante estabelecendo uma norma geral que liberaria os órgãos gestores ou então de algum ente para fazer uma cobrança para atividades que estão usando de maneira intensiva a água nas zonas estuarinas, quando não tem nenhuma normativa dos órgãos gestores dos entes de gestão nessas regiões. Se não tem, vai ser muito mais difícil ter, porque há uma pressão política para não se fazer. Então se o conselho nacional tiver capacidade política para, sabendo dessa situação, dar uma diretriz para que haja uma cobrança no uso das águas costeiras estuarinas para atividade de uso intenso de água, mesmo que aquela água seja meio misturada, salina ou não, do estuário, nós sabemos que tem muito uso para refrigeração. Lá no Espírito Santo eu sei que tem, é com aquela água. Quer dizer, aquela água que vem do rio. Então eu só estou dizendo que em uma situação limite eu tenho um sonho de que mesmo que não possamos fazer a mesma coisa do plano, fazer cobrança de, coloca esse item. Cobrança de uso de recursos hídricos em bacias estuarinas. Pronto, agora daí para adiante, nós ainda vamos, porque nós fizemos agora uma resolução difícilíssima e conseguiu fazer, porque que não pode fazer essa?

O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA) – Eu queria dar um encaminhamento com relação a isso, porque eu queria fechar a agenda e polo amor de Deus. Eu pediria para você João, como conselheiro que está batendo bastante nessa tecla e é importante, que você quem sabe para a próxima reunião você prepara alguma coisa, nesse sentido. Até um texto, uns argumentos, uma justificativa. Para nós irmos internalizando isso aqui. E aí isso subsidia com um pouco mais de conteúdo, onde é base que queremos chegar. Que são os paralelos, as tarefas que temos que fazer. Podemos dizer que temos uma agenda para próxima reunião? Sim, ok. A reunião será no dia nove de maio, nós temos uma série de documentos para enviar para todo mundo. O João tem pelo menos dois textos para fazer para a próxima reunião, para embasar novos assuntos. Obrigado pelo livro viu? Saio daqui com um exercício. E queria abrir a palavra para fazermos uma rodada final de falas para podermos pensar em encerrar a reunião. Eu queria passar a palavra para vocês e depois encerramos a reunião. Pode ser? Então está aberta a palavra pessoal.

O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR (SEMA/BA) – Eu só queria dar um informe final. Que no dia dezanove de abril ou mais no final de abril, ainda a data será finalizada, nós vamos fazer um fórum da economia do mar, junto com SEBRAE e a sociedade civil na Bahia. Nós vamos tentar trazer gente da Europa, dos Estados Unidos, para vocês terem uma ideia aquele estudo de 2009 da COPE, mostra que a infraestrutura existente naquela época na zona costeira e marinha do Brasil era de 129 bilhões de dólares, dados que elas levantaram. E aí as oportunidades que tem o mar, um pouco do conjunto dessas atividades econômicas que você levantou, nós vamos discutir na Bahia e esperamos que o nosso gerente nacional do gerenciamento costeiro, que esteja lá em Salvador, porque ele não está querendo ir para lá, vai para Nairóbi, mas pra Bahia não. E no dia oito de junho, dia dos oceanos, nós vamos começar um seminário também coma sociedade civil, Sebrae e envolvendo mais atores inclusive do governo federal de quatro a oito, nós vamos fazer um seminário Think Blue, pensando azul. Nós temos uma pretensão, espero não, eu e o meu colega Miguel nos conhecemos a mais de vinte anos, encontrei ele aqui, faz mais de dez anos que não nos

3162 vemos, nós temos a pretensão de tornar a Baía de Todos os Santos, por ser a maior Baía brasileira, é maior
3163 do que a Baía de Guanabara, de ser a cede da Amazônia Azul. Então nós estamos construindo esse evento
3164 e estamos convidando todos, para que vocês possam ir lá ao fórum do ECOMAR, juntos também estamos
3165 articulando uma versão final de uma cartilha para os planos municipais de gerenciamento costeiro, e nós
3166 queremos casar junto, quem vem para o ECOMAR, também participa do evento do plano municipal de
3167 gerenciamento costeiro. Onde estamos chamando a professora Marineis e o professor Paulet, o resto da
3168 nossa programação é do estado e depois o nosso gerente nacional recebe. Nós queríamos dar esse informe
3169 dessas atividades que estamos fazendo lá na Bahia.

3170
3171
3172 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Fonasc)** – Nós estamos informando que
3173 estamos tentando fazer uma atividade relacionada a gestão de águas costeiras e políticas de recursos
3174 hídricos dentro do FAMA. Por conta de uma demanda que surgiu, quando fizemos essa discussão para
3175 voltar a CTCOST. Surgiram muitas entidades no litoral interessadas em estarem no meu lugar, no lugar do
3176 pescador, do Anderson, no lugar do Miguel e realmente eu tentei fazer um esforço para não ter um racha no
3177 nosso segmento. Para manter todos, então foi criado o GT Costeiro do FONASC. É um grupo ainda fechado,
3178 onde todas as entidades que irão interagir conosco aqui, ou que vão poder indicar pessoas para estarem
3179 nessa câmara, elas estão lá dentro daquele grupo nosso. Então o GT Costeiro com o tempo ele vai criar um
3180 capital intelectual para produzir alguma coisa, algum evento, ou coisa assim. Essas duas coisas eu queria
3181 informar só.

3182
3183
3184 **O SR. RÉGIS PINTO DE LIMA (Coordenador Gerenciamento Costeiro – MMA)** – Mais algum? Eu tenho
3185 um informe também. Então no dia vinte e sete de março, aqui em Brasília, vai ter um evento de lançamento
3186 de uma das grandes ações que o gerenciamento costeiro vem desenvolvendo. Que é o programa nacional
3187 de conservação para a linha de costa. Ele vai ser lançado dia vinte e sete aqui em Brasília, quando tiver o
3188 convite realmente feitinho, bonitinho eu vou mandar para todos vocês. É um programa muito interessante,
3189 que o Brasil nunca teve que é uma maneira de olharmos para a linha de costa. Primeiro definir uma linha de
3190 costa de referência geofísica que o Brasil não tem, ele tem uma linha de costa decretada no papel, e isso
3191 traz vários problemas e isso requer muita ciência, nós estamos trabalhando arduamente com o IBGE e com
3192 a academia para conseguirmos superar os obstáculos técnicos, tecnológicos e científicos, para definir uma
3193 linha de costa para o Brasil. Que é imprescindível, mas esse programa visa basicamente nós fazermos um
3194 monitoramento de gestão de uma linha de costa, em cenários de até cem anos, e existem ferramentas para
3195 isso, em função dos eventos extremos, das mudanças climáticas. Fazer projeções de 5, 10, 25, 50 e até 100
3196 anos de projeção para que possamos fazer um planejamento de gestão territorial costeira, que nunca foi
3197 feito. Quer dizer, nós poderemos prever onde a linda costa vai estar daqui a vinte anos. Cinquenta anos, isso
3198 obviamente para investimentos e para tudo o que acontece hoje é muito importante. Então estamos
3199 trabalhando muito nisso. O documento conceitual está na gráfica, está quase pronto, nós já conseguimos
3200 uma adesão forte, nós tivemos uma reunião a duas semanas no serviço geológico do Brasil, do CPRM, no
3201 Rio. Onde o Ministério da Integração talvez seja um dos Ministérios mais interessados nisso, porque como
3202 eu falei rapidinho, hoje os eventos extremos estão causando grandes prejuízos na costa brasileira e o
3203 Ministério da Integração fica mão amarrada, quando sai o decreto municipal ele é obrigado a repassar
3204 recursos, que são recursos voluptuosos para projetos de obras que geralmente não resolvem nada. Então é
3205 muito interessante esse programa, é um programa realmente de estado. Não é um programa de governo,
3206 ele vai ser muito permeável em vários ministérios, Ministério do Turismo, inclusive da parte toda de bacias
3207 hidrográficas, vocês imaginem podermos ter uma projeção de onde a linha de costa vai estar daqui cem
3208 anos, nós podemos trabalhar muito para saber onde vai estar o nível dos rios e dos estuários e tudo isso.
3209 Então é um trabalho que estamos fazendo junto com a academia e estamos trabalhando muito nisso, com
3210 algumas experiências internacionais e no dia 27 de março, nós teremos esse lançamento aqui em Brasília, e
3211 eu vou mandar o convite para todos. Vale a pena todos conhecerem. Nós já fizemos todo o roteiro que
3212 precisava, a apresentamos no GI-GERCO, apresentamos na plenária da CIRM, onde estão todos os

3213 Ministérios. O programa foi bem absorvido e temos agora parceiros fortes, que é o Ministério da Integração e
3214 o Ministério de Minas e Energias, que entenderam a importância desse programa. Fora o Ministério do Meio
3215 Ambiente. Mas eu vou mandar isso para vocês assim que eu tiver o convite. Mais algum informe? Bom, eu
3216 queria agradecer, primeiro pelo aprendizado que eu tive aqui hoje. Aprendi bastante. Pela compreensão de
3217 vocês aí de eu não ter todo o entendimento de como as coisas funcionam, mas eu acho que com o apoio de
3218 vocês eu vou conseguir dar conta da incumbência que vocês me deram. Queria agradecer também a
3219 confiança que vocês me deram. E que nós aqui vamos fazer o melhor que podemos. O que podemos dizer
3220 para vocês é isso, que dedicação, empenho e compromisso não vão faltar. Que nós nos comprometemos
3221 com isso e eu acho que é por aí. Obrigado pessoal.